



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Artes e Letras

# **O Concílio Vaticano II no *Notícias da Covilhã* entre 1962 e 1965**

**Luís Miguel Pardal Freire**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Jornalismo**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Joaquim Paulo Serra

**Covilhã, junho de 2017**



## **Dedicatória**

Àqueles que me incentivaram a desenvolver este trabalho, aos que me ajudaram a vencer o obstáculo que a doença me trouxe e à família que simplesmente está.



# Agradecimentos

O maior dos agradecimentos rendo-o a Deus, minha força e minha herança. E ainda que as palavras de gratidão só possam ser substituídas pelos gestos de retribuição com que nos devemos “amar uns aos outros”, mas porque as circunstâncias me pedem para as dizer, quero agradecer à família que me faz entender este mandamento, ao Bispo da Guarda, D. Manuel Felício, que me desafiou a este trabalho, ao meu orientador Professor Doutor Joaquim Paulo Serra, a todos os que compreenderam as minhas horas de ausência para poder levar a bom termo esta tarefa, aos paroquianos e aos amigos que se alegram e choram comigo.

Que eu saiba retribuir!



## Resumo

O Concílio Vaticano II constitui o maior dos acontecimentos da História da Igreja do século XX à escala mundial. Este momento, ocorrido entre 1962 e 1965, na magna reunião da Igreja Católica e que envolveu representantes de todo o mundo continua hoje, cinquenta anos depois, a ser motivo de diálogo, debate e de alguma insatisfação por parte de leigos e de clérigos, por não serem ainda o seu espírito e os seus ensinamentos uma realidade total na vida da Igreja.

As relações entre a Igreja Católica e a comunicação social assumiram uma nova perspetiva com este Concílio, que dedicou a esta o decreto *Inter mirifica* e a começou a considerar como um instrumento importante para a difusão da mensagem cristã, colocando de lado, ainda que com muitas reservas, a ideia de que seria uma adversária na difusão dos valores morais.

O poder da comunicação social ao nível regional sempre foi reconhecido pela Igreja Católica, que o fomentou em diversas formas e momentos. E, por isso, o acontecimento universal que viria a mudar a forma de a Igreja se relacionar com a sociedade não podia deixar de ser acompanhado pelo *Notícias da Covilhã*, jornal católico de carácter regional, propriedade da Diocese da Guarda, que cobriu as quatro fases dos trabalhos conciliares e os reportou em várias edições.

A análise de conteúdo das publicações deste semanário católico entre os anos de 1962 e 1965 centra-se no género jornalístico utilizado, na informação que é veiculada, no tipo de vocabulário com que tal é feito e no uso (ou não) da imagem.

Tal análise permite-nos entender como chegavam aos leitores da Covilhã e da Diocese da Guarda as notícias de Roma sobre o Concílio Vaticano II e a forma como se perspetivavam as suas consequências na vida eclesial.

## Palavras-chave

Igreja Católica, Concílio Vaticano II, *Inter mirifica*, *Notícias da Covilhã*, Jornalismo Regional, Diocese da Guarda.



# Abstract

The Second Vatican Council constitutes the greater event in the History of the Church in 20<sup>th</sup> century at a world-wide scale. This moment event, that occurred between 1962 and 1965 in the great meeting of the Catholic Church, and involved representatives of the whole world, continues today, fifty years later, to be a reason of dialogue and of some dissatisfaction on the part of laymen and clergymen. The reason is that its spirit and engagement aren't still a total reality in the life of the Church.

The relations between the Catholic Church and the social communication got new outlines with this Council, to which it dedicated the decree *Inter mirifica*, and started to consider it as an important instrument for the diffusion of the Christian message, putting aside, despite many reserves, the idea of an adversary in the diffusion of the moral values.

The power of the social communication at a regional level was always recognized by the Catholic Church, which fomented it in diverse ways and moments. And, therefore, the universal event that would come to change the way the Church related to the society and the way was accompanied by a newspaper such as *Notícias da Covilhã*, a regional catholic newspaper, property of the Diocese of Guarda, that covered the four phases of the conciliar works and reported them in several editions.

The content analysis of the publications of this Catholic weekly between 1962 and 1965 focuses on the journalistic genre used, on the information that is conveyed, on the type of vocabulary with which it is made and on the use (or not) of the image.

This content analysis will allow us to understand how the news of Rome on the Second Vatican Council reached the readers of Covilhã and the Diocese of the Guard, and the way in which their consequences in the life of the Church were perceived.

## Keywords

Catholic Church, Second Vatican Council, *Inter mirifica*, *Notícias da Covilhã*, Regional Journalism Diocese of Guarda.



# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 - A Igreja e a Comunicação Social .....</b>	<b>3</b>
1.1 A evolução da Igreja sobre a Comunicação .....	3
1.2 O Concílio que mudou a Igreja .....	7
1.3 O Decreto <i>Inter mirifica</i> .....	9
<b>Capítulo 2 - A difícil relação entre a Igreja e a comunicação social .....</b>	<b>13</b>
2.1 Uma dupla dificuldade .....	13
2.2 <i>Communio et progressio</i> : a questão da opinião pública .....	15
2.3 Paulo VI: uma evolução na posição da Igreja .....	17
2.4 Em busca de uma relação estável .....	21
<b>Capítulo 3 - A Igreja e comunicação social local .....</b>	<b>23</b>
3.1 A “boa imprensa” pré-conciliar .....	23
3.2 Igreja e Comunicação Social Local .....	26
3.3 O Caso da Diocese da Guarda .....	29
<b>Capítulo 4 - Como foi noticiado o Concílio Vaticano II .....</b>	<b>31</b>
4.1 A mudança do mundo que fez surgir o Concílio .....	31
4.2 O Vaticano II na Igreja de Portugal .....	33
4.3 O Caso da Guarda .....	34
4.3.1 O pré-Concílio .....	34
4.3.2 Os primeiros ecos do Concílio .....	39
<b>Capítulo 5 - Da primeira interrupção à III fase do Concílio .....</b>	<b>44</b>
5.1 A morte de João XXIII .....	44
5.2 Documentos papais no jornal .....	46
5.3 Paulo VI: o Papa que se segue .....	48
5.4 O ritmo da Igreja marcado pelo Concílio .....	49
5.5 A retoma dos trabalhos conciliares .....	50
5.6 Nova pausa em até setembro de 1964 .....	55
5.7 A terceira fase do Concílio .....	56

<b>Capítulo 6 - O último período do Concílio .....</b>	<b>61</b>
6.1 O Concílio a marcar o ritmo da Igreja .....	61
6.2 O decreto <i>Inter mirifica</i> nas páginas do <i>Notícias</i> .....	63
6.3 Os assuntos papais .....	64
6.4 A Covilhã e o Concílio .....	64
6.5 A quarta fase do Concílio .....	65
6.6 Meridiano de Roma - a rúbrica sobre o Concílio .....	68
6.7 O Pós - concílio .....	69
<b>Conclusão .....</b>	<b>73</b>
<b>Referências .....</b>	<b>75</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>79</b>

# Lista de Tabelas

Tabela 1. Publicações em 1962 .....	42
Tabela 2. Publicações em 1963 .....	53
Tabela 3. Publicações em 1964 .....	59
Tabela 4. Cartas do Bispo da Guarda sobre os trabalhos do Concílio.....	66
Tabela 5. Publicações em 1965 .....	70



# Introdução

A história da Igreja inscreve-se hoje a partir do acontecimento que a revolucionou 1965 anos depois da sua fundação: o Concílio Vaticano II. Depois da grande revolução espiritual protagonizada por Jesus Cristo, e de grandes momentos históricos para a Igreja, o grande acontecimento que marca o ritmo da Igreja Católica foi o Concílio realizado no Vaticano entre os anos 1962 e 1965.

Este momento histórico, que foi observado intensivamente pela imprensa mundial, procurava redefinir o lugar da Igreja, em si mesma, e na sua relação com o mundo, de que parecia sofrer um especial afastamento. Por isso, este acompanhamento mediático revela-se ponto de referência na multiplicidade de temas que suscitam o estudo sobre o Vaticano II.

Sendo o jornalismo uma das formas mais eficazes de retratar e informar os leitores sobre os mais variados acontecimentos, a cobertura jornalística do Concílio revelar-se-ia um dos grandes desafios para a imprensa, com maior exigência para os jornais regionais, que à data dos acontecimentos, pela década de 60, não usufruíam de toda a tecnologia que hoje os auxilia.

Isto poderia suscitar-nos, desde logo, a ideia de que o acontecimento poderia ser noticiado pelo *Notícias da Covilhã* com superficialidade, devido aos escassos recursos de acesso à informação, assim como ao ceticismo com que a própria Igreja recebia a notícia do Concílio, e o seu espírito de reforma. Por outro lado, sendo um semanário católico, poderia surgir-nos uma outra ideia, alternativa, de que ele centralizaria as suas notícias neste grande acontecimento.

Pareceu-nos, pois, de toda a relevância procurar descobrir como reagiu de facto o *Notícias da Covilhã* ao grande acontecimento eclesial universal e de que forma também as novidades do Concílio o viriam a contagiar na expressão das suas publicações.<sup>1</sup>

Para tal, procedemos à leitura do jornal *Notícias da Covilhã* entre os anos de 1962 a 1965, identificando e analisando as publicações que, de modo direto e indireto, falam do Concílio e da sua influência na vida interna da Igreja e na sua relação com a sociedade civil. Sem que se pretenda proceder a uma análise de conteúdo em sentido estrito, meramente quantitativa, procuramos sobretudo perceber de que forma as notícias iam chegando ao leitor e as reações que elas iam provocando no agir eclesial.

Apresentamos, nos capítulos 4, 5 e 6, as tabelas que resumem os resultados mais quantitativos da nossa atividade de leitura e análise, referenciando categorias como o género jornalístico, a data e número de edição, a possibilidade de o artigo ser acompanhado por algum registo fotográfico e se é ou não assinado.

No entanto, e para além disso, interessou-nos analisar nas diversas mensagens jornalísticas a linguagem utilizada, seja pelo campo lexical e semântico, seja pelos recursos

---

<sup>1</sup> Por “publicações” entendemos, nesta dissertação, os textos e/ou imagens publicados pelo *Notícias da Covilhã*, sob a forma de artigos de opinião, crónicas, reportagens, etc.. Esta palavra, que põe em relevo a ação de tornar público, pareceu-nos preferível à expressão “peças jornalísticas” - até porque muitas das publicações que aparecem no jornal não são produzidas por jornalistas.

estilísticos, que nos permitem observar a forma como o autor vivia o Concílio e que visão deixava transparecer ao leitor.

No primeiro capítulo do nosso trabalho abordamos a relação entre a Igreja e a comunicação social, que até ao Concílio era caracterizada pela desconfiança da parte da primeira e que, com a reflexão aí promovida, se alterou em grande medida. O decreto conciliar *Inter mirifica*, assim como os diversos contributos dados, sobretudo pelos Papas envolvidos pelo mesmo espírito conciliar, vieram mudar o paradigma desta relação e promoveram um significativo aumento dos jornais regionais e a renovação na linguagem e expressão das publicações.

Num segundo capítulo, daremos conta das muitas dificuldades de receção das novidades que os meios de comunicação social iam protagonizando, e que a Igreja observava muito reservadamente, estigmatizando esses meios, culpabilizando-os pelo seu contributo para a degradação dos valores morais da sociedade em geral. Tendência esta quebrada pelo espírito de abertura com que Paulo VI assumiu a questão desde o início do seu pontificado, iniciado logo após a primeira fase conciliar.

Dedicar-nos-emos, no terceiro capítulo, a sublinhar o valor da imprensa regional, sobretudo a de cariz católico, como instrumento para a defesa das regiões e formação do leitor que a consome. Aludiremos ao caso concreto da Diocese da Guarda, partindo do contributo do *Notícias da Covilhã*, observando como a Diocese viveu esta realidade e de que forma acompanhou este percurso até ao início do acontecimento conciliar.

Iniciaremos depois, ao longo dos três capítulos seguintes, uma leitura e análise das notícias chegadas do Concílio através das publicações do *Notícias da Covilhã* de 1963, 1964 e 1965. Neste período destacam-se as primeiras notícias que falavam do Concílio, ainda de modo muito velado e com alguma estupefação, assim como uma ligeira confusão sobre o que viria a ser a reunião magna da Igreja. Outro ponto, a que daremos destaque no capítulo quinto, diz respeito aos vários documentos papais, caracterizados já por um grande espírito de abertura às realidades sociais, assim como ao dado histórico da morte de João XXIII e à eleição de Paulo VI.

A leitura destas publicações permitir-nos-á perceber a forma como os cidadãos do interior de Portugal acediam aos acontecimentos que marcavam o novo ritmo da Igreja e como as ideias que partiam de Roma provocavam alguma mudança na forma de executar o jornalismo, nos hábitos ou na visão da fé cristã dos clérigos e leigos da Diocese da Guarda.

Repetido

# Capítulo 1. A Igreja e a Comunicação Social

A relação entre a Igreja e a comunicação social poderá caracterizar-se em duas fases bem distintas: a primeira fase pode balizar-se desde o surgimento dos *media*, sem que se lhe atribua uma definição temporal, até ao surgir do Concílio Vaticano II; e a segunda fase desde a promulgação do Decreto *Inter mirifica*, nessa mesma década, até aos nossos dias.

A visão de que os meios de comunicação social constituem um valioso instrumento para o anúncio da mensagem cristã começa a sobrepor-se àquele pensamento tradicional de que a onda do ateísmo e da indiferença face aos valores cristãos era resultado daquilo que a imprensa ia divulgando e transmitindo.

Porém, a evolução no sentido de reserva com que a Igreja sempre observa as realidades temporais revela-se, ainda hoje, um processo moroso, apesar dos esforços realizados, neste campo, por muitos membros da hierarquia católica.

## 1.1 A evolução da Igreja sobre a comunicação

A comunicação enquanto necessidade básica do ser humano, desde a sua origem, evoluiu com o aparecimento de múltiplas técnicas e formas que manifestam o pensamento e o sentimento do Homem. A sofisticação que atingiu nos últimos tempos é digna de uma reflexão que procuraremos fazer neste capítulo, admitindo mesmo a hipótese de que possa estar já desatualizada quando concluirmos a escrita destas páginas.

O termo comunicação pode, como se sabe, ser visto como um termo muito vasto, que engloba não só as relações interpessoais, mas também a relação com os instrumentos técnicos. O étimo latino de que deriva remete-nos para a ideia de comunhão, de partilha de relação, de troca; evoluiu, porém, para a ideia de difusão, de transmissão e processo, e assumiu-se como um valor preponderante na atual cultura. Seja de que forma for, a comunicação será sempre um aproximar das pessoas, um encontro, um diálogo.

A palavra “comunicação”, desde sempre, fez parte da vida da Igreja: afinal Aquele em que a Igreja acredita não é mais do que um Deus que se revelou aos homens e se comunicou inteiramente com a presença de Jesus Cristo no meio do mundo.

O mesmo Jesus pediu aos seus discípulos que se tornassem apóstolos:

Portanto, ide, pois, e fazei discípulos entre todos os povos, batizai-os consagrando-os ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, ensinaí-lhes a cumprir tudo o que vos mandei. <sup>2</sup>(Mt 28, 19)

A Igreja sempre entendeu este mandato como o mandato missionário, ou seja, o de comunicar a toda a pessoa aquela “boa nova” que Deus tinha mostrado ao mundo. Estas palavras finais que Mateus coloca na boca de Jesus, o próprio Deus, são um claro sinal de que comunicar o próprio Deus e a sua mensagem é a primeira atitude a ser tomada enquanto

---

<sup>2</sup> SCHOKEL, Alonso. 1997. *Bíblia do Peregrino - Edição de Estudo*. S. Paulo: Paulus Editora. (p 2391)

Igreja. Esta, porém, é obra inacabada e por isso ao longo da história percebemos como a Igreja sempre se dedicou à prática da comunicação na evangelização que promoveu. O próprio termo Evangelho, que deriva do grego e que costuma traduzir-se por “boa nova”, traz consigo a ideia de comunicação.

No que diz respeito especificamente à comunicação mediática - a que também se tem chamado comunicação social, há que reconhecer que a comunicação da Igreja Católica foi reduzida, durante muito tempo, aos livros e aos folhetos e boletins paroquiais, que deram depois lugar aos jornais diocesanos e nacionais - seguindo-se-lhes mais tarde a rádio e mesmo a televisão. Até Leão XIII, nos finais do século IXI e princípios do século XX, essas relações, da Igreja com os media, foram marcadas por um mau estar provocado pelo medo da novidade.

A este respeito, Enrico Baragli, sacerdote católico italiano, pioneiro no estudo da relação entre Igreja e comunicação social, na obra *Comunazione, Comunione e Chiesa*, menciona um conjunto de documentos emitidos pela Igreja que tinham como objetivo ditar normas para imperadores, reis, bispos e fiéis, a fim de orientá-los sobre como posicionar-se frente aos escritos, aos livros e ao teatro.

Depois da introdução da imprensa por Gutenberg, a Igreja passa a preocupar-se com a imprensa escrita. Como resultado dessa preocupação, o Papa Inocêncio VIII, em 1487, publica orientações nas quais define o pensamento da Igreja sobre os meios de comunicação escritos e a forma como os fiéis as devem observar.

O documento manifesta uma preocupação com a vida espiritual dos católicos e deixa perceber que a Igreja via na aurora da imprensa uma ameaça ao controlo eclesiástico da produção cultural de seu tempo. A mesma preocupação é manifestada por Clemente XIII, que se refere mesmo ao perigo das obras de cunho anticristão.

A imprensa, que saíra fora do controlo da Igreja, era vista como um inimigo terrível que tentava destruir os fundamentos da fé e da moral cristã. Por isso mesmo, a liberdade de imprensa constituía um direito monstruoso.

Na segunda parte do século XIX, esse sentimento de pânico dominava ainda as relações da Igreja com o mundo. A publicação do *Sylabus*<sup>3</sup> foi, por certo, a expressão mais dramática desse comportamento, que tão gravemente afetou a sua imagem.

Com Leão XIII teve início uma viragem na mundividência cristã, e essa viragem chegou também à área daquilo que chamamos hoje a comunicação social. O papa da *Rerum Novarum*<sup>4</sup> propõe uma nova estratégia relacional: tinha chegado o momento de a Igreja deixar de ficar presa em lamentos e acusações, e de os cristãos se envolverem, eles próprios, na criação de uma imprensa de qualidade (Puntel, 2011, p. 225). Esta seria a melhor resposta aos abusos dos jornais anarquistas e maçónicos, e aos seus ataques ao catolicismo.

---

<sup>3</sup> Pode definir-se como um resumo dos pontos, que por decreto papal, foram elencados como doutrinas ou práticas heréticas, condenadas pela Igreja Católica.

<sup>4</sup> Encíclica escrita pelo Papa Leão XIII, em 1891, considerada como paradigma no início da Doutrina Social da Igreja, e que manifesta a abertura da Igreja perante o Mundo.

Como sublinha ainda Puntel (2011, p. 226) o Papa Leão XIII “enfatizou o fato de que era necessário opor escrito a escrito, publicação a publicação, e falou muitas vezes dessa postura aos bispos de diferentes regiões”.

Era o começo de uma nova era que, sendo lenta e difícil, acabou por levar a Igreja a uma nova relação com o mundo da comunicação, uma nova relação visível sobretudo a partir da segunda metade do século XX, com o Papa Pio XII.

Nesse sentido, a Igreja Católica começou a proclamar a fé cristã através dos meios ao seu dispor, como vias alternativas para difundir sua missão. A postura eclesial era a de usar a novidade dos meios de comunicação como recurso, para difundir a boa nova.

Ainda assim, poder-se-ia dizer que as preocupações da Igreja com os *mass media*, que, entretanto, já não se confinavam só à imprensa, mas que integravam já a rádio e a televisão, eram ainda, predominantemente, de carácter pastoral e ético, embora Pio XII já se tenha servido da Rádio para tarefas de evangelização, na radiomensagem transmitida a 1 de junho de 1941, festa de Pentecostes.

Apesar das dificuldades a Igreja começou, lenta e gradualmente, a perceber a utilidade dos meios de comunicação, na difusão de suas mensagens, e a servir-se deles. Durante o período de 1878 a 1939, a Igreja mostrou alguma flexibilidade em relação à imprensa e às novas tecnologias de comunicação, particularmente ao cinema e à rádio<sup>5</sup>, mas ainda se movia com cautela.

A evolução do cinema no início do século XX impressionou Pio XI, que se tornou pessoalmente interessado na recente invenção. Essa nova tecnologia de comunicação levou-o a criar a Organização Católica Internacional para o Cinema (OCIC) em 1928.

A encíclica *Vilanti Cura* (1936), dirigida inicialmente à hierarquia eclesiástica dos Estados Unidos, menciona o poder e o potencial do cinema como tecnologia de comunicação.

Alguns progressos já tinham sido alcançados em relação à atitude defensiva da Igreja, mas não havia ainda confiança plena nos novos meios, nem mesmo uma tentativa de abordá-los de maneira diferente e mais positiva.

Foi com o Papa Pio XII (1939-1958) que a Igreja aprofundou e ampliou a reflexão sobre as relações sociais dentro de uma sociedade democrática e sobre o papel da informação na constituição da opinião.

O tema da opinião pública foi abordado em muitas comunicações de Pio XII aos profissionais da comunicação, convencido da influência dos *media* e do seu grande significado. O Pontífice Romano escreveu a proeminente encíclica *Miranda prorsus*<sup>6</sup> sobre a comunicação social, na qual se destacam o valor do cinema, da rádio e da televisão e se evidencia a postura positiva da Igreja em relação aos *media*, como aliados da evangelização. Aquilo que se chama hoje de *Teologia da Comunicação*, na década de sessenta, ainda não tinha dado os primeiros passos, pelo menos em termos sistemáticos. O grande interesse pelos *media*, evidenciado

---

<sup>5</sup> Registe-se que a Rádio Vaticano é fundada em 1931, durante o pontificado de Pio XI.

<sup>6</sup> Esta é a segunda encíclica, datada de 1957, sobre a comunicação no século XX.

particularmente nas encíclicas papais<sup>7</sup> tinha um carácter marcadamente ético. As grandes preocupações da Igreja dirigiam-se para a questão da comunicação social, mas esta ficou relegada para um segundo plano, diante de outros problemas do mundo, considerados prioritários, nomeadamente o da nova imagem da Igreja, as relações entre os povos, a Paz e a Guerra, a Justiça e o Desenvolvimento, a Política e a Economia.

Uma das constituições dogmáticas mais relevantes que resultaram do Concílio Vaticano II, a *Gaudium et spes*, é muito sucinta nas suas referências ao tema dos media. No entanto, o facto de esta ter merecido a discussão, a aprovação e a publicação de um decreto conciliar, *Inter mirifica*, traduz alguma consciência que já então havia da importância da Comunicação Social, como de resto o trataremos no segundo capítulo deste trabalho.

Com o Concílio que marcou a história contemporânea da Igreja, a comunicação social em geral, e os audiovisuais em particular, tornou-se um tema-chave, não só da ação pastoral da Igreja, mas também da mundividência cristã e, por isso, da própria teologia.

Neste contexto, as mensagens de João Paulo II, Bento XVI e de Francisco para assinalarem o Dia Mundial das Comunicações, celebrado sempre na Solenidade da Ascensão de Jesus (quarenta dias após a Páscoa), constituem um excelente manancial de textos de cariz ético e pastoral, mas também teológico, sobre os *media*, concluindo-se assim que a comunicação social constitui realmente um desafio multifacetado para a Igreja.

Recorde-se a propósito o que Paulo VI escrevia na *Evangelii nuntiandi*<sup>8</sup>: “A Igreja sentir-se-ia culpada diante de Deus, se não utilizasse esses poderosos meios que a inteligência humana aperfeiçoa cada vez mais”<sup>9</sup>.

A Igreja aceita, pois, que a comunicação social representa uma das maiores conquistas do Homem, que deve estar sempre ao serviço dos homens, e que os cristãos se devem servir dela, para servir os homens. E esse é o grande desafio da Igreja: saber manusear um tão importante poder ao serviço do anúncio do evangelho.

A década de 60, como já fizemos referência, viria a proporcionar a grande viragem na forma como a Igreja olha e vê a questão da Comunicação Social. O Concílio Vaticano II é o grande promotor desta viragem, com a publicação do Decreto *Inter mirifica* a 4 de Dezembro de 1963, o primeiro decreto resultante da reunião magna da Igreja Católica.

Desde a convocação do Concílio, desejo do Papa João XXIII, que foi visível o desejo “em dedicar uma constituição aos meios de comunicação social, uma vez que os esquemas sobre este tema foram debatidos ao mesmo tempo que os grandes temas do concílio, na primeira etapa conciliar” (Barbeira, 2010, p. 32).

Segundo Puntel (2011, p. 223) é possível identificar, de forma sintética, três fases, bem definida na trajetória da Igreja-comunicação e “acrescentar, em tal trajetória, uma quarta fase:

---

<sup>7</sup> Falamos das encíclicas *Mater et magistra* (1961), *Pacem in terris* (1963) de João XXIII, e mais tarde a *Communio et progressio* (1971), de Paulo VI.

<sup>8</sup> Encíclica datada de 1975, que trata sobre a forma de evangelização da Igreja nos tempos modernos.

<sup>9</sup>[http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost\\_exhortations/documents/hf\\_p-vi\\_exh\\_19751208\\_evangelii-nuntiandi.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html), consultada a 04 de Novembro de 2016

Estas fases são colocadas no contexto dos novos instrumentos de reprodução simbólica, iniciado com a imprensa no século XV, de maneira que os novos meios de transmissão do saber vão sendo absorvidos, utilizados e instrumentalizados de acordo com o paradigma de comunicação da época. Acompanhando, então, as mudanças históricas que forçaram transformações na estrutura organizacional, tanto na sociedade como na Igreja, dá-se um confronto da instituição eclesial com os meios de comunicação.<sup>10</sup>

Segundo a autora, a primeira fase caracteriza-se por um comportamento da Igreja orientado para o exercício da censura e da repressão, classificando-a como um período extenso e intenso, no qual sobressai o Tribunal do Santo Ofício. Isto porque a Igreja se quis assumir como única capaz de transmitir toda a espécie de saber, aquele que a própria Igreja produzia e aquele que advinha das ciências por ela aprovadas. Revelava-se, assim, uma certa mediação entre o saber e a possibilidade do seu acesso.

Numa segunda fase a autora fala de uma mudança caracterizada pela “aceitação desconfiada dos novos meios (Puntel, 2011, p. 223). Ainda que de forma mais discreta, a Igreja procurou exercer algum tipo de controlo sobre a imprensa, o cinema e a rádio. Mas as mudanças sociais ocorridas na modernidade impeliram a Igreja a adaptar-se aos novos tempos e o seu comportamento teve necessariamente se alterar, aceitando a novidade e procurando usá-la para fazer chegar a sua própria mensagem.

Na terceira fase, a autora aponta como grande característica o ritmo veloz com que as transformações sociais e tecnológicas e que obrigam a Igreja a buscar formas de se adaptar ao mundo contemporâneo, assumindo aquilo que o Papa João XXIII definiria como “*aggiornamento*”, que emerge do Vaticano II.

## 1.2 O Concílio que mudou a Igreja

No dia 11 de Outubro de 1962 o Papa João XXIII presidia à sessão solene de início dos trabalhos do Concílio Ecuménico Vaticano II, que ele próprio tinha convocado oficialmente em 25 de Dezembro de 1961, pela Constituição apostólica *Humanae salutis*.

A visão de futuro do bom Papa João fazia abrir à Igreja novas e inesperadas perspectivas de vida interna, novas capacidades de relacionamento com o mundo e novos caminhos de interpretação da vida e da história dos homens, numa época em que o mundo mudava a grande velocidade.

Sob o signo do “*aggiornamento*” (ou atualização) no que se refere à vida interior da Igreja, e sob o sinal do diálogo e da presença, no que se refere às relações com um mundo em rápida transformação de cultura e mentalidades, o Concílio Vaticano II tornou-se num dos maiores acontecimentos mundiais do século XX.

A sua importância foi tal que frequentemente se diz que tudo mudou com o Vaticano II. E não apenas na Igreja. As pessoas, na Igreja e na sociedade, têm disso uma consciência difusa.

---

<sup>10</sup> <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/viewFile/9755/6685>, consultado a 07 de Novembro de 2017.

Entre as mudanças mais significativas e imediatas que o Concílio provocou é notória uma nova visão conciliar na conceção da própria Igreja como "Povo de Deus", o que implica também uma visão da sua estrutura, até então fundamentalmente assente na figura do bispo.

Refira-se também uma importante reforma litúrgica, que apela a uma maior participação dos leigos e a maior introdução das línguas locais na liturgia, presidência e celebração do sacerdote voltado para a assembleia, deixando de estar de costas.

No que se refere ao contexto social é notória uma afirmação da liberdade religiosa, da preponderância da consciência individual, a proximidade com os cristãos e crentes de outras religiões e uma importante aproximação ao judaísmo, com quem a Igreja mantinha relações frias.

E é na sequência da aproximação às diversas confissões cristãs, que o concílio reconhece os valores de outras religiões, enquanto esforço do homem para se aproximar de Deus. O desenvolvimento do sentido do ecumenismo (reconhecimento das outras igrejas cristãs como possuidoras de uma forma de procura do ideal revelado), acontece o com o aperfeiçoamento do diálogo e da busca do sentido evangélico da perfeição, tão esperado e desejado pelo atual Papa Francisco.

Pode dizer-se que este diálogo ecuménico se tornou logo numa inquietação e projeto visível do Papa João Paulo II, na esteira de Paulo VI, e talvez se possa considerar uma das mais profundas transformações do Concílio Vaticano II.

Desta reunião magna da Igreja Católica resultou um documento, designado pelo mesmo termo, composto por quatro Constituições Dogmáticas, três Declarações e nove Decretos. O conjunto dos dezasseis documentos deixa bem claro o desejo da Igreja manter uma nova relação com o mundo moderno, plasmado no talvez mais célebre e citado documento do Concílio: a Constituição pastoral *Gaudium et spes*, sobre a Igreja no mundo contemporâneo, e que começa com as conhecidas palavras:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje... são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo: não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre lugar no meu coração (*Gaudium et spes*, 1, 2002, p. 184).

Este texto fundamental, inicialmente conhecido como "Esquema XIII", constituiu de facto uma mudança de atitude e de relacionamento da Igreja com o mundo.

Bastará recordar alguns dos seus títulos, tais como: *a dignidade da pessoa humana*, ou a *ação do homem no mundo*, *a missão da Igreja no mundo atual*, *a promoção do progresso cultural*, *os deveres dos cristãos em relação à cultura*, *o sentido do desenvolvimento económico e social*, *a vida na comunidade política*, *a promoção da paz na comunidade internacional* (neste aspeto se pode afirmar o carácter pioneiro do Concílio nos conceitos modernos de convivência internacional do evitar da guerra e da promoção da paz) e a *criação do conceito de "comunidade internacional" como aperfeiçoamento do projeto de "nações unidas"* - tudo isto traduz não apenas uma transformação no interior da Igreja, mas sobretudo a afirmação do

papel da Igreja como agente de propostas definitivas para a construção de um novo espírito de relação entre os povos.

### 1.3 O Decreto *Inter mirifica*

O resultado do Concílio Vaticano II, que ocorre entre 1962 e 1965, começa a surgir dentro deste período temporal, em forma de Constituições Dogmáticas ou Decretos<sup>11</sup>. É neste contexto que, pela primeira vez, surge um decreto “que trata de uma matéria e de uma questão que pareceriam, à primeira vista, nada terem a ver com o múnus próprio da Igreja nem com as suas preocupações” (Barbeira, 2010, p. 32).

O Decreto *Inter mirifica*, aprovado em 4 de dezembro de 1963, é o segundo dos dezasseis documentos publicados pelo Concílio e trata de forma pioneira na Igreja a questão da comunicação social, apresentando a primeira orientação geral da Igreja para o clero e para os leigos sobre a forma de como se devem usar os seus meios.

Tal como referimos no início deste capítulo, a questão da comunicação foi colocada pelo próprio Jesus Cristo, que ao fundar a Igreja, teve como grande fim a salvação a todos os homens e, por isso, a sua grande missão será a de evangelizar, ou seja dar a conhecer, comunicar essa possibilidade a todos quantos não a conhecem. A Igreja considera, por isso, como obrigação sua comunicar a mensagem de Cristo, fazendo uso dos instrumentos dos *media*, e ensinar aos homens o seu uso correto. Portanto, pertence à Igreja o direito natural de empregar e possuir toda a sorte desses instrumentos, enquanto necessários e úteis à educação cristã e a toda a sua obra de salvação das almas (*Inter mirifica*, n 3, 2002, p. 582).

A evolução dos meios de comunicação decorria de forma veloz mas a “Igreja, porém, acompanhava tais meios com desconfiança, permitindo assim que muitas esposas os utilizassem para fins pouco virtuosos” (Zanon, 2012, p. 65), daí que o tema surja, dentro do Concílio que marcou a história do século XX, como uma “necessidade para orientar os cristãos e convoca-los ao reto uso dos meios de comunicação” (Zanon, 2012, p. 65).

O Decreto fala dos instrumentos da imprensa, do cinema, da rádio, da televisão e outros meios semelhantes, que até então eram comumente classificados como meios de comunicação das massas. Porém, no texto não surge qualquer espécie de preocupação com as forças que articulam os meios de comunicação, como por exemplo os anúncios, o marketing ou as relações públicas.

---

<sup>11</sup> Dos documentos finais do Concílio Vaticano II podemos encontrar quatro Constituições dogmáticas, que são o resumo das questões de fé da Igreja, que apontam caminhos a seguir e dão orientações práticas para a Igreja Universal. Destas quatro Constituições encontramos a *Lumen gentium*, que aborda a questão da Igreja em si mesma, a *Dei verbum*, que manifesta a preocupação da relação dos cristãos com a Bíblia, a *Gaudium et spes* que revela uma das grandes novidades do Concílio, que é a abertura da Igreja em diálogo com o Mundo e a *Sacrosantum concilium* que trata das questões litúrgicas da Igreja. Para além destes quatro documentos magnos podemos encontrar ainda um conjunto de nove Decretos sobre temas específicos, nos quais a Igreja quer ter um contributo moral a sugerir, para além de três Declarações.

Refira-se que, obviamente, ainda não tinha acontecido o aparecimento da Internet à qual a Igreja presta já a atenção que lhe é devida e lhe “exige um novo modelo de Igreja” (Zanon, 2012, p. 113), numa sociedade que apresenta “um novo paradigma, uma nova economia, uma nova cultura, uma nova identidade e uma nova organização” (Zanon, 2012, p. 65).

Por isso a Igreja reconhece já o grande poder da Internet como meio de transmissão e comunicação que “é uma realidade que agora faz parte da vida diária de muita gente (...) espaço de experiência que se torna cada vez mais parte integrante da maneira fluida, da vida diária de um novo contexto existencial” (Spadaro, 2012, p. 17). Por isso a Igreja faz dela uma aliada na difusão da sua mensagem, mas também a olha na dupla dimensão dos benefícios e malefícios morais que provoca à pessoa humana.

Mas, centrando-nos de novo documento conciliar, este surge com a grande finalidade de demonstrar o quanto o tema da comunicação era caro à Igreja, naquele período histórico de um modo especial, e qual era a sua compreensão sobre tal assunto. Diga-se, por isso, que o Decreto *Inter mirifica* foi preparado, por um Secretariado, entre novembro de 1960 a maio de 1962, mesmo antes da primeira sessão do Vaticano II.

O esboço inicial do documento foi aprovado pela Comissão Preparatória Central do Concílio e, em novembro de 1962, foi debatido na primeira sessão do Concílio, na qual se aprovou o esquema, porém alertando-se para um texto muito vasto, que necessitaria de revisão.

O texto de cento e catorze artigos e quarenta páginas foi reduzido para vinte e quatro artigos e dois capítulos: “Normas para o reto uso dos meios de comunicação” e “Os meios de comunicação e o apostolado católico”. Foi então submetido novamente à assembleia em novembro de 1963, na qual se registaram mil novecentos e sessenta votos a favor e cento e sessenta e quatro contra (Zanon, 2012, p. 65).

Foi notória uma grande oposição ao documento, tendo surgido várias críticas, feitas por jornalistas em diversos jornais influentes da Europa e dos Estados Unidos. Puntel (2011, p. 227 a 229 ) aponta três correntes de crítica: uma francesa, outra americana e uma terceira alemã.

A francesa se opunha ao esquema do decreto, alegando, em diferentes versões, que o esquema carecia de conteúdo teológico, de profundidade filosófica e de fundamento sociológico. (...) A segunda corrente, americana, afirmava que o documento não haveria de trazer mudanças significativas, uma vez que o texto “não continha posições inovadoras”. Dizia-se que o documento proclamava oficialmente “um conjunto de pontos previamente afirmados e pensados em nível mais informal” (...) Decididos a fazer com que o documento não fosse aprovado, os jornalistas americanos elaboraram um folheto mimeografado, no qual o esquema era julgado vago e trivial, falando de uma imprensa inexistente, vista apenas como uma exortação pastoral. Chegaram a alertar que o decreto, “assim como está agora” demonstrava à posteridade a incapacidade do Vaticano II de enfrentar os problemas do mundo atual. A oposição alemã, assinada por 97 padres de diferentes regiões, manifestou-se, mediante uma carta dirigida à Décima Comissão Conciliar, responsável pela redação do documento, propondo um novo estudo e um novo esquema.

A manifestação pública destas correntes teve forte influência sobre os bispos participantes do Vaticano II o que fez com que o *Inter mirifica* fosse aprovado como o documento do Vaticano II com maior número de votos negativos.

A introdução do documento usa a terminologia “comunicação social”<sup>12</sup>, preferindo-a a “meios audiovisuais”, “técnicas de difusão”, “mass media”, ou “comunicação de massa”, que parecem discutíveis e ambíguos por sugerirem a “massificação”, como se fosse uma decorrência inevitável da utilização dos instrumentos de comunicação social.

A Igreja quis deixar para trás a visão conservadora e de reserva em relação aos então novos meios da comunicação e assumir uma visão mais otimista frente às “questões sociais”. Defende por isso, no documento, que a comunicação não pode reduzir-se a simples instrumentos técnicos de transmissão, mas deve ser considerada como um processo de relação entre os homens.

Logo no início, os padres conciliares reconhecem que utilizar tais meios para a evangelização é um dever da Igreja, mas sempre respeitando o seu código moral e reto uso, nos conteúdos, na finalidade, no público:

Com efeito a Igreja tem por natureza o direito de usar e possuir meios deste tipo, enquanto necessários ou úteis para a formação cristã e para as suas tarefas de salvação das almas.(...) O que se torna absolutamente necessário para usar retamente estes meios é que todos os que deles se servem conheçam as normas da ordem moral e as levem fielmente à prática neste campo. (*Inter mirifica* n. 3, 2002, p. 582).

Esta intenção foi sem qualquer dúvida um importante propósito, porém nem sempre conseguido, pois, apesar da atenção e cuidado com os novos meios de informação, a Igreja parece ainda não ter passado da análise à prática de uma comunicação mais ampla.

O número cinco do documento reconhece que “o direito à informação sobre aquelas coisas que, segundo as condições de cada um, convêm aos homens, quer individualmente quer enquanto reunidos em sociedade, é inerente à sociedade humana” (*Inter mirifica* n. 3, 2002, p. 582). Este foi um dos grandes sinais de abertura da Igreja ao Mundo, que manifesta que a própria instituição eclesial reconhece que não vive num domínio paralelo, como durante séculos se reviu.

Poderemos afirmar que esta é a mais importante declaração do documento, uma vez que nele se vê que o direito à informação foi visto pela Igreja como um bem social.

A segunda parte do documento volta-se para a ação pastoral da Igreja em relação aos instrumentos de comunicação social. Nela, tanto o clero como os leigos são convidados a empregar os instrumentos de comunicação no trabalho pastoral. Em dez parágrafos que incentivam e orientam para o bom uso dos meios de comunicação, enumeram-se algumas diretrizes gerais referentes:

- a) à conduta ética e moral que se deve ter ao fazer uso desses meios de comunicação na transmissão da mensagem evangélica, incentivando “as publicações honestas” (*Inter mirifica* n. 13 e 14, 2002, p. 586 - 587);
- b) à boa formação católica dos que usam e recebem a comunicação social, em fomentar o espírito crítico com que se recebe a informação(*Inter mirifica* n. 15 e 16, 2002, p. 589);

---

<sup>12</sup> As diferentes traduções do *Inter mirifica* usam muitas vezes o vocábulo “meios” em vez da palavra “instrumentos”, e de “massa” ao invés de “social”. Na edição que usamos porém, faz-se uso do termo “meios de comunicação social”.

- c) à forma como se devem apoiar economicamente os meios de comunicação católicos diante dos “atrasos tecnológicos” que colocam em causa o seu bom desempenho (*Inter mirifica* n. 17 e 18, 2002, p. 590);
- d) à imprensa católica e à criação de secretariados diocesanos, nacionais e internacionais, de comunicação social, ligados à Igreja (*Inter mirifica* n. 19 a 21, 2002, p. 590 - 591);
- e) à salutar coordenação entre os meios de comunicação (*Inter mirifica* n. 22, 2002, p. 591).

Cinquenta anos após este bafejar da novidade, será ainda oportuno e cada vez mais necessário refletir sobre os desafios da comunicação para um cristão do século XXI, mas também para o pensamento crítico da própria Igreja. Com o pontificado de Francisco, a Igreja é chamada, cada vez mais, a ser uma Igreja “em saída”: por isso ela mesma não se pode limitar a usar os meios da comunicação social, mas tem de oferecer um “apoio para que estes se desenvolvam de forma sadia e frutífera” (Zanon, 2012, p 65), “para recriara e cultivar o espírito, para propagar e firmar o reino de Deus” (*Inter mirifica* n. 13 e 14, 2002, p. 581) e “o progresso de toda a humanidade” (*Inter mirifica* n. 13 e 14, 2002, p. 581).

## Capítulo 2. A difícil relação entre a Igreja e a comunicação social

Neste capítulo pretendemos abordar de forma crítica a forma como a Igreja Católica gere com dificuldade a relação com a comunicação social, talvez mais do que em qualquer outro país europeu. Merece-nos atenção esta relação pelo fato de a Igreja, como comunidade dos crentes que recebeu o mandato de promover o anúncio da sua mensagem, ter tanta renitência em usar os grandes meios do nosso século como veículo de transmissão da mesma mensagem.

### 2.1 Uma dupla dificuldade

Talvez pudéssemos afirmar que a relação da Igreja com os meios de comunicação nunca foi além de uma “tensão larvar, mas permanente, que irrompe pontualmente sob a forma de conflitos expressos ou de mútuas críticas” (Wemans, 1992, p. 64).

Talvez possamos manifestar neste trabalho alguma subjetividade, inerente ao ministério sacerdotal de quem olha esta realidade, mas procuraremos ser o mais isentos possível. Por isso, dizemos que a Igreja nunca poderá abandonar uma atitude crítica face à comunicação social, como o têm manifestado com preocupação os Papas dos séculos XX e XXI.

A comunicação social deixou de ser um conjunto de meios, pois, na verdade, apelidado popularmente como o “quarto poder”, ela exerce nas sociedades contemporâneas um verdadeiro poder de formação da opinião e das consciências. Daí que a Igreja tenha a necessidade de exercer um papel de “reguladora” da informação comunicada, para que a comunidade dos crentes possa ter sobre ela uma posição crítica à luz da mensagem cristã.

Creemos que não se trata de disputar o poder da imprensa ou os shares das televisões e rádios, mas sim de exercer uma opinião crítica sobre os rumos para onde se encaminha a cultura atual e os grandes temas que estão fortemente ligados à dignidade da pessoa humana e à sua condição.

Sabemos que na era da imagem e da comunicação, onde as potências digitais imperam de forma inequívoca, a consciência humana é profundamente influenciada pelos meios de comunicação. É por isso que a Igreja não pode manter o silêncio, como às vezes o faz em relação a outras matérias que ferem a dignidade da vida ou dos grupos, mesmo sendo minorias.

Entenda-se porém que a forma como a Igreja deve intervir nesta, como noutras questões sociais, nunca deverá ou poderá ser a de uma posição unificadora que propões modelos cristãos únicos, que o passado já se encarregou de mostrar como falíveis. A opinião crítica da Igreja deve denunciar e, se necessário for, condenar o pensamento que “exclui o homem da sua dignidade de filho de Deus, assim como reafirmar a sua certeza de que o mundo e o homem são fruto do amor desse Pai e que é para ele que caminham” (Wemans, 1992, p. 65).

Por isso a Igreja afirma e tem de continuar a afirmar que na promoção da cultura de massas tem de existir um olhar crítico que não permita que a informação e transmissão cultural desvirtuem os valores morais e fundantes da dignidade, da família e da vida em grupo.

Esta é a razão mais proeminente para que muitas vezes haja para a tal relação crítica e difícil entre Igreja e *media*. Erroneamente, tem-se olhado para esta relação crítica como surgida de uma qualquer vontade de autoafirmação, por um lado de uma Igreja que parece querer impor normas morais aos *media* e por outro lado, de uma comunicação social que desvaloriza e relega para um segundo plano a religião. Esta dupla reação tem de radicar num princípio fundante da visão humana: o Homem se amputado da sua dimensão religiosa não é olhado na sua forma integral.

Deste modo, tem de ser o Homem o centro da ação quer da Igreja, que o faz caminhar para a perfeição, quer da comunicação social, que o ajuda a construir uma consciência sobre a sociedade em que se insere.

Por isso, tanto Igreja como *media* têm a missão comum de promover e fazer crescer o Homem na responsabilidade de provocar a agitação cultural que edifique a sociedade em que se insere e a faça elevar no paradigma da perfeição, que se manifesta na base dos valores sólidos de respeito pela vida, pelo outro e pelo planeta.

No entanto, esta não é a única razão para as difíceis relações da Igreja com a comunicação social. É que a própria Igreja, e concretamente no caso português, é também ela detentora de alguns meios de comunicação, nomeadamente locais, dos quais trataremos no capítulo seguinte do nosso trabalho.

J. Wemans (1992, p. 66) considera que “A Igreja portuguesa pensa-se no quadro de uma mentalidade infantil que tende a reduzir a comunicação social a mero veículo de transmissão da verdade perene que ela anuncia”. Esta opinião crítica é suscitada por uma mentalidade eclesial caracterizada por um jornalismo amador, que se limita a reproduzir nas páginas de um periódico aquilo que a própria Igreja faz ou dá como adquirido.

Talvez possamos hoje vislumbrar alguma evolução da parte da Igreja ao aceitar a pluralidade das linguagens, próprias de cada meio de comunicação social, e no reconhecimento de que o jornalismo especializado tem o seu lugar no panorama da comunicação, no qual se insere a própria notícia religiosa. Este facto permite-nos olhar o futuro com a esperança de que se não-de dissipar as sombras que impedem a saudável relação entre a realidade da comunicação e a comunidade cristã.

Ainda segundo Wemans (1992, pp. 66-68), não podemos deixar de assumir duas condicionantes nesta relação que analisamos: por um lado, um certo receio quanto à opinião pública<sup>13</sup> e, por outro, o fato da Igreja ser, também ela, fazedora da comunicação social.

---

<sup>13</sup> A instrução pastoral *Communio et progressio*, publicada em 1971 pelo Papa Paulo VI veio concretizar as orientações do concílio Vaticano II no que respeita à questão da Comunicação Social. Neste documento afirma-se que “a Igreja necessita de uma opinião pública para alimentar o diálogo entre os seus membros, condição do progresso no seu pensamento e ação”. E sublinha ainda que “com a ausência da opinião pública faltar-lhe-ia qualquer coisa vital e a culpa recairia tanto sobre os pastores como sobre os leigos” (p. 131). Esta afirmação manifesta uma atitude de abertura em relação à opinião pública que na prática revela ainda muitas limitações e barreiras.

Aquilo que mais preocupa a Igreja, e do qual nasce um grande constrangimento em relação aos *media*, não passa tanto pela linguagem técnica e jornalística usada na transmissão da informação, mas sim, e sobretudo, pela hierarquia e apresentação dos factos na ordem de transmissão dessa mesma informação.

É por isso que a Igreja não pode continuar a executar uma transmissão da mensagem/informação a partir do púlpito, de onde sempre pregou a boa-nova e instituiu os bons costumes. Aliás, esta tarefa é cada vez mais exigente e tem a figura do recetor como epicentro da tarefa evangelizadora, algo que até há pouco tempo estava completamente desvalorizado<sup>14</sup>. A transmissão da mensagem cristã exige um esforço particular de adaptação à realidade dos *media* e isso traz consigo a capacidade de permitir que essa mesma mensagem esteja em estreita relação com a atualidade de outras mensagens e sujeita à confrontação com diversos públicos.

Talvez seja este o grande receio da Igreja: ver subvertida a sua mensagem quando esta é sujeita à análise crítica dos jornalistas e da comunicação social em geral; ou seja, a relação com a opinião pública levanta de um modo particular o pudor eclesiástico em relação àquilo que a Instituição pretende transmitir, com receio de o ver subvertido.

Por outro lado, Wemans (1992) fala numa outra condicionante que apelida de “política da terra queimada”, referindo-se ao fato de a própria Igreja ser detentora de diversos meios de comunicação social. O antigo diretor-adjunto do jornal *Público*, considera que:

Como qualquer outra realização «mundana» da Igreja, os *media* católicos nunca podem satisfazer a totalidade da comunidade cristã. Estarão sempre sujeitos a críticas mais ou menos acesas dentro da própria comunidade. Quanto mais públicas forem essas realizações mais expostas à crítica se encontram, mais fonte de divisão potencial da comunidade constituem (...) esses mesmos *média* católicos são tentados a utilizarem o que chamo de política de «terra queimada». Essa política assenta num discurso terrorista sobre as intenções escondidas de todos os órgãos de Comunicação Social laicos, sobre a vontade explícita em deturpar, esconder atacar a Igreja, as suas realizações e a sua mensagem (Wemans 1992, pp. 67, 68).

É por isso que talvez possamos falar numa certa vontade da Igreja em criar uma ideia de que só os meios católicos são dignos de ser acompanhados e detentores da verdade e da fiel informação. Com isto surge também uma mentalidade de apoio e fidelização aos meios de comunicação da própria Igreja em detrimento dos meios laicos e fora do círculo eclesial. Ora esta atitude, de algum modo já superada, não permitirá que a relação de que falamos, entre a Igreja e *media*, se possa desenvolver sadamente.

## **2.2 *Communio et progressio*: a questão da opinião pública**

Pensar no conceito de opinião pública dentro da estrutura da Igreja Católica é uma das tarefas mais imprescindíveis para que a sua comunicação social, quer interna quer externa, possa ser o mais eficaz possível e se passe do receio à necessidade.

---

<sup>14</sup> Este tem sido um dos motivos de preocupação do atual Papa que, na sua primeira Exortação Apostólica, *Evangelium Gaudium*, abordou a questão da homilia como um das maiores preocupações dos sacerdotes católicos, a fim de que a mensagem cristã seja anunciada com alegria e eficácia.

De fato, a ideia de uma opinião pública dentro da Igreja Católica tem-se reduzido à repetição daquilo que anteriormente foi decidido ou à unanimidade de posições, cujo secretismo e seguimento fiel têm de ser norma de quem está dentro da Instituição.

O decreto pós-conciliar *Communio et progressio*, publicado a 18 de maio de 1971, seis anos após o encerramento do Concílio Vaticano II, apresenta-nos o olhar da Igreja sobre a comunicação social numa estrutura de três grandes partes. Na primeira sobre uma possível teologia da comunicação, pode perceber-se os princípios doutrinários que a fundamentam e lhe dão sustento; numa segunda parte há uma clara referência aos meios de comunicação social e ao seu papel no progresso humano; na última refere-se o papel que cada católico deve assumir diante desta realidade.

A releitura deste decreto, porém, faz-nos perceber que a Igreja vê as comunicações sociais “como um meio para a comunhão” (Barbeira, 2010, p. 44) e, por isso, manifesta preocupação para que o uso destes meios seja o mais correto possível, a fim de que eles concorram para a saudável harmonia da sociedade e o desejado bem comum.

É neste domínio que surge a questão da opinião pública tratada ao longo dos números 114 a 125, refletindo a importância do diálogo, seja dentro da própria Igreja seja na sua relação com o mundo:

A Igreja esforça-se por aumentar e aprofundar os elos de união entre os fiéis; para o que é indispensável a comunicação e o diálogo entre os católicos. Por outro lado, a Igreja faz parte da sociedade humana; o que implica, além do mais, por razões tiradas da sua própria natureza, que se estreitem pelo diálogo, os laços e as relações com essa comunidade. Cumpre esta obrigação, informando e ouvindo atentamente a opinião pública, dentro e fora da Igreja, e procurando um diálogo contínuo com o mundo contemporâneo, participando, assim, na resolução dos problemas do homem de hoje (Paulo VI, 1975).

Segundo Borges de Pinho, um dado elementar para esta questão é o da liberdade. O teólogo considera que “a defesa vigorosa de uma opinião pública por parte da Igreja se enraíza na questão dos direitos humanos fundamentais” (Pinho, 1992, p. 70), entre os quais a liberdade é uma das conquistas mais importantes da era moderna. Para além disso, a opinião pública, enquanto fruto da liberdade de expressão e dimensão social do homem, constitui um património do próprio Homem.

Porém, ao nível interno, a relação entre opinião pública e liberdade e dignidade humanas é ainda um problema de difícil resolução: não atender à opinião que surge dentro da própria Igreja pode ser visto como uma contradição, um colocar em causa da sua credibilidade e a negação de um dos valores vitais da dignidade humana, a liberdade dos crentes que vivem e exprimem a sua fé.

A exortação do Papa Paulo VI aponta o caminho:

(...) é necessário que os católicos se consciencializem daquela verdadeira liberdade de expressão de pensamento que o “sensus fidei” e a caridade lhe conferem: o “sensus fidei”, que é estímulo e força do Espírito da Verdade, que os faz aderir, em união e sob a guia do Magistério, à Fé da Tradição-adesão profunda, e, por isso mesmo contínuo aprofundamento e aplicação na vida prática; e a Caridade, que eleva aquela liberdade à comunhão na própria liberdade de Cristo, redentor que libertando-nos do pecado, nos tornou livres de tudo julgarmos segundo a sua vontade. As autoridades responsáveis favoreçam e procurem que exista na Igreja, graças à liberdade de expressão e de pensamento, uma troca legítima de opiniões. Estabeleçam, portanto, as normas e condições necessárias a este fim. (Paulo VI, 1971, nº 116)

Com este posicionamento é mais do que legítima a questão sobre a forma como a Igreja se relaciona com a liberdade dentro de si mesma, mas não nos pode ocupar este tema, por não ser a preocupação que encabeça este trabalho.

É fato que, colocar a liberdade à margem de qualquer realidade lança suspeitas sobre a consciência e coloca em seu lugar a obediência e a autoridade; por isso, a Igreja tem um grande caminho a percorrer, a fim de que a opinião pública seja fruto de uma liberdade das consciências, ultrapassando “secretismos injustificados”, evitando “silêncios ambíguos e meias verdades” ou “tratar os fiéis como pessoas menores ou não suficientemente responsáveis” (PINHO, 1992. p. 72).

Outra questão que se coloca no domínio da opinião pública é a da verdade. Segundo a exortação de Paulo VI:

É muito vasto o campo em que o Diálogo, no interior da Igreja, se deve desenvolver. É certo que as verdades da fé pertencem à própria essência da Igreja, e não podem, de nenhum modo, ser deixadas à interpretação arbitrária dos indivíduos. Contudo, a Igreja está encarnada na história humana; deve adaptar-se às circunstâncias particulares de tempo e de lugar; deve procurar a melhor maneira de expor as verdades da fé às diferentes épocas e culturas e adaptar a sua ação às condições sempre mutáveis dos tempos (Paulo VI, 1971, nº 117).

Por isso, a opinião pública dentro da Igreja Católica também só poderá desenvolver-se harmoniosamente se houver uma consciência de como chegamos ao conhecimento da verdade prática e qual o papel do magistério da Igreja na sua interpretação. Entenda-se, com isto, que o magistério da Igreja não é um mero porta-voz daquilo que os fiéis possam pensar ou um simples eco da opinião pública em questões doutrinárias, mas sim aquele órgão que promove a comunhão entre a autoridade da Igreja e o sentir da fé dos crentes.

A própria Igreja considera que “a verdade não se impõe de outro modo senão pela sua própria força”<sup>15</sup> e, por isso, seria impensável construir uma oposição entre a liberdade e a verdade que fundamentam qualquer opinião.

Por outro lado, a opinião pública dentro da Igreja deve ser encarada como uma mais-valia que promove o diálogo<sup>16</sup> e com isso a descoberta da tal verdade prática que se impõe pela força dos seus argumentos. A opinião pública poderá, pois, ser observada como a forma mais eficaz de uma comunicação que realiza e fomenta a corresponsabilidade, que ajuda a criar uma comunidade de pessoas que sabem dever ter um papel ativo na busca dos meios pelos quais se pode anunciar a sua mensagem.

### **2.3 Paulo VI: uma evolução na posição da Igreja**

A relevância da comunicação social na sociedade contemporânea surge no início dos anos setenta, em que se vive um clima turbulento de contestação fortemente ideológica, e em que Paulo VI, o Papa de então,

---

<sup>15</sup> Assim o escreve a Declaração *Dignitates humanae*, documento resultante do Concílio Vaticano II, que trata da questão da liberdade religiosa.

<sup>16</sup> Neste tema teremos de fazer uma necessária referência à Encíclica *Ecclesiam suam* de Paulo VI (1964) que tratará já, mesmo antes da conclusão do Concílio Vaticano II, o tema do diálogo como uma necessidade vital para a ação da Igreja e a execução da sua missão no meio dos homens.

(...) retoma a mensagem social de Leão XIII e atualiza-a, por ocasião do octogésimo aniversário da *Rerum novarum*, com a Carta apostólica *Octogesima adveniens*. O Papa reflete sobre a sociedade pós-industrial com todos os seus complexos problemas salientando a insuficiência das ideologias para responder a tais desafios: a urbanização, a condição juvenil, a condição da mulher, o desemprego, as discriminações, a emigração, o incremento demográfico, o influxo dos meios de comunicação social, o ambiente natural (Compêndio da Doutrina Social da Igreja, n. 100).

Quatro anos após a publicação do decreto "*Communio et Progressio*", a 8 de dezembro de 1975, o Papa Paulo VI assina uma nova exortação apostólica, "*Evangelii nuntiandi*", sobre a forma como a Igreja tem de realizar a evangelização, e que caracteriza a sua missão.

Neste documento surge a novidade acerca de uma maneira de se elaborar uma teologia e uma prática da comunicação, uma vez que nele se afirma a necessidade de rever "o modo de fazer chegar ao homem moderno a mensagem cristã, (...) de uma maneira compreensível e persuasiva" (Paulo VI, 1975).

No quarto capítulo do texto, dedicado aos meios usados para a transmissão da mensagem, o Papa Paulo VI enuncia, entre os meios tradicionais de que a Igreja se faz valer, os *media*. Reconhecendo que estes marcam de forma determinante a cultura de então e que "não podem deixar de se servir" à missão da Igreja, afirma:

Postos ao serviço do Evangelho, tais meios são suscetíveis de ampliar, quase até ao infinito, o campo para poder ser ouvida a Palavra de Deus e fazem com que a Boa Nova chegue a milhões de pessoas. A Igreja viria a sentir-se culpável diante do seu Senhor, se ela não lançasse mão destes meios potentes que a inteligência humana torna cada dia mais aperfeiçoados. É servindo-se deles que ela "proclama sobre os telhados", a mensagem de que é depositária. Neles encontra uma versão moderna e eficaz do púlpito. Graças a eles consegue falar às multidões (Paulo VI, 1975).

Neste documento salienta-se que a mensagem cristã deverá chegar ao maior número de pessoas possível, "mas com a capacidade de penetrar na consciência de cada um desses homens, de se depositar nos corações de cada um deles, como se cada um fosse de fato o único, com tudo aquilo que tem de mais singular e pessoal, a atingir com tal mensagem e do qual obter para esta uma adesão, um compromisso realmente pessoal" (Paulo VI, 1975). E esta é talvez a maior das exigências colocadas à comunicação social por parte da Igreja Católica.

A preocupação do Pontífice Romano com esta temática é manifesta ao longo do seu pontificado e essa preocupação assume um traço visível quando logo após dois anos ocorridos sobre o fim do Vaticano II, em 1967, decide proclamar um Dia Mundial das comunicações sociais, que se deveria celebrar todos os anos no domingo em que a Igreja celebra o Ascensão do Senhor.

Este dia, sempre marcado por uma mensagem pontifícia a propósito,

(...) quer chamar a atenção dos seus filhos e de todos os homens de boa vontade para o vasto e complexo fenómeno dos modernos meios de comunicação social, como a imprensa, o cinema, a rádio e a televisão, que são uma das notas mais características da civilização moderna (Paulo VI, 1967).

Esta intenção, declarada precisamente na primeira mensagem que marcou o dia 7 de maio daquele ano, haveria de repetir-se nas mensagens seguintes em que o Papa, que marcou a

viragem do rumo da Igreja, chamou a atenção para o papel dos meios de comunicação social nos diferentes e variados âmbitos da vida humana.

Num total de doze mensagens, publicadas nos últimos anos do seu pontificado, Paulo VI sempre assinalou a importância dos meios de comunicação social na vida do Homem, e em cada ano alertava os próprios *media* e o mundo com temáticas que manifestam essa mesma preocupação:

a) 1968<sup>17</sup>: a mensagem refere-se aos meios de comunicação social como meios de realização e promoção do progresso dos povos, diante das “enormes mudanças que se estão a verificar debaixo dos nossos olhos neste campo e as graves responsabilidades que isto implica para todos” (Paulo VI, 1968);

b) 1969: o tema da família assume a centralidade da mensagem papal, na qual se reflete sobre a influência que os *media* nela exercem, seja pelas diferenças e mudanças que estes introduziram na vida familiar seja pela discussão e conversação que nela suscitam;

c) 1970: a juventude é o motivo de preocupação e reflexão de Paulo VI, sobretudo o papel que os meios de comunicação têm na formação e aquisição de informação nos jovens, lembrando-os que estes são “meios maravilhosos”, mas que não podem ter outra função senão o serem “meios para se conseguir um fim único digno deste nome: o serviço do Homem” (Paulo VI, 1970);

d) 1971: a mensagem centra-se na importância dos meios de comunicação como promotores da “unidade dos homens”, responsabilizando-os pela tarefa “de trazer à luz todos os aspetos” que comprometam a realização esta unidade;

e) 1972: a questão da dignidade da vida humana, em todas as suas dimensões, é o ponto central em que assenta a mensagem do Papa; referindo-se à exigência da verdade podemos perceber a preocupação de Paulo VI diante dos meios de entretenimento e de transmissão da informação referindo que

(...) somente o esforço conjunto e sincero de comunicadores e recetores pode oferecer uma certa garantia de que cada evento seja compreendido na sua verdade integral. Aqui aparece a excelência da tarefa do informante, que consiste não somente em revelar o que pode ser imediatamente verificado, mas também em procurar elementos de enquadramento e de explicação sobre as causas e as circunstâncias de cada fato que ele deve comunicar. Este trabalho poderia, de certa maneira, ser comparado com uma “pesquisa científica”, pela seriedade e a dedicação que exige no controle e na avaliação crítica das fontes, na fidelidade aos dados observados, e na sua transmissão integral. A responsabilidade é ainda mais grave se o comunicador, como muitas vezes acontece, é levado a acrescentar, à simples relação do fato, elementos de juízo e de orientação. (Paulo VI, 1972)

f) 1973: a afirmação e promoção dos valores espirituais constitui a fonte de preocupação da Mensagem deste ano, na qual se mostra como a Igreja deseja que a

---

<sup>17</sup> Recordemos que neste mesmo ano o Papa Paulo VI tinha publicado, porventura a mais polémica Encíclica, *Humanae Vitae*. Esta denunciava claramente as mudanças de valores que ganhavam vigência no mundo em que “o homem fez progressos admiráveis no domínio e na organização racional das forças da natureza, de tal maneira que tende a tornar extensivo esse domínio ao seu próprio ser global: ao corpo, à vida psíquica, à vida social e até mesmo às leis que regulam a transmissão da vida.” Sendo assim, um primeiro passo a dar para que a comunicação cumprisse o seu trabalho em prol da humanidade; era comprometê-la com a defesa da verdade e da vida humana, e não a manter refém das influências vigentes.

comunicação social possa “comunicar em toda a sua plenitude os valores da mensagem vivificante de Cristo e fazer com que estas convicções ressoem no mundo” (Paulo VI, 1973);

e) 1974: regressando às razões pelas quais a Igreja olhou positivamente para as comunicações sociais, a preocupação com a evangelização do mundo contemporâneo fundamenta a mensagem deste ano;

f) 1975: o Papa atribui aos meios de comunicação social a responsabilidade de promoverem “um clima de reconciliação” entre as nações, manifestado pelo respeito para com “a objetividade dos factos e pela autêntica escala de valores a que se referem”; destacando a importância do conceito de objetividade na comunicação, refere-se que “a objetividade é um aspeto essencial da informação”, reconhecendo que “é lícito enriquecer a narração com uma certa “interpretação” que, porém, somente se justifica na medida em que contribui para fazer aparecer melhor a natureza dos fatos, a dimensão real que os mesmos assumem no contexto, como também na sua relação com os valores humanos” (Paulo VI 1975) e com isso promover-se a estabilidade e harmonia entre os povos;

g) 1976: a Mensagem exorta os meios de comunicação social a assumir um contributo na defesa dos direitos e deveres fundamentais do homem, enquanto “instrumentos educativos e, como tais, são guindados a uma função mais alta, que é de ordem didática e formativa”, considerando ainda que

(...) a Igreja, por sua vez, não reivindica, neste campo, nenhum privilégio, mas reafirma o seu direito-dever de estar presente – com a sua longa e universal tradição histórica, cultural e, sobretudo, religiosa e educativa – no setor dos meios de comunicação social de propriedade pública ou privada e, se necessário, com a possibilidade de ter os seus próprios meios, na visão direta não só pelo seu dever primário de comunidade evangelizadora, mas também pela afirmação de seus direitos humanos, que a torna – como aconteceu no passado – promotora do desenvolvimento integral do homem. (...) Com os auspícios que os meios de comunicação ofereçam a sua contribuição positiva à promoção dos direitos e ao conhecimento dos deveres do homem (Paulo VI 1976);

h) 1977: o tema da publicidade, as suas vantagens e os seus perigos centralizam o discurso do Papa, uma vez que o tema se relaciona com o desenvolvimento integral do homem e exerce influência sobre a sua vida cultural, admite também que “ninguém pode fugir da sugestão da publicidade, porquanto, mesmo prescindindo do conteúdo de suas mensagens, ela apresenta, ou, pelo menos, inspira-se em determinadas visões do mundo, que solicitam inevitavelmente o cristão, o seu juízo, o seu modo de agir; a publicidade, além disso, assume uma importância cada vez mais crescente, porque, em grande parte, os financia e se serve deles, no desenvolvimento dos meios de comunicação, incidindo de maneira direta e de formas por vezes perigosas sobre a orientação e sobre sua liberdade” (Paulo VI, 1977);

i) 1978: na sua última mensagem, escrita num ambiente político extramente tenso, em que a Guerra Fria substitui muitas vezes o campo de batalha pelo cenário dos meios de comunicação social, Paulo VI dedica “uma reflexão específica sobre a função e o uso dos meios que servem exatamente para as comunicações sociais” (Paulo VI, 1978) lembrando temas fundamentais como o diálogo, a verdade, o entretenimento e o papel ativo dos recetores para a realização de uma efetiva comunicação social;

## 2.4 Em busca de uma relação estável

No dizer do Compêndio da Doutrina Social da Igreja (n. 106):

A comunicação social, tal como “toda a vida social, é expressão do seu inconfundível protagonista: a pessoa humana. De tal fato a Igreja sempre soube, amiúde e de muitos modos, fazer-se intérprete autorizada, reconhecendo e afirmando a centralidade da pessoa humana em todo âmbito e manifestação da sociabilidade: «A sociedade humana é objeto da doutrina social da Igreja, visto que ela não se encontra nem fora nem acima dos homens socialmente unidos, mas existe exclusivamente neles e, portanto, para eles». Este importante reconhecimento encontra expressão na afirmação de que «longe de ser o objeto e o elemento passivo da vida social», o homem, pelo contrário, «é, e dela deve ser e permanecer, o sujeito, o fundamento e o fim». Nele, portanto, tem origem a vida social, a qual não pode renunciar a reconhecê-lo seu sujeito ativo e responsável e a ele deve ser finalizada toda e qualquer modalidade expressiva da sociedade.

Assim como seria totalmente errado observar o Homem longe da realidade espiritual ou religiosa que o constitui como pessoa, seria hoje impensável um mundo sem os meios de comunicação social. Esta afirmação justifica-se pelo lugar significativo que os *media* assumem na vida humana.

Observar uma Igreja que vive sem usar os meios da comunicação social ou que os renegue e os olha com desconfiança será talvez o maior retrocesso na sua própria missão que é a de dar a conhecer o evangelho de Jesus Cristo, promovendo a difusão da doutrina que dele decorre.

Mas a complexidade das transformações no campo dos *media* provocou a mudança não somente nas organizações administrativas e de mercado, mas também alterações na convivência dos humanos, na sociedade atual. É por isso que podemos afirmar, como o consideraram os Papas Paulo VI e João Paulo II<sup>18</sup>, que a Igreja cresce na consciência de que comunicação e evangelização não podem trilhar os seus caminhos de forma paralela, sem realizar um estreito e efetivo diálogo.

O desenvolvimento dos *media* traz consigo uma profunda necessidade de a Igreja se ir integrando nos novos meios e tecnologias de comunicação, cada vez mais usados, velozes e invasivos, e que alteram profundamente a existência quotidiana das pessoas.

As novas tecnologias impulsionam uma profunda transformação da comunicação, e dão lugar a uma nova cultura com novas linguagens. Daí segue-se que a Igreja terá de assumir o desafio de desenvolver uma comunicação adequada aos nossos tempos. Diremos mesmo que “todas essas recentes transformações no mundo da comunicação forçam a Igreja a desenvolver uma maneira nova de dialogar com a sociedade” (Puntel, 2011, p. 239). As rápidas e contínuas transformações obrigam a uma contínua revisão sobre quem são os emissores e recetores dos meios, dada a interatividade e o progressivo desaparecimento das fronteiras a que assistimos.

---

<sup>18</sup> No ano de 1990 o Papa João Paulo II publica a Encíclica *Redemptoris Missio*, que trata também o tema da evangelização, mas fazendo sobressair o espírito missionário da Igreja. Porém, nos dois documentos é visível uma crescente preocupação da Igreja para com a questão do diálogo e relação entre a cultura e a fé.

É preciso, pois, que a Igreja preste atenção à mudança na forma como se processa a comunicação, o que exige uma transformação na maneira como se estabelece o diálogo entre fé e a cultura. Este será um grande e necessário desafio para Igreja atual.

Bento XVI, na mensagem “Novas tecnologias. Novas relações” que assinalou o Dia das Comunicações Sociais do ano de 2009 afirma:

O desejo de interligação e o instinto de comunicação, que se revelam tão naturais na cultura contemporânea, na verdade são apenas manifestações modernas daquela propensão fundamental e constante que têm os seres humanos para se ultrapassarem a si mesmos entrando em relação com os outros (Bento XVI, 2009).

Poder-se-ia colocar aqui um ponto fundamental do tempo presente que é o fenómeno das novas tecnologias, que constitui uma transformação cultural, na medida em que os consumidores são incentivados à procura da informação e a recorrer a conexões a conteúdos mediáticos dispersos.

Inaugura-se uma “cultura participativa”, já anunciada e exortada pelo Papa Paulo VI em variados documentos, mas de um modo especial na XII Mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais em 1978, e que contrasta com aquelas noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. É certo que hoje o recetor deve ser considerado como participante, como aquele que interage de acordo com um novo conjunto de regras.

Apesar da muita reflexão a que assistimos sobre as transformações relacionais que as novas tecnologias têm provocado é certo que a necessidade humana de nos relacionarmos permanece. E é nessa necessidade que a Igreja Católica deverá encontrar o seu campo de ação no domínio dos *media*.

Os meios de comunicação, como o próprio nome indica, são um meio para alcançar um fim, um fim social - seja ele cultural, ideológico, político, económico ou até religioso - que deve visar sempre o bem comum. Estes instrumentos têm um tal alcance que se justifica amplamente a designação de *quarto poder* que lhes foi atribuída.

Trata-se do instrumento com mais influência na sociedade contemporânea: por seu intermédio difundem-se mensagens, ideias, teorias, avanços da investigação científica, e tudo isto a uma velocidade extraordinária, alicerçada numa capacidade tecnológica em constante progresso. Por tudo isto, os meios de comunicação são também, por excelência, o instrumento da nova evangelização.

No ano 2000 o Papa João Paulo II viria a afirmar diante de uma grande assembleia de jornalistas, que:

Este é um período de profundas transformações no mundo do jornalismo. A proliferação de novas tecnologias já alcança todos os âmbitos e empenha cada ser humano em medida mais ou menos grande. A globalização aumentou as capacidades dos meios de comunicação social, mas também cresceu a sua exposição às pressões ideológicas e comerciais. Jornalistas, isto deve impelir-vos a interrogar-vos sobre o sentido da vossa vocação de cristãos comprometidos no mundo da comunicação (João Paulo II, 2000).

Poderíamos, pois, falar numa Igreja que pensa nos *media* como agentes ativos na edificação dos horizontes culturais e na difusão dos valores morais que caracterizam a Humanidade.

## Capítulo 3. A Igreja e a comunicação social local

Neste capítulo do nosso trabalho deter-nos-emos numa análise sobre a forma como a Igreja, na prática, encarou a comunicação social e dela se serviu para o seu fim primordial, que é a de fazer conhecer a mensagem de Cristo aos homens, nos diferentes âmbitos das suas vidas, de um modo muito particular ao nível local.

Ao iniciarmos esta temática debatemo-nos logo com a dificuldade em categorizar este tipo de imprensa. Segundo Lopes e Serrano (2010, p. 15), “era frequente a referência genérica à Imprensa (nacional, regional e local), como um todo”. Segundo Ferreira (p. 850) “A definição empírica é simples. Difíceis são os caminhos para alcançar um conceito cientificamente consistente”. Porém, no decurso deste trabalho usaremos o termo “imprensa regional local”, uma vez que delimitamos como espaço geográfico o território da Diocese da Guarda, que forma uma “igreja particular”, ou seja. um conjunto de várias paróquias, dentro de uma região geográfica, presididas por um bispo dentro de uma Igreja Universal<sup>19</sup>.

Concordando com a ideia de que “a imprensa local e regional representa uma realidade das mais peculiares” (Lopes & Serrano, 2010, p. 15), debruçamo-nos nesta parte do nosso trabalho sobre como é que ela se desenvolveu, ao longo do século XX, na Diocese da Guarda, observando o contributo da Igreja no desenvolvimento da mesma.

### 3.1. A “boa imprensa” pré-conciliar

Como já referimos na primeira parte do nosso trabalho, o olhar da Igreja sobre os meios de comunicação social foi deveras desconfiado, sobretudo antes do Concílio Vaticano II. Porém, para que se entenda a implantação e o desenvolvimento da imprensa de cariz católico na Diocese da Guarda é necessária uma breve resenha histórica, que nos mostre alguns comportamentos e fatores que influenciaram esse mesmo desenvolvimento.

Até à década de sessenta, a Igreja mostrou-se muito adversa ao modernismo e, até mesmo, a um certo avanço na forma como alguns teólogos observavam que a doutrina católica estava desfasada da realidade social, aliás, problema que sempre subsistirá no conflito entre o cristianismo e o mundo laical.

As primeiras décadas do século XX, ao nível eclesial, são pautadas pelo pensamento do Concílio Vaticano I, protagonizado pelo Papa Pio IX (1869 - 1970), profundamente apologético e do qual surgiu como novidade o dogma da infalibilidade pontifícia<sup>20</sup>, que acentuava a forma como o Papa da Igreja Católica usava o seu poder.

---

<sup>19</sup> O termo *igreja particular* é sugerido nos cânones 368 a 374 do Código do Direito Canónico para definir o espaço geográfico de um território da Igreja, vulgarmente designado como Diocese: “As Igrejas particulares, nas quais e das quais existe a una e única Igreja Católica, são primariamente as dioceses” (c. 368); “A diocese é a porção do povo de Deus que é confiada ao Bispo para ser apascentada com a cooperação do presbitério” (c. 369).

<sup>20</sup> No texto conciliar pode ler-se: “O Romano Pontífice, quando fala “ex cathedra”, isto é, quando no exercício de seu ofício de pastor e mestre de todos os cristãos, em virtude de sua suprema autoridade

Dentro desta apologia da verdade suprema de que a Igreja se sentia portadora, “lutar contra a liberdade de expressão era uma forma de defender a autoridade e verdade da Igreja” (Santos, 2010, p. 187).

A desconfiança com que eram vistos os diversos meios de comunicação social, por parte da Igreja, nascidos de fora da sua alçada, levou ao surgimento da expressão antagónica “boa imprensa” e “má imprensa”, para designar aqueles meios que o Magistério entendia como favoráveis ao cristianismo ou que lhe eram adversos.

O período anterior à I República fica marcado por um grande dinamismo na imprensa católica, marcado com o surgimento de vários boletins paroquiais e jornais diocesanos da Guarda, graças à campanha “da boa imprensa e do jornal *Novidades*” (Santos, 2010, p. 189).

Numa época de elevadas taxas de analfabetismo, e em que o laicismo, agnosticismo e liberalismo formavam as cores da bandeira republicana, sobressaiam grandes pensadores que faziam nascer novas ideologias e agitavam mentalidades, que, pela grande vulnerabilidade em que se viam, demonstravam dificuldade na crivagem das leituras e das novidades emergentes.

Perante este cenário a necessária recristianização da sociedade colocava-se como tarefa emergente da Igreja Católica, e a “boa imprensa é uma excelente forma de fazer apostolado e de chegar particularmente àqueles que vivem afastados, a quem o sacerdote não pode evangelizar por nunca o escutarem” (Santos, 2010, p. 193).

Numa linguagem direta e *sui generis*, o então Bispo da Guarda traça este mesmo objetivo numa simples exortação:

[...] não querem saber da Igreja, não querem saber do Padre, não querem saber da religião? Pois vá a Igreja, vá o Padre, vá a religião ter com eles. E como? pela boa imprensa, pelo livro de piedade, pelo bom jornal. (Boletim da Diocese da Guarda, 1915, p. 82).

Santos (2010, p. 189) considera que, a partir desta altura, a imprensa começa a ser vista no seio eclesial como grande aliada no combate contra a descristianização, manifestando-se numa dupla função:

[...] unir por meio do controlo para controlar e cristianizar utilizando a unidade controlada para poder controlar atitudes e formas de ser, através da propagação de valores, da divulgação das verdades e da formação na disciplina.

É D. José Alves Matoso, então bispo da Guarda, que em 20 de outubro de 1915, promulga a criação da Liga da Boa Imprensa, cujo objetivo era fundamentalmente «“levar ao povo, especialmente aos meios operários, publicações de defesa e propaganda cathólica” (...) trata-se de uma forma de tornar a Igreja presente, pela apologia e pelo apostolado» e com objetivos especificamente definidos no artigo 15º dos seus estatutos, promulgados na data já referida:

---

apostólica, define uma doutrina de fé ou costumes que deve ser sustentada por toda a Igreja, possui, pela assistência divina que lhe foi prometida no bem-aventurado Pedro, aquela infalibilidade da qual o divino Redentor quis que gozasse a sua Igreja na definição da doutrina de fé e costumes. Por isto, ditas definições do Romano Pontífice são em si mesmas, e não pelo consentimento da Igreja, irreformáveis.”

- a) “Angariar assignaturas para os Boletins parochiaes e jornaes catholicos;
- b) Espalhar tanto estes Boletins e jornaes como folhas soltas entre as classes pobres, e sobretudo entre aquelles que não frequentam a egreja;
- c) Distribuí-los também pelas cadeias, hospitais, asylos, clubs, cafés, oficinas, fábricas e estabelecimentos mais frequentados;
- d) Preferir e pedir que sejam preferidos os jornaes cathólicos para a publicação de annuncios e comunicados;
- e) Promover a venda avulsa d’esses jornaes, onde isto for possível;
- f) Enviar-lhe notícias e correspondências, se os respectivos directores o desejarem.” (Boletim da Diocese da Guarda, 1915, p. 86 a 88).

Estes objetivos manifestam a mentalidade vivida em todo o país diante da notória descristianização protagonizada pelo modernismo e pela alteração dos sistemas políticos em toda a Europa. Esta efervescente forma de cortar com o pensamento instituído surgia com maior força ao observar-se que o Estado Novo preconizava os seus ideais “Deus, Pátria e Família” como sinal de uma ditadura cerrada e de castração do pensamento.

A Liga da Boa Imprensa era então presidida pelo próprio Bispo da Guarda, D. José Alves Matoso, tendo como colaboradores alguns sacerdotes e leigos com formação académica, e que assim protagonizavam um dos momentos ímpares do trabalho jornalístico da Diocese.

Porém, os antecedentes à criação de uma Liga que defendesse os meios de comunicação católicos e promovesse uma certa censura aos outros meios de comunicação datavam de há alguns anos, sobretudo como consequência do republicanismo.

Num documento de 1913 (Boletim da Diocese da Guarda, 1913, p. 89), já o Bispo da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos, reconhecia que “a imprensa foi sempre, e é actualmente mais do que nunca, uma das mais poderosas alavancas sociaes.” No entanto, com este reconhecimento há também a reserva e uma desconfiança que colocava a imprensa como aliada das ideias modernistas que vinham prejudicar a moral católica e a fé cristã: “pelo jornal se propagam ideias; é por elle que se forma e agita a opinião pública. Ora por desgraça nossa, em Portugal é grande o numero de jornaes que difundem o mal, e pequeno, muito reduzido, o dos que que espalham e propugnam o bem (Boletim da Diocese da Guarda, 1915, p. 89).”

Nessa União Cathólica, uma espécie de cruzada defensora “da moral e dos bons costumes”, considerava-se mesmo que a “imprensa impia (...) tem sido a causa principal da descristianização do nosso povo” (Boletim da Diocese da Guarda, 1913, p. 89). e exortava os párocos a fazer sentir aos seus paroquianos o perigo da leitura dos jornais enquanto se lhes pedia um contributo para que os jornais e meios de comunicação católicos pudessem proliferar.

O documento apelava ainda à criação de uma sala de leitura ou uma pequena biblioteca em cada paróquia, para que os católicos pudessem saborear uma leitura orientada e “atrahindo ahi até os analfabetos, e prestando-se alguém a fazer à noite, a uma hora certa, a leitura em voz alta do jornal e d’outra qualquer publicação de propaganda” (Boletim da Diocese da Guarda, 1915, p. 90).

Em 1914 outro opúsculo da União Católica falava da “imprensa maldita, propagandista enfeudada ao erro ou à imoralidade” que “devasta as inteligências e as consciências como as pragas do Egipto” (Boletim da Diocese da Guarda, 1914, p. 4).

A primeira metade do século XX fica ainda marcada por este pensamento de cruzada da boa imprensa que procurava combater “os inimigos da Igreja e da sociedade” que “se servem continuamente de livros, revistas, jornais e outros escritos, para combater os dogmas da fé, para arruinar os princípios da sã moral e para derruir a própria constituição civil ” (SANTOS, 2010, p. 195).

Este pensamento só haveria de se transformar de forma mais efetiva e menos apologética com o Concílio Vaticano II, como já demos conta no capítulo que inaugura este trabalho. Só com o grande acontecimento que marcou a história da igreja contemporânea é que se entendeu que a imprensa e os meios de comunicação poderiam ser vantajosos para a ação da evangelização.

### **3.2. Igreja e Comunicação Social Local**

Segundo Gouveia (2009), o surgimento da imprensa regional local é um dos fenómenos de grande interesse, que permite a observação de como se desenvolve o acesso à informação por parte das comunidades mais pequenas:

A presença de jornais e de publicações noticiosas deixou de ser um exclusivo das grandes cidades e passa a ser quase obrigatória em, pelo menos, todas as capitais de distrito. O interior de Portugal não é excepção e começam a ser produzidos, nas capitais de distrito, os primeiros títulos. Com uma forte ligação à terra, este tipo de publicações retratava os episódios locais, as necessidades e aspirações dos diferentes territórios. No caso da Beira Interior, assumia-se também como amplificador de todas as vontades das gentes beirã (Gouveia, 2009, p. 26).

O jornalismo regional local que se desloca dos grandes meios urbanos, “pode ser um elemento estruturador deste espaço público regional entendido como esfera crítica de debate e de interação dos cidadãos em torno dos problemas que lhe são mais próximos” (Correia, p. 4).

Na opinião geral, e apesar da atual preocupante questão que nos faz refletir sobre o formato digital ou tradicional da imprensa escrita, a verdade é que “sem bons jornais, as comunidades locais e regionais ficam tendencialmente amputadas de boa «informação de proximidade», uma das mais distintivas características da imprensa local e regional” (Ferreira, p. 849).

Esta consciência sempre a teve a Igreja Católica, que desde muito cedo deteve uma assinalável presença no panorama da comunicação social ao nível nacional. Questionarmo-nos sobre o seu poder de influência poderia ser uma outra parte deste trabalho, mas na verdade o histórico de tiragens, assim como os índices de leitura da imprensa local, são dados significativos e expressivos desta presença.

Segundo Gouveia (2009, p. 25) “a importância desta ferramenta, em termos sociais, políticos, económicos, na sua efectiva capacidade transformadora do pensar social, vai levar a que desponham jornais um pouco por todo o lado”, e o mesmo acontece na Igreja.

A euforia comunicativa da Igreja surge em meados do século XX, com o aparecimento de uma grande quantidade de “boletins paroquiais”. A época em que surgem manifesta, de alguma forma, o tal carácter apologético católico, numa época em que o analfabetismo contava ainda com índices consideráveis.

Sob a defesa de que “não basta ensinar a ler; é preciso dar que ler” (Oliveira, 1965, p. 571), os boletins paroquiais surgem como uma forma de espalhar a mensagem cristã, assumindo-se assim a responsabilidade atribuída por Cristo à sua Igreja de fazer chegar o evangelho a todas as partes:

A pregação da Palavra não pode contentar-se hoje, até nos meios rurais, com os métodos tradicionais, com inegáveis frutos no seu tempo, ainda hoje capazes de frutificar se aproveitados de modo mais actualizado: a Mensagem ainda pode entrar pelos ouvidos, desde que ande bem exposta, hoje tem de contar imenso com os olhos, já que uma espécie de individualismo generalizado defende a discussão vagarosa de qualquer verdade que seja aceite. O recurso à autoridade perde cada vez mais valor: a autoridade impõe-se quando vive de uma verdade que a inteligência aceita. (...) Na época em que o erro e a deformação intencional lançam mão da imprensa, a verdade tem de socorrer-se do honestamente lícito (...) não pode utilizar os truques baixos do erro (Oliveira, 1965, p. 571).

Assim, o boletim paroquial surge distinto de qualquer outro magazine, e distingue-se pelo seu duplo carácter de formar e informar, sob a ideia de que a sua doutrina e a sua doutrinação é que justificam a sua existência. Ele deverá, no momento presente, corresponder à necessidade de uma comunidade e não ser produzido por mero capricho ou investimento de modernidade, uma vez que o formato digital se impõe na era atual.

Oliveira (1965, p. 573) define-o como “pequeno, elegante, com espaços bem aproveitados, conta com leitores e anda cheio como um ovo: cada linha e cada frase actuam. É aguardado, já mereceu várias transcrições, o que é uma espécie de consagração.”

Porém, surgiram também vários maus exemplos de trabalhos realizados sem um plano, sem um fio condutor ou editorial, como que querendo cada paróquia dar resposta à febre de uma massificação da imprensa cristã que pretendia combater o erro moderno. Muitas paróquias, que procuraram dar resposta a este desafio de combater a descristianização, não estiveram munidas de meios humanos capazes de um trabalho contínuo neste âmbito e outras não se preocuparam em fazer chegar o seu periódico para além da porta da igreja, onde vulgarmente era distribuído. Daí que muitos dos boletins paroquiais tenham ido desaparecendo do panorama comunicativo da Diocese - fenómeno ocorrido um pouco por todo o país.

A este mesmo respeito, Aguiar (1992, pp. 79 - 80) considera que “a imprensa de inspiração cristã enferma, entre nós, de velhas deficiências” manifestando, no momento, algumas características preocupantes. Segundo o autor ela revela:

- a) uma “paradoxal falta de informação regional;
- b) “mais apologética que esclarecedora”;
- c) uma “notória ausência de síntese”;
- d) ser dirigida para “leitores demasiado passivos”;

e) uma “escassa qualidade dos parques gráficos”.

Ora o cenário apresentado na década de noventa pelo sacerdote católico, responsável pelo Secretariado Nacional das Comunicações Sociais da Conferência Episcopal Portuguesa não se alterou em muito, até 2015.

Porém, é necessário olhar para o passado para que surjam motivos de renovada esperança. E neste olhar, sobre o que foi, ressalta o trabalho realizado por cada uma das dioceses portuguesas na publicação de pelo menos um semanário. Este aparece como o indicador de um desiderato ainda por realizar, que será o de a Igreja em Portugal conseguir afirmar-se com uma publicação diária ou semanal, da qual existiram já vários projetos, mas que não passou dessa fase: um projeto.

Os jornais diocesanos, assim conhecidos no meio eclesial, não sendo pertença da hierarquia ou de um grupo, são sim uma consciente “obrigação de fazer a Igreja presente na imprensa”, eles “possibilitam à Igreja local viver e manifestar a sua experiência num determinado momento e lugar” (Aguiar, 1992, p. 81), não sendo, portanto, apenas um capricho pastoral.

Além desta necessária transmissão da informação dos acontecimentos que marcam o momento e o lugar, conteúdos fundamentais de um jornal diocesano, este género de periódicos tem ainda a missão de contribuir para a participação da Igreja Particular no sentido de pertença à Igreja Universal.

Por isso, poderíamos definir como principais características da imprensa católica local o seu espírito de abertura e universalidade, o seu profetismo e espírito dialogante, que contribuirão para uma permanente busca da objetividade, tendo como destinatário o Homem universal, a quem pretende fazer chegar a mensagem da “boa-nova”, dispondo-se a escutar e refletir com as diferentes formas do pensamento recetor.

Isto exige da Igreja um especial investimento, para que a sua imprensa esteja sempre atualizada no cumprimento das normas profissionais e técnicas do jornalismo, exige uma organização empresarial, exige colaboradores profissionalmente preparados para alcançar a dignidade jornalística que deseja mostrar.

O semanário diocesano não tem que ser a imagem e a voz da sacristia. Deve, antes, assumir como meta a capacidade de se impor no âmbito da imprensa geral, a fim de alcançar todo o povo. Com compreensão e respeito face às ideias alheias; e com qualidade adequada à apresentação das suas próprias propostas. (Aguiar, 1992, p. 81)

De facto, olhar e projetar o futuro de uma imprensa católica local exigirá um grande investimento aos mais variados níveis. O primeiro deles será o da constante busca de afirmação desta imprensa como promotora do desenvolvimento da região em que se insere e, com isso, protagonizar a defesa da dignidade das pessoas de cada local em que ela se estabelece.

À imprensa católica local não lhe será, de modo algum, retirada a missão de ativar a consciência regionalista que preserva o património histórico e cultural, promovendo

iniciativas que assegurem e desenvolvam a riqueza das regiões, divulgando-as e fazendo com que elas tornem visíveis as peculiaridades que atraem.

Não menos importante, neste futuro que palmilhamos, é o papel que os *media* católicos, ao nível local, têm na descentralização dos meios de comunicação social.

É certo que, na atualidade, a Igreja não possui um jornal católico nacional: “cada Diocese faz isoladamente aquilo que a globalidade não consegue” (Aguiar, 1992, p. 80). Porém, esta consciência de que a Igreja deve ter uma presença na imprensa nacional traz consigo grandes desafios à reabilitação do jornalismo católico especializado. O futuro do jornalismo promovido pela Igreja não pode ser feito somente pelos jornais de inspiração cristã, sob o signo de um semanário regional. A Igreja deverá fazer uma aposta séria para que os temas do jornalismo religioso ocupem um lugar e se afirmem na imprensa, não apenas *on-line*, mas também nos jornais que são propriedade sua.

O semanário diocesano não é pertença de uma hierarquia, nem tão pouco de um grupo, mas sim de toda a Igreja. Ora isso traz consigo uma responsabilidade de que se manifeste o sentir, a experiência e vivência de toda a Igreja de um determinado local:

Nas suas páginas têm, pois, de transparecer as realidades, experiências e opiniões que fervilham nos distintos sectores da diocese, de modo que o jornal seja um ponto de encontro e sadio confronto. Os acontecimentos que, ali e agora, fazem a teia da vida dos homens, são contudo obrigatório do jornal diocesano; ainda que um conteúdo iluminado pela luz dos princípios cristãos. E tenha-se ainda em conta que o seu carácter de jornal local não o pode alhear da obrigatória solidariedade com toda a Igreja. Por isso lhe cabe estimular a abertura e participação local nos problemas da Igreja universal e do mundo. (Aguiar, 1992, p. 81)

Estes desafios trazidos pela análise do contexto atual determinarão as orientações que, com a maior urgência, a Igreja necessita de dar à sua ação jornalística.

### 3.3. O Caso da Diocese da Guarda

Na Beira Interior, o surgimento dos jornais regionais assumia-se também como amplificador de todas as vontades das gentes beirãs. Que mais não seja, um dos sinais evidentes desta ligação quase umbilical pode ser constatado nos diversos títulos das publicações:

[...] na Beira, a primeira tentativa de lançamento de um periódico ficou documentada no *Sentinela da Liberdade*, publicado na cidade de Castelo Branco em 19 de Dezembro de 1846 (número único), com o objectivo de defender a Junta do Porto e divulgar o seu programa. Só em 1864 surgiram outros títulos no mesmo distrito: *O Comércio da Covilhã*, que circulou desde 27 de Agosto naquela ainda vila notável, como «aliado do partido clerical covilhanense», até 13 de Maio de 1865; e *A Estrela da Beira*, publicado em Alpedrinha de 31 de Agosto a 25 de Maio de 1864. No Fundão, o primeiro jornal, *O Apóstolo da Verdade*, surgiu a 26 de Maio de 1870, por iniciativa de um boticário espanhol que aí vivia, Francisco António Alburnau de Puga, e circulou como folha literária e noticiosa até 28 de Julho de 1871 (Gouveia, 2009, p. 28).

Na defesa que faz do jornalismo regional local diz Correia (p. 4),

[...] as especificidades desse tipo de jornalismo devem ser mantidas, constituindo mesmo um suporte de um modelo de comunicação mais assente na racionalidade e na publicidade críticas, sem que com isto se exclua (antes pelo contrário se exija) um esforço de modernização e de

profissionalização. Nesse sentido, "temos de fazer um esforço para potenciar o jornalismo regional antes de contar com ele para contribuir para o desenvolvimento completo de cada região.

Prova desta certeza do contributo válido do jornalismo regional local para a região e sua tarefa evangelizadora são os centenários Jornais Diocesanos "A Guarda" e "Notícias da Covilhã".

O jornal *A Guarda*, fundado em 15 de Maio de 1904, pode ver-se como um dos pioneiros, e não apenas na Diocese, como promotor do surgimento de outros jornais diocesanos que ajudaram à fundação e desenvolvimento da tipografia católica, a "Veritas", na cidade da Guarda.

Lutando contra todas as resistências, o periódico diocesano encerrado por cinco vezes, "em virtude de perseguições políticas" (Gomes, 2004, p. 7), manteve o seu espírito de resiliência, muitas vezes alterando o título, mas continuando o seu espírito de luta contra o laicismo republicano.

O *Notícias da Covilhã* surge nos primeiros anos da República, 1912, para servir, "sobretudo a zona sul da diocese", com o claro "objetivo de ser uma voz discordante, isto é, de ser «porta-voz dos interesses da Região e da Igreja duramente ameaçada e perseguida»" (Santos, 2010, p. 198).

É neste panorama que vive hoje a Diocese da Guarda: dois semanários de cariz católico, pertença da própria Diocese, a viver momentos de dificuldade para continuarem a missão de informar os cristãos da Guarda.

As dificuldades de hoje prendem-se, sobretudo com as questões financeiras: a luta do formato tradicional do papel com a oferta digital provoca um grande colapso financeiro, notório também no mundo da publicidade, fonte de grande sustentabilidade destes semanários; a consequente perda de capacidade económica não permite investimento ao nível dos recursos humanos, sendo ambas as redações constituídas por um reduzido número de jornalistas; as tiragens reduzidas provocaram o encerramento das tipografias, quer de um quer de outro, que durante vários anos foram também elas fonte de receitas; as páginas dos semanários católicos foram dando lugar a um jornalismo especializado em acontecimentos regionais, preenchendo-se o espaço católico com uma página, no caso do *Notícias da Covilhã* e uma página e meia no caso do jornal *A Guarda*.

O futuro parece não ser favorável. Porém, o espírito que desde há mais de cem anos caracteriza a imprensa católica local com certeza provocará um impulso de criatividade que renovará e transformará estes dois periódicos diocesanos.

# Capítulo 4. Como foi noticiado o Concílio Vaticano

## II

O século XX, amadurecido pelas ideias liberais e pelas doutrinas modernas, desenvolveu um novo olhar sobre a Igreja Católica, que ela mesma sentiu, nas reações e na forma como a sociedade participava e vivia a experiência da fé cristã.

As transformações políticas, sociais e culturais necessariamente trouxeram consigo uma transformação religiosa, a que a igreja teve de reagir. Fê-lo a partir do que em Igreja se trata como “reunião magna” dos cristãos, ou seja, um Concílio<sup>21</sup>, em que participam bispos, sacerdotes e, leigos e se delibera o pensamento, doutrina e forma de agir da Instituição.

Sabendo que o Concílio Vaticano II constitui o grande paradigma de mudança na forma como a Igreja está e se apresenta no mundo, assim como se pensa a si mesma, nesta parte do nosso trabalho procuraremos dar conta de como foi ele entendido e recebido em Portugal e especificamente na Diocese da Guarda.

Iniciamos agora uma leitura do jornal regional *Notícias da Covilhã* durante o período conciliar, ou seja entre 1962, ano do seu início, e 1965 ano de que data o fim do Concílio Vaticano II.

Através da leitura e análise dos conteúdos do jornal observaremos de que forma o acontecimento que marcou a História da Igreja no século XX chegou até aos cristãos da Diocese da Guarda, pelo contributo da publicação *Notícias da Covilhã*, propriedade da mesma Diocese.

Sublinhe-se, desde já, que, à época, este era um dos poucos meios de comunicação a que os católicos tinham um acesso mais facilitado, especialmente os clérigos, uma vez que outros meios não abundavam, ainda.

### 4.1 A mudança do mundo que fez surgir o Concílio

A difusão dos ideais liberais, preconizados pela Revolução Francesa no final do século XVIII, promoveu uma nova perseguição à Igreja Católica, que viria a ser desacreditada em diversos âmbitos da sua missão social, particularmente no campo da educação e da ação social.

---

<sup>21</sup> Os concílios, reuniões das dignidades eclesiásticas e de teólogos, são um esforço comum da Igreja, ou parte da Igreja, para a sua própria preservação e defesa, ou guarda e clareza da Fé e da doutrina. No caso do Concílio Vaticano II, a necessidade de defesa fez-se de modo universal, porque as situações contemporâneas de proporções globais abalaram a Igreja. Isto fez com que a autoridade universal da Igreja, na pessoa do Papa, fosse persuadida a convocar um concílio universal ou ecumênico. Nas quatro sessões, mais de dois mil bispos convocados de todo o planeta discutiram e regulamentaram vários temas da Igreja Católica. As suas decisões estão expressas nas quatro constituições, nove decretos e três declarações elaboradas e aprovadas pelo Concílio. Em 1995, o Papa João Paulo II classificou o Concílio Vaticano II como “um momento de reflexão global da Igreja sobre si mesma e sobre as suas relações com o mundo”. Ele acrescentou também que esta “reflexão global” impeliu a Igreja “a uma fidelidade cada vez maior ao seu Senhor. Mas o impulso vinha também das grandes mudanças do mundo contemporâneo, que, como “sinais dos tempos”, exigiam ser decifradas à luz da Palavra de Deus”.

No caso português, a expulsão das ordens religiosas, em 1834, encontra antecedentes no século anterior. Com o alvará de 3 de setembro, o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas e incorpora os bens da Companhia de Jesus na Fazenda Nacional. O regresso da Companhia acontece durante o reinado de D. Miguel, vindo a instalar-se em Coimbra, em 1832, no Colégio das Artes. Porém, nova expulsão acontece com o decreto de 24 de maio de 1834, logo que se completou a vitória liberal em todo o país (Oliveira, 1994, p. 286).

Estes exemplos sumários deixam perceber que a cristandade, profundamente enraizada na cultura portuguesa, começa a conhecer o seu limite. O pensamento moderno, desenvolvido pelas doutrinas e ideais liberais, propagado por quase toda a Europa, chega também a Portugal.

A Igreja vai conhecendo vários Pontífices Romanos:

1. Gregório XVI, que governa entre 1831 e 1846;
2. Pio IX, que conduz a Igreja entre 1846 e 1878, e que viria a convocar o Concílio do Vaticano I<sup>22</sup>, ainda que dele a Igreja pouco tenha recebido;
3. Leão XIII, eleito bispo de Roma em 1878, que governa até 1903, e que viria a dar início a uma Doutrina Social da Igreja;
4. Pio X, que assume o papado entre 1903 e 1914;
5. Bento XV, que se assume como o grande defensor da Europa e que vive o período da I Guerra Mundial, ao governar a Igreja entre 1914 e 1922;
6. Pio XI, que chefia a Igreja entre 1922 e 1939;
7. Pio XII, que assume o papado durante dezanove anos, entre 1939 e 1958, fazendo a experiência da II Grande Guerra;

Estes são os papas que conduzem a Igreja desde a revolução liberal até que João XXIII assume o pontificado romano em outubro de 1958.

Durante estes tempos de modernidade, floresceram na Igreja tentativas de adaptação ao mundo moderno, através, de diversas formas de intervenção social, protagonizada por Frédéric Ozanam, fundador da Sociedade de São Vicente de Paulo, associação que trabalha em prol dos pobres. Esta é apenas uma, de entre muitas outras formas de expressão e intervenção social que começam a manifestar uma presença da Igreja no seio da sociedade civil.

Surge um novo posicionamento da Igreja diante do mundo, sobretudo pelo aparecimento de uma Doutrina Social, fundada na publicação, em 1890, da encíclica *Rerum Novarum*<sup>23</sup> do Papa Leão XIII.

---

<sup>22</sup> O Concílio Vaticano I aconteceu trezentos anos após a última assembleia do Concílio de Trento, terminado em 1563. Quando Pio IX, em dezembro de 1864, comunicou secretamente aos cardeais a sua intenção de reunir novo Concílio Ecumênico referiu-se à necessidade de dar resposta aos desafios que os novos “tempos, ingratos como eram, o exigiam”. A Bula de convocação, proclamada em 1868, trazia um exposto convite dirigido a protestantes e ortodoxos separados, estes, porém, não compareceram, o que hipotecou muito dos efeitos que se pretendiam. A notícia da realização de um Concílio suscitou entusiasmo e, também, apreensões. Sobressai, dentro da própria Igreja, uma certa reserva quanto aos temas a tratar: condenação dos erros contemporâneos, a reafirmação da doutrina da Igreja, fortalecimento da disciplina, a obra missionária, a formação dos seminaristas. O tom de supremacia com que o Concílio foi vivido, sobretudo como definição do dogma da infalibilidade pontifícia, viria a confirmar as suspeitas de que a reunião magna não haveria de atingir os objetivos que se propunha.

Registe-se, também, o surgimento da Nouvelle Theologie, movimento teológico do início do século XX que é apoiado por alguns sectores eclesiásticos, e que defendia a valorização da leitura das Sagradas Escrituras e um regresso às fontes, através do estudo da Bíblia e das obras patrísticas. Entre os defensores mais conhecidos desta Nouvelle Theologie contam-se os nomes de Karl Rahner, John Courtney Murray, Yves Congar, Joseph Ratzinger e Henri de Lubac.

Necessariamente temos de nos referir às consequências da Segunda Guerra Mundial, porque a Cúria Romana, de acordo com a crítica, parecia ter mantido uma posição de neutralidade diante do acontecimento. Para além disso, vários dos seus elementos mais tradicionais condenaram as novas tendências teológicas mais progressistas. Em 1950, o Papa Pio XII, na sua encíclica *Humani Generis*, chegou mesmo a alertar para os possíveis desvios "neo-modernistas" da Nouvelle Theologie.

Na verdade, o mundo enfrentava novos problemas, originados por drásticas mudanças políticas, sociais, económicas e tecnológico-científicas. Este ambiente paradoxal, quer ao nível interno, quer ao nível externo da Igreja, faz surgir a extrema necessidade de encontrar uma nova postura para enfrentar o mundo moderno.

## 4.2 O Vaticano II na Igreja de Portugal

Em 25 de janeiro do ano de 1959, três meses passados da sua eleição, o então Papa João XXIII, no final de uma celebração de oração pela unidade dos cristãos, na Basílica de S. Paulo *extra muros*, expressa oralmente o desejo de realizar um concílio ecuménico com o grande objetivo de que a doutrina cristã fosse guardada e ensinada de forma mais eficaz.

Mais tarde, e depois da sistematização e programação deste acontecimento magno na vida da Igreja, a convocação oficial acontece, através da bula papal *Humanae salutis* de 25 de dezembro de 1961. Nela, o chamado "Papa Bom", usando o plural que caracterizaria toda a linguagem da Igreja conciliar, declara que:

Desde quando subimos ao supremo pontificado, não obstante nossa indignidade e por um desígnio da Providência, sentimos logo o urgente dever de conclamar os nossos filhos para dar à Igreja a possibilidade de contribuir mais eficazmente na solução dos problemas da idade moderna. Por este motivo, acolhendo como vinda do alto uma voz íntima de nosso espírito, julgamos estar maduro o tempo para oferecermos à Igreja católica e ao mundo o dom de um novo concílio ecuménico, em acréscimo e continuação à série dos vinte grandes concílios, realizados ao longo dos séculos, como uma verdadeira providência celestial para incremento da graça na alma dos fiéis e para o progresso cristão. A jubilosa repercussão que teve seu anúncio, seguida da participação orante de toda a Igreja e do fervor nos trabalhos de preparação, verdadeiramente encorajador, como também o vivo interesse ou, pelo menos, a atenção respeitosa por parte de não-católicos e até de não-cristãos demonstraram, da maneira mais eloquente, como não escapou a ninguém a importância histórica do acontecimento. (João XXIII, 1961).

Este mesmo Papa inaugurou-o, a um ritmo extraordinário, no dia 11 de outubro de 1962 ; os seus efeitos, ainda que não de forma plena, tiveram repercussão na Igreja Universal e por isso

---

<sup>23</sup> Dela fizemos referência no I Capítulo deste trabalho, sobretudo pelo carácter interventivo na defesa dos direitos dos trabalhadores, manifestando a necessidade da Igreja se envolver nos assuntos sociais.

em cada igreja local, como foi o caso das dioceses portuguesas e, conseqüentemente, da Diocese da Guarda.

Detenhamo-nos na forma como a Igreja portuguesa recebeu a notícia deste acontecimento. Os primeiros sinais são de um especial entusiasmo, sendo a participação no Concílio significativa: dois cardeais, nove arcebispos e trinta e um bispos, num total de quarenta e dois participantes, número que chegou aos quarenta e nove participantes com a nomeação de novos bispos. Mas, segundo Santos, (2010, p. 343), do Bispo da Guarda não se conhece qualquer intervenção nem oral nem escrita no acontecimento, falará dele em algumas exortações pastorais e cartas, uma vez que era membro participante dos trabalhos conciliares.

Da Conferência Episcopal Portuguesa são conhecidas duas posições algo implícitas, presentes na *Nota Coletiva do Episcopado*, de janeiro de 1961, e na *Nota Pastoral do Episcopado Português da Metrópole*, de janeiro do ano seguinte. Ambas manifestam uma “visão pessimista e condenatória da realidade social” (Santos, 2010, p. 343). Numa atitude profundamente apologética, consideram que o mundo ocidental perdeu a consciência de si mesmo, assinalando que os padrões morais e a inversão dos valores se devem à perda do espírito cristão.

Em julho do mesmo ano de 1962, os bispos portugueses publicam uma primeira posição oficial sobre o acontecimento que marcava o ritmo da Igreja na *Pastoral Coletiva sobre o Concílio Ecuménico Vaticano II*<sup>24</sup> e reproduzida no *Notícias da Covilhã*. Nesta nota pastoral os bispos referiam-se, sobretudo aos seguintes temas:

- a) o Papa e o Concílio;
- b) o que é o Concílio;
- c) Concílio e «opinião católica»;
- d) os fins do Concílio;
- e) a expectativa de uma revolução na Igreja;
- f) o mistério da Igreja; a prova da fé na Igreja;
- g) elevação sobrenatural do mundo;
- h) a Igreja em estado de concílio.

Para além disso, dizem também neste documento que esta não se trata de uma reunião geral de cristãos divididos, mas antes de uma grande assembleia ecuménica, universal e católica, nem tão pouco de uma reunião conjunta de bispos e leigos, demonstrando que haveria alguma renitência na forma como a igreja assumiria a sua posição dialogante e de abertura aos que dela se sentiam afastados ou excluídos.

## 4.3 O caso da Guarda

### 4.3.1 O pré- Concílio

---

<sup>24</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2159, 11 de julho de 1962, p. 1 - 2.

Na verdade, “a noção, importância, compreensão e aplicação deste acontecimento na vida das dioceses, dependeu muito da percepção que dele tiveram os seus mais altos responsáveis - os bispos” (Santos, 2010, p. 342).

À data da convocação oficial do II Concílio Vaticano governava a Diocese da Guarda o bispo D. Policarpo da Costa Vaz, até então bispo de Macau, espaço desenvolvido e de referência multicultural.

O bispo, originário de Viseu, chegado à Diocese a 4 de dezembro de 1960 “deparou-se também com uma diocese em «vaga alterosa de entusiasmo»” (Santos, 2010, p. 339) com a chegada de um bispo cujo currículo era invejável, como reporta o Notícias da Covilhã na edição de 3 de dezembro desse ano:

Tanto no Seminário de Fornos (...), como depois da sua ascensão ao episcopado (...), o Sr. D. Policarpo deixou bem vincada a sua passagem, conquistando por toda a parte a devotada e respeitosa estima dos seus súbditos, que o recordam com saudade. Sem uma voz discordante, todos louvam o seu zelo, a sua prudência, bondade e fino tacto diplomático, por isso, raras vezes um Prelado terá encontrado, ao assumir o governo da sua diocese, um ambiente tão fervoroso e sincero júbilo, de tão carinhosa e entusiástica expectativa, como aquele que rodeia o Sr. D. Policarpo nesta hora festiva (Santos, 2010, p. 339).

O primeiro pronunciamento sobre o concílio emitido pela Diocese acontece durante o ano de 1962, não como documento oficial, mas sim como apelo a que todos os cristãos rezem pelo sucesso e êxito dos trabalhos que começariam esse mesmo ano em Roma.

Não nos cabe, neste trabalho, perceber de que forma a Diocese assumiu as expectativas de mudança que o Concílio protagonizava. Ficamo-nos com a tese de Henrique Santos (2010), que considera que:

Não se pode concluir que tivesse havido desinteresse por parte da “igreja oficial” diocesana, já que se está numa fase preparatória e, certamente, não haveria notícias oficiais a dar. No entanto, nota-se uma certa falta de entusiasmo e uma boa dose de relativização, que pode ser justificada por défice de informação episcopal, ou por uma noção desfocada da sua importância (Santos, 2010, p. 352.).

Na verdade, até à data de 1962 são muito poucas as notícias que chegam à redação do *Notícias da Covilhã* sobre o acontecimento. Porém, no ano em que é inaugurado o Concílio, são 42 as publicações sobre o acontecimento eclesial.

Como já referimos, a primeira delas surge na data de 27 de janeiro desse mesmo ano e refere-se à “Nota Pastoral do Episcopado Português”<sup>25</sup>, que se pronuncia sobre o acontecimento. Após este documento, que já explorámos e que ocupa seis colunas das páginas 1, 2 e 4 do periódico, surge apenas em 24 de março nova publicação sobre o assunto: um artigo de opinião de Agostinho Fontes, cujo título ocupa a coluna central da primeira página e conclui na quinta página, e que faz uma defesa acérrima da Igreja e do Concílio, manifestando um grande desejo e esperança dos seus bons resultados, mas utilizando uma linguagem profundamente enraizada na visão tradicional da “santa igreja romana”:

---

<sup>25</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2125, 27 de janeiro de 1962, p. 1 e 2.

O Concílio Vaticano II será a epifania da força íntima que dá vida e brilho à Igreja de Roma. O Papa aparecerá assim como o centro da gravidade onde incide a graça divina na sua plenitude e para onde o Espírito de Deus arrasta os corações de toda a humanidade dispersa.<sup>26</sup>

Durante o mês de abril nada se publica sobre o grande acontecimento da Igreja Católica. No mês seguinte, um artigo, datado de 5 de maio, publicado no nº 2140, assinado por Antunes de Brito, e intitulado “A caminho da unidade”<sup>27</sup>, manifesta uma leitura sobre a ideia generalizada de que o Concílio poderia vir a trazer um grande contributo para a unidade religiosa. Aponta, porém, críticas ao atraso nesta forma de pensar e se projetar o futuro.

Num novo artigo de opinião, datado de 26 de maio e intitulado “O Concílio e os nossos irmãos separados”<sup>28</sup>, Antunes de Brito manifesta a sua leitura sobre a ideia generalizada de que o Concílio teria como principal objetivo “a união de todos os cristãos numa só Igreja”, desfazendo totalmente este conceito e apresentando-o como um dos temas da reflexão.

Avança o autor afirmando ainda que o Concílio abriu novas portas para o diálogo ecuménico, ou seja, para “caminhos de unidade”. E aponta o diálogo como o caminho, mas um diálogo que se sustenta “com caridade, com compreensão”, assim como na revisão das “posições de cada um, os pontos de divergência e sobretudo os pontos de contacto.”

Na publicação do *Notícias da Covilhã* de 6 de junho desse mesmo ano podemos encontrar um suplemento denominado “Doutrina e Acção”<sup>29</sup>, organizado pelo movimento da Acção Católica da Covilhã. Neste folheto de 4 páginas surge um artigo, sem autor, que fornece uma ampla explicação do porquê surgir um Concílio, classificando-o como “exame de consciência e revisão de vida da Igreja.” A linguagem, de cariz profundamente católico usa a expressão “primavera da Igreja” para fazer uma exortação à participação dos católicos sobretudo através da penitência e da oração.

Mas há também visões bastante mais alargadas e universalistas, que olhavam para o Concílio com a grande esperança de que muitas das dificuldades sentidas dentro da própria Igreja se resolveriam. Exemplo disso é o artigo publicado na edição de 16 de junho, assinado por A. M., que revela um profundo sentido intervencionista ao falar d’ “O Concílio e as Missões”<sup>30</sup>.

O autor, usando três colunas dessa edição, apresenta a Comissão preparatória das missões e vai dizendo que “do imenso trabalho que estão a desenvolver, pouco ou nada se sabe de concreto”, mas afiança as suas esperanças na resolução dos problemas que enuncia:

- a) a necessidade de uma “síntese doutrinal missionária”;
- b) o “fazer sentir a cada indivíduo a sua responsabilidade pelo progresso do reino de Cristo”;
- c) a clarificação da “doutrina pontifícia sobre as vocações sacerdotais e as missionárias”;
- d) a reflexão sobre o “dever missionário de todo o sacerdote em qualquer lugar em que trabalhe”;

---

<sup>26</sup>*Notícias da Covilhã*, nº 2133, 24 de março de 1962, p, 1 e 5.

<sup>27</sup>*Notícias da Covilhã*, nº 2140, 5 de maio de 1962, p, 1.

<sup>28</sup>*Notícias da Covilhã*, nº 2146, 26 de maio de 1962, p, 1 e 2.

<sup>29</sup>Suplemento do *Notícias da Covilhã*, nº 2149, 7 de junho de 1962.

<sup>30</sup>*Notícias da Covilhã*, nº 2152, 16 de junho de 1962, pp. 1 - 2.

- e) a definição de “normas mais claras e decididas no que se refere ao auxílio que as velhas dioceses devem prestar às terras de missão”;
- f) a “questão da evangelização das diversas culturas”;
- g) a adaptação da Igreja aos lugares de missão, ao nível da moral e dos ritos.

Se o autor desta publicação se dedica exclusivamente ao tema do trabalho missionário da Igreja, na edição de 27 de junho surge uma listagem dos “Assuntos que vão ser tratados no Concílio Ecuménico”<sup>31</sup>. No texto assim intitulado, e de fácil leitura, resumem-se em 14 itens os principais temas de discussão e reflexão na reunião magna da Igreja. O parágrafo final do artigo volta a fazer o apelo “à oração e ao sacrifício pelas intenções do Concílio”.

Aliás, a edição de 4 de agosto desse mesmo ano publica uma chamada de atenção<sup>32</sup> para a brevidade da inauguração do Concílio, agendada para 11 de outubro e relembra os cristãos que, desde que o Papa anunciou a realização deste ato, não se tem poupado em preparar um “clima espiritual” que faça com que o Concílio decorra da melhor forma. A linguagem usada, neste tipo de publicações, revela-se bastante pietista e marcada ainda pelo pensar tradicional da Igreja em relação à oração. É certo que a oração é um ato fundamental no agir eclesial, porém os apelos aos “sacrifícios” e “boas obras” revelam o pouco conhecimento sobre as questões fundamentais que se colocavam no panorama da discussão. Talvez pelo peso da interioridade e por uma elevada taxa de analfabetismo, que não permitiam observar a teologia cristã, mas sim uma doutrina clerical.

A 8 de agosto, num artigo sem assinatura, o jornal da Covilhã publica uma caixa de texto para explicar “O que é o Concílio”<sup>33</sup>, porém repetindo-se nos vocábulos que o classificam como “um novo Pentecostes” e lembrando o acontecimento como uma atualização das reuniões dos Apóstolos para refletir sobre a fé, os costumes e a disciplina da Igreja. A 11 de agosto, nova publicação<sup>34</sup> continua a resposta à edição anterior, resumindo um artigo do *Osservatore Romano* e enunciando em cinco tópicos o que se tratará no Concílio.

É a 22 de agosto que no suplemento “Charlas da Beira”<sup>35</sup>, organizado por A. Martins, se publica um artigo em que se sistematiza aquilo que o Concílio irá realizar. No texto, de um “Condessado do P. P. C.”, sigla cujo significado desconhecemos, pode ler-se em pequenos subtítulos aquilo que o Concílio não é: “Não é um parlamento”; “Não é um Congresso Internacional”; “Não é uma Revolução Moral”. E, para além disso, numa linguagem muito mais pragmática, apresenta-o como “mistério” de fé, de esperança e de caridade, considerando-o ainda como “uma ocasião oportuna para conhecer e estudar estes vinte séculos de história da Igreja” e a verdade da sua infalibilidade.

---

<sup>31</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2155, 27 de junho de 1962, p. 2.

<sup>32</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2166, 4 de agosto de 1962, p. 1.

<sup>33</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2167, 8 de agosto de 1962, p. 1.

<sup>34</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2168, 11 de agosto de 1962, p. 1.

<sup>35</sup> Suplemento do *Notícias da Covilhã*, nº 2171, 22 de agosto de 1962.

Um novo artigo, sem assinatura, intitulado “Mistério da Igreja”<sup>36</sup>, surge na edição de 25 de agosto. Revelando uma certa apologia, escreve sobre a impossibilidade de se entender a Igreja e o próprio concílio para quem não está dentro da realidade. Pode mesmo ler-se que “será sempre ilusória a tentativa de conciliar a Igreja e o mundo”. As referências bíblicas usadas para comprovar argumentos e a linguagem de profundo cariz católico comprovam que, mesmo na esperança da “mudança”, há dentro da Igreja vozes que olham com desconfiança para o concílio que viria a mudar o discurso da Igreja.

A edição de 15 de setembro noticia a mensagem que João XXIII divulgou ao mundo no dia 11 desse mês, um mês antes da sessão inaugural do Concílio. Na notícia<sup>37</sup>, assinada por ANI, faz-se uma síntese do discurso do Papa, focando os problemas fundamentais que presidirão aos trabalhos conciliares, fazendo o apelo à paz como propósito fundamental para toda a Igreja e explicando o que seria este Concílio.

Nessa mesma edição noticia-se uma Peregrinação da Igreja Portuguesa<sup>38</sup> à abertura dos trabalhos conciliares.

A edição nº 2179 haveria de comemorar um duplo acontecimento que marcava a história do *Notícias da Covilhã*: o seu cinquentenário e a inauguração do Centro Cultural da Covilhã, para onde passaria a sede deste periódico. Na edição comemorativa de 24 páginas encontramos um breve apelo<sup>39</sup> à oração e à fé, para que o Concílio decorresse da melhor forma.

O nº 2181 do periódico covilhanense é o primeiro a trazer um pronunciamento de D. Policarpo da Costa Vaz, Bispo da Guarda, datado de dois de outubro. A “Exortação Pastoral do Bispo da Guarda”<sup>40</sup>, que merece lugar de destaque na página 2 da edição do dia 6, é marcada pelo uso de adjetivos como “extraordinário”, “excecional”, “inigualável” e “solene”, que nos demonstram o Bispo da Guarda olha para o acontecimento com a noção da sua grandeza. Depois, porém, fala do Concílio não como uma viragem na forma de a Igreja estar no mundo, mas como um ato de normalidade na vida da Igreja:

Embora na mente da magna Assembleia Conciliar não existam preocupações de reforma da Igreja, já que esta guarda com toda a fidelidade os ensinamentos do seu Divino Salvador, guiada pelos esplendores da luz sobrenatural e inefável do Espírito Santo, não deixará ela de esclarecer muitas dúvidas, corroborar princípios doutrinários e apontar normas disciplinares acomodadas às necessidades do nosso tempo, tendentes a estabelecer uma união mais perfeita entre os membros do Corpo Místico de Cristo.

A exportação termina com cinco determinações práticas sobre a forma como os cristãos da Diocese devem viver a abertura e o período em que se realizará o Concílio.

“Nas vésperas do Concílio Ecuménico”<sup>41</sup> é o título da notícia de 10 de outubro, o dia que antecede a abertura oficial do acontecimento, e que fez a manchete do bissemanário. No conteúdo relatava-se a viagem do Papa aos santuários de Loreto e de Santa Maria dos Anjos, em Assis, com o fim específico de rezar pelo “bom êxito do Concílio.”

---

<sup>36</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2172, 25 de agosto de 1962, p. 1.

<sup>37</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2178, 15 de setembro de 1962, pp. 1 - 2.

<sup>38</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2178, 15 de setembro de 1962, p. 2.

<sup>39</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2179, 29 de setembro de 1962, p. 17.

<sup>40</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2181, 6 de outubro de 1962, p. 2.

<sup>41</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2182, 10 de outubro de 1962, pp. 1 - 4.

Um subtítulo do texto, que ocupava ¼ da primeira página, dava conta de outros pequenos apontamentos, nomeadamente:

- a) a chegada a Roma de representações religiosas de várias partes do mundo;
- b) a inauguração um Centro de Imprensa para o efeito;
- c) a previsão de cerca de 3 mil pessoas a participar nas sessões conciliares;
- d) a participação de vários bispos portugueses, entre os quais o Bispo da Guarda.

Nessa mesma edição é também publicado um decreto<sup>42</sup>, assinado por D. José Pedro, em nome da Presidência da Junta Central do Movimento da Ação Católica<sup>43</sup>, em que se renova a exortação dos bispos portugueses para que todos os cristãos se sentissem participantes do Concílio, sobretudo pela oração. A exortação terminava com um conjunto de dez orientações para que se promovesse a oração pelo acontecimento.

A primeira página da publicação de 13 de outubro, dois dias depois da inauguração solene do Concílio, é ocupada com a reportagem<sup>44</sup> do acontecimento, na qual se pode ler que o Santo Padre “proferiu uma alocução em que afirmou que a Igreja Católica considera seu dever trabalhar pela unidade cristã (...) afirmando ainda que a maior finalidade do Concílio é a defesa e a difusão da verdade”.

No seguimento do texto surge também a mensagem do então Cardeal Patriarca e uma breve notícia sobre a vigília de oração pelo Concílio realizada na Paróquia de Caria, assim como um calendário com os meses em que cada Diocese portuguesa e das colónias ultramarinas se responsabiliza por rezar pelo Concílio. A iniciativa, promovida pelo Movimento da Acção Católica Nacional, atribuiu o mês de maio de 1963 à Diocese da Guarda.

Até à data de inauguração do Concílio, o periódico que temos como base da nossa investigação não publicara qualquer fotografia ou imagem a acompanhar os textos. Este primeiro período da nossa análise permite-nos observar o carácter apologético com que se continua a falar de um acontecimento que se deveria ver como inovador. O género jornalístico não vai além da notícia e da reportagem, dos artigos de opinião, contando-se também a publicação dos documentos oficiais da Igreja e de vários apelos e exortações à participação dos leigos no Concílio através da união espiritual.

### 4.3.2 Os primeiros ecos do Concílio

É na semana seguinte à abertura oficial do Concílio que se publica muito mais sobre o acontecimento mundial. As vias de comunicação limitavam o acesso à informação, e só uma semana depois se teria tido acesso a tudo o que se teria passado em Roma na data da inauguração do Concílio.

---

<sup>42</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2182, 10 de outubro de 1962, p. 2.

<sup>43</sup> O Movimento da Ação Católica criado em 1929, durante o pontificado de Pio XI, assumiu uma grande preponderância na Igreja. O seu objetivo primordial era o de valorizar o papel dos leigos na vida da Igreja e com isso promover a sua área de influência no meio da sociedade civil.

<sup>44</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2183, 13 de outubro de 1962, pp. 1, 2 e 4.

Os primeiros ecos do Concílio que chegam aos cristãos da Guarda pelo *Notícias da Covilhã*, dedicaram grande espaço da sua mancha gráfica ao tema do Concílio. Assim, a primeira página do *Notícias da Covilhã* de 17 de outubro, faz uma grande cobertura<sup>45</sup> do acontecimento. A linguagem, até então marcada por um vocabulário bastante conservador e de cariz católico, sem deixar de o ser, assume uma nova expressão. A narrativa que se apoia em muitas citações, usa um discurso jornalístico incluindo vários subtítulos que introduzem o leitor nos diversos temas abordados no discurso com que o Papa inaugurou o Concílio, denotando ainda o carácter inovador que o Papa queria traçar para a Igreja.

Em notícia de primeira página, o título da publicação de 20 de outubro informa que “O Papa do Concílio falou a mais de 800 jornalistas”<sup>46</sup>.

A chamada de atenção que o título convoca acentua um fato verdadeiramente novo: o Chefe da Igreja Católica dispor-se a falar com os jornalistas é algo verdadeiramente inédito, que indicia a novidade que o Concílio viria trazer na relação com os *media*. A notícia, cuja mancha gráfica ocupa ¼ da primeira página e outro tanto da segunda, porém, é a transcrição do discurso do Papa proferido na audiência que concedeu aos jornalistas presentes na abertura oficial do Concílio, em encontro ocorrido na Capela Sistina.

Nela se pode perceber que a Igreja demonstrava “estima” pela Imprensa e reconhecia “importância (...) ao papel de informadores”, lembrando como a Igreja tem tentado acompanhar esta realidade social - seja pelas vezes em que o Papa se dirigiu diretamente aos *media*, seja pela criação do Gabinete de Imprensa do Concílio e até pela Comissão Conciliar que trataria dos assuntos relacionados com a imprensa, a rádio e espetáculos. João XXIII afirma mesmo “a importância de que se reveste aos nossos olhos a vossa missão e o desejo que temos de vos ajudar a cumpri-la perfeitamente”.

Esta abertura e fortalecimento das relações entre a Igreja e os meios de comunicação social é um passo verdadeiramente novo e na sequência do qual o Papa desafia a que a cobertura jornalística do acontecimento se faça sempre sob a luz da verdade:

Desejamos a vossa leal colaboração para que este acontecimento tão considerável seja apresentado ao grande público na sua verdadeira luz. (...) As vossas [responsabilidades] também são grandes caros senhores. Estais ao serviço da Verdade e, na medida em que lhes sois fiéis, respondeis ao que todos os homens de vós esperam. Propositadamente dizemos «os homens», em geral: porque, se houve uma época em que a Imprensa apenas chegava a selecto grupo de poucos, é evidente que hoje ela acaba por orientar em definitivo os pensamentos, os sentimentos, as paixões de uma grande parte da Humanidade. A deformação da Verdade por esses órgãos da informação pode ter, pois, consequências incalculáveis (João XXIII, 1962).

Num discurso que se assemelharia facilmente a um código deontológico para os jornalistas de então, o Papa chega mesmo a afirmar que “não há aqui maquinações políticas”, tentando assim esclarecer as mentes mais cétricas em relação ao acontecimento. Pede, por isso, aos jornalistas que usem o “tacto”, a “reserva”, a “preocupação da compreensão e da exactidão” da “natureza religiosa e espiritual destas solenes sessões conciliares”.

---

<sup>45</sup> *Notícias da Covilhã* n° 2184, 17 de outubro de 1962, pp. 1, 2 e 4.

<sup>46</sup> *Notícias da Covilhã*, n° 2185, 20 de outubro de 1962, pp. 1 - 2.

É na edição nº 2186, datada de 24 de outubro que surge o primeiro testemunho em discurso direto sobre a abertura do Concílio. Numa “Carta de Roma”<sup>47</sup>, J. F. A., assim a assina o autor, narra na primeira pessoa como decorreu a sessão inaugural.

O autor usa uma linguagem profundamente clerical, rica em adjetivação, que procura transmitir a grandiosidade do acontecimento e, de algum modo, um certo “status” da Igreja, que não se deixava abalar pela onda modernista que a tentava desacreditar. Dos assuntos e dos temas que motivavam o Concílio, a carta nada informava, e não se sente da parte do autor que essa seja uma preocupação.

Três dias depois, na primeira página surge, a primeira declaração dos Padres Conciliares<sup>48</sup>, numa mensagem à humanidade. Finalmente, parecem surgir luzes que iluminam a realidade do Concílio, que vão além do acontecimento mediático ou inovador. Na mensagem pode ver-se que, mais do que temas do foro interno, a Igreja estava reunida para perceber qual o contributo que poderia dar ao Mundo, na busca dos caminhos da paz e na defesa da justiça social. O discurso continua na edição de 31 de outubro, na notícia que alude ao apelo do Papa a todos os governantes das nações.

No dia 10 de novembro o *Notícias da Covilhã* publica um artigo de opinião assinado por J. Atanásio. O texto, usando uma linguagem carregada de otimismo e positividade em relação ao Concílio, tece um largo elogio ao acontecimento, afirmando que este é “O Concílio da Catolicidade”<sup>49</sup>, uma vez que “nenhum Concílio até hoje realizado contou com uma representação tão universal como este.” O autor usa, pois, este argumento para se lançar num longo apelo à preocupação missionária que a Igreja deve ter, e que deve preencher grande parte da discussão conciliar.

Em 1 de dezembro, no nº 2197 do semanário católico, aparece nova publicação sobre o acontecimento, sob a forma de mensagem pastoral do Bispo da Guarda, proferida através da Rádio do Vaticano<sup>50</sup>. Nesta mensagem, numa linguagem marcada pela adjetivação, exaltava-se a grandiosidade do acontecimento e continua-se com uma visão muito pessimista do mundo, pretendendo o frequente recurso à bíblia comprovar as afirmações que se vai fazendo sobre a imoralidade em que a sociedade caiu. Sobre os temas do Concílio nada se refere, e usa-se a mensagem sobretudo para falar da semana dos seminários, que se realizava entretanto.

A notícia sobre o final da primeira fase do XXI Concílio Ecuménico da Igreja Católica, chegamos na edição nº 2200, de 12 de dezembro<sup>51</sup>. Nela se lê que no dia 7 daquele mês o Papa surgiu inesperadamente na ala conciliar para abençoar os presentes, podendo perceber-se que o Pontífice Romano se encontrava doente. E transcreve-se a mensagem que o Papa proferiu nesta ocasião, apontando setembro de 1963 como data prevista para o início da segunda fase do Concílio.

---

<sup>47</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2186, 24 de outubro de 1962, pp. 1 e 4.

<sup>48</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2187, 27 de outubro de 1962, pp. 1 e 6.

<sup>49</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2191, 10 de novembro de 1962, p. 1 e 2.

<sup>50</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2197, 1 de dezembro de 1962, pp. 1 e 3.

<sup>51</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2200, 12 de Dezembro de 1962, pp. 1 e 4.

A última notícia deste ano de 1962 surge na edição de 22 de dezembro para dar conta do regresso do Bispo da Guarda à Diocese<sup>52</sup>, depois de ter participado na primeira fase dos trabalhos conciliares.

Apresentamos, em seguida, uma tabela que resume as publicações sobre o Concílio Vaticano II, na preparação dos trabalhos e na sua primeira fase, que tiveram lugar no Notícias da Covilhã no decurso do ano de 1962:

**Tabela 1. Publicações em 1962**

<b>Tema</b>	<b>Género</b>	<b>Data</b>	<b>Número</b>	<b>Página</b>	<b>Foto</b>	<b>Assinatura</b>
<b>Intervenções da Hierarquia</b>	Mensagem	27 / 01	2125	1 e 2	-----	C. E. P.
	Mensagem	11/ 07	2159	1 e 2	-----	C. E. P.
	Mensagem	06 / 10	2181	2	-----	D. P da Costa Vaz
	Mensagem	01 / 12	2197	1 e 3	-----	D. P da Costa Vaz
<b>Esclarecimentos sobre o Concílio</b>	Notícia	27 / 06	2155	2	-----	-----
	Notícia	04 / 08	2166	2	-----	-----
	Notícia	08 / 08	2167	2	-----	-----
	Notícia	11 / 08	2168	2	-----	-----
	Notícia	25 / 08	2172	1	-----	-----
	Reportagem	15 / 09	2178	1 e 2	-----	-----
	Reportagem	10 / 10	2182	1 e 4	-----	-----
	Artigo opinião	10 / 11	2191	1 e 2	-----	-----
<b>Suplementos</b>	Notícia	07 / 06	2149	1 - 4	-----	“Doutrina e Acção da Ação católica Portuguesa
	Vários	22 / 08	2171	1 e 3	-----	“Charlas da Beira”, coordenado por A. Martins
<b>A influência do Concílio</b>	Artigo opinião	26 / 05	2146	1 e 2	-----	A. B.
	Artigo opinião	16 / 06	2152	1 e 2	-----	A. M.
	Notícia	15 / 09	2178	4	-----	-----
	Notícia	29 / 09	2179	7	-----	-----
<b>A I fase do Concílio</b>	Reportagem	13 / 10	2183	1	-----	-----
	Reportagem	17 / 10	2184	1, 2 e 4	-----	-----
	Notícia	20 / 10	2185	1 e 2	-----	-----
	Carta	24 / 10	2186	1 e 4	-----	J. F. A.

<sup>52</sup> Notícias da Covilhã, nº 2203, 23 de Dezembro de 1962, p. 1.

	Reportagem	27 / 10	2187	1 e 6	-----	-----
	Reportagem	12 / 12	2200	1 e 4	-----	-----
	Reportagem	22 / 12	2203	1	-----	-----

Fonte: *Notícias da Covilhã*, elaboração própria

Em suma, o acontecimento conciliar foi motivo para 23 edições publicarem sobre o assunto. Destas destacam-se três géneros jornalísticos: notícia, reportagem e artigo de opinião, para além de documentos oficiais da Igreja e uma carta. À exceção de duas notícias, todos os outros artigos fazem chamada na primeira página e continuam nas páginas interiores do periódico.

Destas o maior número é de dez notícias, três destas são breves e as outras sete vão dando conta dos desenvolvimentos ocorridas em Roma na preparação do Concílio e os seus primeiros ecos.

Surgem também três artigos de opinião e cinco documentos oficiais, sendo que três deles são da autoria do Bispo da Guarda e os outros dois do Episcopado Português. Há ainda uma carta que narra a abertura do Concílio, escrita na primeira pessoa mas não assinada.

São quatro as reportagens sobre o acontecimento. Estas aparecem depois da sessão inaugural e sintetizam os primeiros discursos e intervenções do Papa nos dias que iniciaram o Concílio.

Surgem também em anexo à publicação bissemanal dois suplementos em que o tema do Concílio também marca presença.

Registe-se porém que ao nível gráfico só um artigo é acompanhado de uma imagem (o brasão de armas do Vaticano), e em nenhuma outra publicação se faz registo fotográfico do acontecimento.

Porém, podemos afirmar que até à inauguração do Concílio e até ao fim da sua primeira fase o acontecimento foi motivo de curiosidade pelo Jornal que analisamos. Apesar da pouca informação sobre os conteúdos e dos temas tratados pela reunião magna da Igreja, apercebemo-nos do interesse que esta temática suscita na redação e nos leitores do “Notícias da Covilhã”.

# Capítulo 5. Da primeira interrupção à III fase do Concílio

Como já referimos, o Concílio Vaticano II, inaugurado a 11 de outubro de 1962, teve uma duração de três anos, concluindo-se em 8 de dezembro de 1965. Durante estes três anos a Igreja viveu a transição do papado de João XXIII, que iniciara a grande reunião dos católicos, para Paulo VI, que viria a concluir este processo de renovação da Igreja.

Necessariamente este foi um motivo para uma maior durabilidade dos trabalhos conciliares, ainda que os tempos previstos se viessem a cumprir. Porém, não o único, pois as constituições dogmáticas e os decretos, tal como os conhecemos hoje, viriam a ser motivo de demoradas discussões e votações e, conseqüentemente, de grandes alterações nos textos finais.

Nesta parte do nosso trabalho vamos observar como o jornal *Notícias da Covilhã* acompanhou os acontecimentos, desde o início do ano de 1963 até à data de encerramento da III fase do Concílio, em finais de 1964.

Para isso, continuaremos a análise do conteúdo do jornal iniciada no capítulo anterior.

## 5.1 A morte de João XXIII

Tal como dissemos, o ano de 1963 fica marcado pela morte do Papa que sonhou e inaugurou o II Concílio Ecuménico do Vaticano. João XXIII não assistiria ao final dos trabalhos conciliares, entretanto interrompidos na sua primeira fase, pois viria a falecer a três de junho desse mesmo ano.

No *site* oficial da Santa Sé a biografia de João XXIII poderia resumir-se, enquanto Papa, nos dois últimos parágrafos:

Depois da morte de Pio XII, foi eleito Sumo Pontífice a 28 de Outubro de 1958 e assumiu o nome de João XXIII. O seu pontificado, que durou menos de cinco anos, apresentou-o ao mundo como uma autêntica imagem de bom Pastor. Manso e atento, empreendedor e corajoso, simples e cordial, praticou cristãmente as obras de misericórdia corporais e espirituais, visitando os encarcerados e os doentes, recebendo homens de todas as nações e crenças e cultivando um extraordinário sentimento de paternidade para com todos. O seu magistério foi muito apreciado, sobretudo com as Encíclicas "Pacem in terris" e "Mater et magistra". Convocou o Sínodo romano, instituiu uma Comissão para a revisão do Código de Direito Canónico e convocou o Concílio Ecuménico Vaticano II. Visitou muitas paróquias da Diocese de Roma, sobretudo as dos bairros mais novos. O povo viu nele um reflexo da bondade de Deus e chamou-o "o Papa da bondade". Sustentava-o um profundo espírito de oração, e a sua pessoa, iniciadora duma grande renovação na Igreja, irradiava a paz própria de quem confia sempre no Senhor. Faleceu na tarde do dia 3 de Junho de 1963.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> Disponível em: [http://www.vatican.va/news\\_services/liturgy/saints/ns\\_lit\\_doc\\_20000903\\_john-xxiii\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_john-xxiii_po.html), consultado em 25 de Maio de 2017.

De facto, o pontificado do “Papa Bom” ficou marcado na história pelo desejo de fazer com que a Igreja se revestisse da novidade, para poder continuar a ter a credibilidade de que necessitaria no meio do mundo.

A morte do chefe da Igreja Católica foi amplamente noticiada no mundo inteiro e também no *Notícias da Covilhã*, bissemanário que dedicou quatro páginas do número 2249 ao acontecimento e, ainda, a primeira e quarta página do número seguinte.

Na edição de 4 de junho, saída no dia seguinte à morte do Pontífice Romano, o jornal faz uma longa reportagem de primeira página, ilustrada por uma fotografia de João XXIII, onde a linguagem exalta as suas muitas qualidades. Para além disso, nessa mesma página faz-se destaque das “últimas palavras na longa agonia do Papa”<sup>54</sup> e tece-se uma cronologia da sua enfermidade, cujo início se terá manifestado um mês depois do início do Concílio.

As páginas 2 e 4 da mesma edição são preenchidas na totalidade com uma grande reportagem sobre a vida do Papa intitulada de “De Sotto-il-Monte à cátedra de Pedro”<sup>55</sup> e marcada por oito subtítulos que narram os principais dados biográficos de Ângelo José Roncalli, o nome civil do Papa João XXIII. Nas mesmas páginas podemos ainda encontrar dois outros títulos: “O Papa do Concílio” e “João XXIII e Portugal”. No primeiro texto enaltece-se o importante contributo que o Papa deixou à Igreja, afirmando-se “que este Pontífice não foi um «Papa de transição», como a princípio se quis insinuar, mas continuou brilhantemente a magnífica sucessão de grandes pontífices”<sup>56</sup> destacando-se ainda todo o trabalho realizado em favor da Igreja, com especial relevância ao Concílio:

“Todavia, o que o há-de inscrever na História da Igreja e da Humanidade será o Concílio Ecuménico. Através do Concílio Vaticano II, quis João XXIII lançar «uma ardente e profunda renovação da alma, começando pela santificação pessoal, a fim de mostrar ao nosso mundo a Igreja em todo o seu esplendor, imaculada e imutável» (...) E o Concílio está efectivamente a «criar uma renovação no vigor da fé, da doutrina, da disciplina eclesiástica, da vida religiosa e espiritual, e além disso a contribuir largamente para a reafirmação dos princípios da ordem cristã de que se inspira e sobre que repousa o desenvolvimento da vida cívica, económica e social.»<sup>57</sup>

No segundo artigo em que se traça uma ligação entre João XXIII e Portugal o *Notícias da Covilhã* relembra os momentos chave desta relação em seis subtítulos, a saber:

1. “Vinda a Fátima em Maio de 1956, quando Patriarca de Veneza”;
2. “Duas mensagens em português em momentos jubilosos para a Igreja em Portugal”;
3. “Carta pontifícia aos Bispos da África Portuguesa sobre a acção missionária”;
4. “O Papa, presente no Patriarca de Lisboa, inaugura a nova capital do Brasil”;
5. “Outros documentos”;
6. “O Papa João XXIII e o grande encontro da juventude”<sup>58</sup>.

---

<sup>54</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2249, 4 de junho de 1963, p. 1.

<sup>55</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2249, 4 de junho de 1963, pp. 2 e 5.

<sup>56</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2249, 4 de junho de 1963, p. 2.

<sup>57</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2249, 4 de junho de 1963, p. 2.

<sup>58</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2249, 4 de junho de 1963, p. 5.

Um novo elogio ao pontificado de João XXIII surge na última página desta edição, na qual podemos identificar um certo sensacionalismo no título que encima a peça: “João XXIII simples, bondoso, humilde e santo - às 19 horas e 49 minutos de ontem, faleceu o papa do Concílio e da Paz”.<sup>59</sup> Para além desta reportagem, surge também um artigo de opinião traçando as principais linhas de leitura das duas mais importantes encíclicas<sup>60</sup> do Papa: “*Mater et magistra*” e “*Pacem in terris*”.

Também o número 2250<sup>61</sup> do *Notícias da Covilhã* dedica ainda a sua primeira página, e parte da quarta, ao acontecimento que se vive no mundo: a morte de João XXIII. Os três grandes textos que a compõem são dois artigos de opinião, um assinado por M. B e outro por P. S., para além de uma mensagem do Bispo da Guarda sobre o acontecimento. Para além disso, dois pequenos artigos anunciam uma missa que o Bispo da Guarda viria presidir na igreja de Santa Maria e o desejo do argentino Raul Martinez Moreno de que o Papa João XXIII viesse a ser galardoado com o Prémio Nobel da Paz.<sup>62</sup> Na verdade, já o número 2223 do dia 6 de março anunciava, em notícia de primeira página<sup>63</sup>, que a Fundação Internacional Balzan tinha atribuído o Prémio Balzan da Paz e da Fraternidade ao Pontífice da Igreja Católica.

Por fim, na edição de 15 de junho, num artigo de opinião, assinado por P. S., surge um resumo do grande contributo de João XXIII para a Igreja e para o mundo, marcado por uma linguagem de marcada sensibilidade em relação à figura do “Papa Bom”. Na mesma edição uma outra reportagem dá conta, através de uma linguagem marcadamente descritiva, da forma como decorreram as cerimónias exequiais do chefe da Igreja Católica.

## 5.2 Documentos papais no jornal

Durante o período de interrupção do Concílio (dezembro de 1962 a setembro de 1963) surge uma nova encíclica papal: a “*Pacem in terris*”, publicada em 11 de abril deste último ano. A data da sua publicação, dois meses antes da morte de João XXIII, marca também os dois anos da construção do Muro de Berlim. Nela, o Papa aborda a conjuntura mundial, caracterizada pelo clima de Guerra Fria, e defende que “os conflitos entre as nações devem ser resolvidos com negociações e não com armas” (João XXIII, 1963, nº 113).

O novo documento papal merece a atenção do *Notícias da Covilhã*, que em cinco edições lhe dedica destaque de primeira página, seja sob a forma de reportagem seja sob a forma de artigo científico ou de opinião.

Na edição de 13 de abril, dois dias após a publicação da encíclica surge uma reportagem, assinada por F. P., nas páginas 1 e 8.<sup>64</sup> O texto reporta aos acontecimentos da manhã de 9 de abril em que o Papa, numa sessão solene, assinou alguns dos exemplares do novo documento

---

<sup>59</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2249, 4 de junho de 1963, p. 6.

<sup>60</sup> As duas encíclicas merecerão da nossa parte um especial destaque por surgirem dentro do contexto conciliar e abordá-las-emos no ponto seguinte do nosso trabalho .

<sup>61</sup> Esta edição aparece, na primeira página, com o número 1950, possivelmente por erro gráfico.

<sup>62</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2249, 8 de junho de 1963, p. 1 e 4.

<sup>63</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2223, 6 de março de 1963, p. 1.

<sup>64</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2234, 13 de abril de 1963, p. 1 e 8.

que dirigiu, pela primeira vez na tradição da Igreja, “aos homens de boa-vontade”. Para além disso, a reportagem faz uma breve apresentação do texto com as palavras do próprio João XXIII:

A Encíclica divide-se em cinco partes: relações do homem com o homem, dos homens com os poderes públicos, das comunidades políticas entre si, dos seres humanos e das variadas comunidades políticas com a comunidade mundial e, finalmente, uma quinta parte com normas pastorais de uma compreensão imediata.<sup>65</sup>

O carácter inovador da linguagem da própria encíclica inspira também a escrita de vários artigos de opinião pelos colaboradores do *Notícias da Covilhã*. E, deste modo, encontramos na edição de 17 de abril um artigo assinado por F. P. a afirmar que a nova encíclica “é considerada na Imprensa Mundial como um documento histórico de extraordinária importância”,<sup>66</sup> fazendo um resumo da forma como algumas entidades políticas e os jornais de grandes cidades do mundo reportaram o seu aparecimento.

Zuzarte de Mendonça Filho assina novo artigo na edição de 24 de abril. Nas páginas 1 e 6, o autor eleva o contributo de João XXIII à igreja e ao mundo, considerando que:

Creemos que bastam as duas extraordinárias realizações deste Papa para justificarem sobejamente o acerto: o Concílio Ecuménico Vaticano II, do qual se espera, mercê de Deus e entre outros benefícios, a união das Igrejas dissidentes: e a encíclica «*Pacem in Terris*», capaz de inspirar e ajudar - infinitamente para além da força das armas e do medo das hecatombes atómicas, da nova era chamada espacial - o convívio pacífico da humanidade.<sup>67</sup>

A edição de 15 de maio publica um novo texto sobre a “*Pacem in terris*”, no qual se faz um resumo do texto em oito itens que, segundo o texto papal, se devem considerar como os grandes direitos do homem. Neste artigo, sem qualquer assinatura, assistimos a uma viragem no tipo de linguagem eclesial: do “pietismo” das expressões passa-se a uma linguagem carregada de humanismo e de preocupação para com os problemas sociais<sup>68</sup>.

Já depois do anúncio, por Paulo VI, da retomada dos trabalhos do Concílio, - que viria a ter lugar em 29 de setembro - na edição de 25 de setembro, Eduardo Vicente retoma o tema da encíclica num artigo de primeira página, intitulado “A ordem política nacional e a “*Pacem in terris*””.<sup>69</sup> O artigo, com um reconhecido carácter científico, assenta os seus argumentos na ciência teológica para justificar que a política deveria estar sempre ao serviço da comunidade e do indivíduo, na defesa do bem comum.

Também a encíclica “*Mater et magistra*”, da autoria do Papa João XXIII, publicada em 15 de maio de 1961, para assinalar o septuagésimo aniversário da encíclica “*Rerum Novarum*”, é

---

<sup>65</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2234, 13 de abril de 1963, p. 8.

<sup>66</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2235, 17 de abril de 1963, pp. 1 e 4.

<sup>67</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2237, 24 de abril de 1963, p. 1.

<sup>68</sup> A encíclica *Pacem in terris* é considerada como uma das mais relevantes no contexto da Doutrina Social da Igreja, uma vez que ela aponta os verdadeiro motivos de preocupação para com o homem na sua vivência social. Este discurso da Igreja constitui uma grande novidade, que virá a ser consolidada com os documentos conciliares.

<sup>69</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2281, 25 de setembro de 1963, p. 1 e 2.

considerada um marco da Doutrina Social da Igreja e, por isso, dois anos depois é também motivo de escrita na edição de 23 de março.<sup>70</sup>

O documento faz uma profunda leitura dos novos “sinais dos tempos”<sup>71</sup>, e atualiza as orientações das encíclicas sociais anteriores para poder dar uma resposta católica aos problemas temporais da época. Serviu de base para vários documentos pontifícios sobre as questões sociais tais como as encíclicas “*Pacem in terris*”, já referida, e “*Populorum progressio*” e “*Humanae vitae*”, ambas de Paulo VI .

### 5.3 Paulo VI: o Papa que se segue

Outro motivo de publicação, como seria óbvio, é a eleição do novo Papa, entretanto eleito em conclave. No próprio dia da sua eleição, 22 de junho, o “Notícias da Covilhã” faz primeira página com a notícia da eleição de Paulo VI. Num título que ocupava quase metade da página, o artigo dá a conhecer o até então Cardeal de Milão, João Batista Montini.

Para além deste artigo, a mesma publicação dedica ao acontecimento as páginas 2, 7 e 8, com diversos textos<sup>72</sup> sobre “Os papas deste século”, sobre o que “Paulo VI disse de João XXIII”, ou então para dar conta dos gestos do novo Papa que depôs flores no túmulo do seu antecessor, que o tinha feito cardeal.

Neste mesmo número, a ocupar metade da página 2 e a concluir na página 7, aparece uma grande reportagem sobre o conclave e a forma como este se organiza e desenvolve.

Na edição seguinte, datada de 26 de junho, são publicadas duas mensagens: uma do Bispo da Guarda e outra, de forma resumida, do próprio Papa Paulo VI.

A mensagem do Bispo da Guarda, intitulada “Terminou a orfandade da Igreja”<sup>73</sup>, manifesta a sua alegria pela eleição do novo Papa e convida toda a Diocese para uma celebração de ação de graças a ocorrer na Catedral da Guarda, no dia 30 desse mês. A linguagem e o estilo usados pelo Bispo D. Policarpo mantêm-se no mesmo registo coloquial e profundamente tradicional, com recurso a expressões bíblicas e a uma adjetivação bastante erudita, que nos deixam perceber uma certa resistência à linguagem nova da Igreja.

Por sua vez, no resumo que se faz da mensagem de Paulo VI, apesar de uma linguagem que usa o plural majestático para se dirigir ao mundo, os temas e as ideias revelam profunda esperança e especial preocupação para com os cristãos que viviam “em regiões onde a Igreja está impedida de usar os seus direitos”. Nesta primeira mensagem Paulo VI reafirma que:

A parte mais importante do nosso pontificado será ocupada pela continuação do segundo Concílio Ecuménico do Vaticano, para o qual estão voltados os olhos de todos os homens de boa vontade e que será a obra principal a que entendemos consagrar todas as energias que o Senhor nos deu para que a Igreja Católica, que brilha no mundo como o estandarte levantado sobre todas as nações longínquas, possa atrair a si todos os homens pela majestade do seu organismo,

<sup>70</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2228, 23 de março de 1963, pp. 1 e 8.

<sup>71</sup> Expressão usada pelo Papa João XXIII e frequentemente citada pela teologia pós-conciliar.

<sup>72</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2254, 22 de junho de 1963, pp. 1, 2, 7 e 8.

<sup>73</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2255, 26 de junho de 1963, pp. 1 e 3.

pela juventude do seu espírito, pela renovação das suas estruturas, pela multiplicidade das suas forças. (Paulo VI)<sup>74</sup>

O Papa afirmava, ainda, que neste processo de renovação da Igreja haveria outras preocupações a ter em conta:

- a) a revisão do Código do Direito Canónico;
- b) a aplicação das orientações das encíclicas sociais;
- c) os esforços pela consolidação da paz;
- d) a busca da união dos cristãos.

A 3 de julho, o número 2257 do *Notícias da Covilhã* apresenta duas reportagens<sup>75</sup> ainda relacionadas com o tema da eleição do novo Papa: uma delas sobre a cerimónia da coroação, a outra sobre a audiência que Paulo VI concedeu aos jornalistas.

Na primeira, que reporta os acontecimentos vividos em Roma a 30 de junho, o jornal faz grande manchete das palavras usadas pelo Papa para saudar Portugal, durante o seu discurso inaugural. Na segunda dá-se conta das palavras que Paulo VI dirigiu aos jornalistas que tinham estado a acompanhar o conclave e os dias que lhe sucederam. Na audiência, o Papa lembrou:

A nossa fé encontra renovado conforto quando pensamos no recomeço do Concílio ecuménico. Será objecto de especial atenção da nossa parte oferecer-vos, conforme já se verificou no decorrer da primeira sessão, o melhor serviço de informações possível, a fim de facilitar a vossa missão. (Paulo VI)<sup>76</sup>

Na edição do dia 25 de setembro, o *Notícias da Covilhã* publica uma coluna<sup>77</sup> na última página revelando pormenores da vida privada do Papa Paulo VI, em que sobressai a sua capacidade de trabalho.

#### 5. 4. O ritmo da Igreja marcado pelo Concílio

Durante o período de pausa, após a primeira fase do Concílio (entre 9 de dezembro 1962 e 28 de setembro de 1963), o *Notícias da Covilhã* não publica qualquer artigo de reflexão ou discussão sobre os temas tratados naquela mesma fase. Estes períodos de pausa serviam exatamente para isso, para a reflexão e discussão de conteúdos nas igrejas particulares. Porém, nas páginas do jornal bissemanário da Covilhã nada encontramos.

Aquilo que realmente encontramos é que o espírito do Concílio tenta marcar o ritmo da Igreja, do qual se dá conta em dois artigos, em cinco notícias e uma reportagem.

O primeiro artigo, retirado do Boletim da Ação Católica Portuguesa, é publicado a 2 de fevereiro, fazendo apelo à intervenção dos cristãos na vida ativa da Igreja. E, apesar de o

---

<sup>74</sup> In *Notícias da Covilhã*, nº 2255, 26 de junho de 1963, p. 3.

<sup>75</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2257, 3 de julho de 1963, pp. 1, 2 e 3.

<sup>76</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2257, 3 de julho de 1963, p. 1.

<sup>77</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2281, 25 de setembro de 1963, p. 6.

título fazer menção do “Espírito de Concílio”<sup>78</sup>, é notória uma linguagem de carácter interventivo e algo apologético.

Assinado por J. A., surge na página 1 e 2 do nº 2233, de 10 de abril, novo artigo intitulado “Ecumenismo de hoje unidade de amanhã”<sup>79</sup>. Nele, o autor usa uma linguagem de consciencialização sobre a necessidade da união dos cristãos, preconizada pelo Concílio. Esta é uma nova abordagem da Igreja à relação com as outras confissões cristãs, que coloca de lado a ideia tridentina que defendia que “extra ecclesiam nula salus”<sup>80</sup>.

As quatro notícias que fazem a primeira página das edições de 24, 27, 31 de julho e 3 de agosto dão nota da “Grande Jornada Infantil Pró Concílio” que se viria a realizar na Covilhã no dia 4 de agosto. Esta grande jornada, pelo que podemos observar surge de um pedido feito ainda pelo Papa João XXIII para que todos os cristãos se unissem em oração pelo sucesso do Concílio. O acontecimento parece ter mobilizado toda a região covilhanense é objeto de destaque durante quatro edições do bissemanário, sendo que na edição do dia 31 de julho merece uma fotografia<sup>81</sup> a ilustrar a notícia com o longo título “Cerca de três mil crianças vão participar no próximo domingo na Jornada Infantil Pró- Concílio”. É na edição de 7 de agosto que surge a grande reportagem<sup>82</sup>, de carácter descritivo, do acontecimento que merece a publicação de três fotografias da Jornada.

## 5. 5 A retoma dos trabalhos conciliares

João XXIII teria marcado para setembro de 1963 o recomeço dos trabalhos conciliares e o seu sucessor, Paulo VI quis que este propósito se mantivesse. Assim, convocou toda a Igreja para a segunda fase do Concílio a iniciar-se a 29 desse mesmo mês.

A primeira alusão ao acontecimento surge na publicação de 21 de setembro, por uma mensagem do Bispo da Guarda, que iria participar na segunda sessão do Concílio, e na qual fazia apelo a que a Diocese continuasse a rezar pelo sucesso dos trabalhos conciliares. Na exortação, que ocupava metade da primeira página e uma coluna da segunda, D. Policarpo da Costa Vaz mantém o seu estilo coloquial na linguagem. Considerando que “esta Assembleia era bem diferente das outras há muito desacreditadas”, o Bispo da Guarda não deixa, porém, de continuar a manifestar o desejo de que a cristandade vença o mundo:

Dele se espera consequentemente a segura resposta às angustiantes dúvidas que o materialismo ateu fez despontar na consciência dos homens ao roubar-lhe a tranquilidade que ele tanto prezava. Os sentimentos de egoísmo, ambição e ódio que separam os homens e os povos, provocando a guerra universal, são filhos deste estado de alma, vazia de Deus.

---

<sup>78</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2215, 2 de fevereiro de 1963, pp. 2 e 8.

<sup>79</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2233, 10 de abril de 1963, pp. 1 e 2.

<sup>80</sup> Paradigma definido pelo Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563, época em que a Igreja vivia o espírito da Contra-Reforma, e que defendia que “fora da Igreja não há salvação”.

<sup>81</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2265, 31 de julho de 1963, p. 1.

<sup>82</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2267, 7 de agosto de 1963, pp. 1 e 2.

A reportagem<sup>83</sup> do dia 2 de outubro dá a conhecer os quatro pontos principais do discurso de Paulo VI na reabertura do Concílio, profundamente marcado por um vocabulário que manifestava a sua preocupação com os problemas mundiais e que tinha como grande fim o diálogo com a contemporaneidade. Dos principais pontos do discurso, o *Notícias da Covilhã* destaca:

- “1 - Conhecimento ou consciência da Igreja;
- 2 - Reforma da Igreja;
- 3- Reconstituição da unidade dos cristãos;
- 4- Diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo.”<sup>84</sup>

O carácter inovador de Paulo VI volta a ser motivo de notícia na edição de 9 de novembro, na qual se dá conta do discurso do Papa “perante o nascimento da indústria moderna”. Neste tipo de discurso apercebemo-nos de que os princípios que motivaram o Concílio Vaticano II estavam já a realizar-se.

Numa abertura de algum modo inédito, o *Notícias da Covilhã* publica, na sua edição de 16 de novembro, uma entrevista<sup>85</sup> ao Bispo da Guarda, que entretanto se encontrava em Roma para participar nas sessões conciliares. A entrevista, concedida ao jornal “*Novidades*”, surgiu no momento em que o Concílio discutia um dos pontos essenciais: a participação dos leigos na vida da Igreja. Sobre a questão, D. Policarpo mantém o mesmo discurso de preocupação para com as “nefastas doutrinas, eivadas de materialismo ateu” e aponta como principal intervenção dos leigos na vida da Igreja “uma crescente recristianização” da Diocese.

Na mesma entrevista, recolhida por António dos Reis, o Bispo da Guarda avança ainda que:

Julgamos, no entanto, avizinhar-se a hora da mobilização dos leigos (e nomeadamente da juventude) em ordem ao alistamento efectivo e pacífico de todos os católicos nos organismos da Acção Católica, de forma a constituir-se uma verdadeira *acies ordinata*, inflamada pela caridade e sempre submissa às diretrizes da Hierarquia.<sup>86</sup>

Este pensamento mostra, claramente, a incapacidade de sustentar as ideias inovadoras do Concílio, que pretendia reconhecer o importante papel dos leigos e a sua igualdade, segundo a condição de cada um, para com a hierarquia.

Aliás, esta mesma certeza chega ao leitor do *Notícias da Covilhã* pela primeira de seis cartas de J. Saraiva, participante no Concílio, publicadas, sempre na primeira página, nas edições de 5, 12 e 26 de outubro e de 6, 13 e 20 de novembro:

- a) “Carta de Roma: o Concílio continua”<sup>87</sup>, datada de 29 de setembro - o autor relembra as grandes características do Concílio e fala das principais novidades desta segunda fase, a saber: um novo Papa, a presença e participação de um significativo grupo de leigos e a moderação dos trabalhos por um grupo de quatro cardeais nomeados pelo Papa, para substituir o Conselho da Presidência.

---

<sup>83</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2283, 2 de outubro de 1963, pp. 1 e 6.

<sup>84</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2283, 2 de outubro de 1963, p. 1.

<sup>85</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2296, 16 de novembro de 1963, pp. 1 e 7.

<sup>86</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2296, 16 de novembro de 1963, pp. 1 e 7.

<sup>87</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2284, 5 de outubro de 1963, pp. 1 e 3.

- b) “Carta de Roma: começa a segunda sessão do Concílio”<sup>88</sup>, datada de 2 de outubro - faz a narração da sessão de reinício do Concílio, destacando os principais pontos do discurso do Papa, dos quais se destaca o seu gesto inédito de pedido de desculpas a Deus e aos Irmãos, por causa da separação entre as confissões cristãs.
- c) “Carta de Roma: O mistério da Igreja”<sup>89</sup>, datada de 20 de outubro - dá conta da discussão e votação do esquema que serviria de base à Constituição Dogmática que abordaria o tema da Igreja como sinal e instrumento no meio do mundo.
- d) “Carta de Roma: as discussões do Concílio”<sup>90</sup>, datada de 28 de outubro - fala do processo moroso que é o de um concílio e da riqueza doutrinal dos esquemas e das intervenções, denuncia a desigualdade entre os leigos e a hierarquia e como novidade fala do ministério dos diáconos que era motivo de grande reflexão e discussão entre os participantes no Concílio.
- e) “Carta de Roma: uma semana de grande importância”<sup>91</sup>, datada de 3 de novembro - a carta revela-nos que a reflexão sobre temas determinantes na vida interna da Igreja mereceram grande atenção por parte de toda a Assembleia Conciliar, nomeadamente sobre o Papel da Virgem Maria na fé católica e sobre o lugar dos bispos e dos diáconos na hierarquia da Igreja, desta última discussão resultaram cinco questões, cujas respostas ajudariam à definição da doutrina sobre este tema.
- f) “Carta de Roma: as discussões da semana”, datada de 10 de novembro - o autor descreve o ambiente que se vive no Concílio, liberto de secretismos obscuros e de grande participação nas discussões dos esquemas e das ideias, e noticiando que o Papa sugeriu uma nova forma de governo da Igreja por meio de um grupo de bispos que colaborassem mais diretamente com o seu Chefe.

Sem sombra de dúvidas que este conjunto de cartas foi o instrumento mais importante para que o leitor do *Notícias da Covilhã* pudesse ter acesso àquilo que se discutia durante os trabalhos conciliares e manter-se informado sobre as novidades que a Igreja ia preconizando na reflexão sobre si mesma e sobre a sua relação com o mundo.

A notícia do encerramento da segunda do Concílio, ocorrida a 4 de dezembro, chega na edição do dia 7<sup>92</sup>, na qual também se noticia a peregrinação do Papa a Israel no mês de janeiro de 1964. Porém, talvez a notícia mais importante que ressalta desta fase do Concílio

---

<sup>88</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2286, 12 de outubro de 1963, pp. 1 e 3.

<sup>89</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2290, 26 de outubro de 1963, pp. 1 e 2.

<sup>90</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2293, 6 de novembro de 1963, pp. 1 e 2.

<sup>91</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2295, 13 de novembro de 1963, pp. 1 e 2.

<sup>92</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2302, 7 de dezembro de 1963, p. 1.

fique por registar: a votação e promulgação da primeira constituição dogmática do Concílio, a “Sacrosanctum concilium”<sup>93</sup>.

A última notícia de 1963 sobre o concílio surge na edição de 14 de dezembro<sup>94</sup>, para dar conta do regresso do Bispo da Guarda após a sua participação na segunda fase dos trabalhos, porém sem qualquer novidade ou intervenção sobre o acontecimento em que participara.

Apresentamos, em seguida, uma tabela que resume as publicações sobre o Concílio Vaticano II e os Papa com ele relacionados (João XXIII e Paulo VI) que tiveram lugar no Notícias da Covilhã no decurso do ano de 1963:

**Tabela 2. Publicações em 1963**

Tema	Género	Data	Número	Página	Foto	Assinatura
A morte do Papa João XXIII	Reportagem	04 / 06	2249	1 e 6	1	-----
	Notícia	04 / 06	2249	1	-----	
	Notícia	04 / 06	2249	1	-----	
	Notícia	04 / 06	2249	2	-----	
	Notícia	04 / 06	2249	5		
	Mensagem	08 / 06	2250	1 e 4	-----	D. Policarpo da Costa Vaz
	Artigo opinião	15 / 06	2255	1e 8	-----	P.S.
	Notícia	15 / 06	2255	1	-----	-----
	Reportagem	15 / 06	2255	1 e 4	-----	-----
Notícia	17 / 07	2261	3 e 5	-----	-----	
<b>Prémio da Paz para João XXIII</b>	Notícia	06 / 03	2223	6	-----	-----
Encíclicas Papais	Reportagem	13 / 04	2234	1 e 8	-----	F. P.
	Reportagem	17 / 04	2235	1, 2 e 3	-----	F. P.
	Artigo opinião	24 / 04	2237	1 e 6	-----	Z. Mendonça Filho
	Reportagem	15 / 05	2243	1 e 2	-----	-----
	Artigo científico	23 / 03	2228	1 e 8	-----	-----
	Artigo opinião	25 / 09	2281	1 e 2	-----	Eduardo Vicente
Eleição de Paulo VI	Reportagem	22 / 06	2254	1	-----	-----
	Reportagem	22 / 06	2254	1 e 8	-----	-----
	Reportagem	22 / 06	2254	2, 7	-----	-----
	Notícia	22 / 06	2254	1	-----	-----
	Mensagem	22 / 06	2255	1	-----	D. P. Costa Vaz

<sup>93</sup> Constituição Dogmática que redefine a forma como a Igreja deverá celebrar a sua liturgia e que traz consigo profundas alterações como o uso das línguas vernáculas em substituição do latim e a celebração com o sacerdote voltado para a assembleia em vez de permanecer de costas para ela.

<sup>94</sup> Notícias da Covilhã, nº 2304, 14 de dezembro de 1963, p. 1.

	Mensagem	22 / 06	2255	1 e 3	-----	Paulo VI
	Reportagem	03 / 07	2257	1 e 3	-----	-----
	Reportagem	03 / 07	2257	2	-----	-----
	Reportagem	25 / 07	2281	8		
<b>Influências do Concílio no agir e pensar da Igreja</b>	Notícia	02 / 02	2215	2 e 4	-----	Retirado do boletim da A. C. P.
	Artigo opinião	10 / 04	2233	1 e 2	-----	J. A.
	Notícia	24 / 07	2263	1	-----	-----
	Notícia	27 / 07	2264	1	-----	-----
	Notícia	31 / 07	2265	1	1	-----
	Notícia	03 / 08	2266	1	1	-----
	Reportagem	07 / 08	2267	1	3	-----
<b>A segunda fase do Concílio Vaticano II</b>	Mensagem	21 / 09	2280	1	-----	D. P. da Costa Vaz
	Reportagem	02 / 10	2283	1 e 2	-----	-----
	Reportagem	09 / 11	2294	1	-----	-----
	Entrevista	16 / 11	2296	1 e 7	1	-----
	Carta	05 / 10	2284	1 e 3	-----	J. Saraiva
	Carta	12 / 10	2286	1 e 3	-----	J. Saraiva
	Carta	26 / 10	2290	1 e 2	-----	-----
	Carta	06 / 11	2293	1 e 2	-----	J. Saraiva
	Carta	13 / 11	2295	1 e 2	-----	-----
	Carta	20 / 11	2297	1 e 2	-----	J. Saraiva
	Reportagem	20 / 11	2297	1 e 2	-----	-----
	Notícia	07 / 12	2302	1 e 8	-----	-----
	Notícia	14 / 12	2304	1 e 5	-----	-----

Fonte: *Notícias da Covilhã*, elaboração própria

Da leitura desta tabela, podemos concluir que a informação sobre a segunda fase do Concílio cresceu significativamente em relação ao ano de 1962: no ano de 1962 surgiram 8 artigos durante a fase dos trabalhos conciliares, enquanto que no ano 1963 esse número subiu para os 13 artigos.

Na globalidade o número de publicações também aumentou, muito devido ao acontecimento histórico da mudança de Papa: com a morte de João XXIII muito se disse sobre o Papa Bom, e, conseqüentemente, novas publicações surgiram para acompanhar o conclave e a eleição de Paulo VI.

Registe-se, porém, que apesar da notória diferença no discurso da Igreja, nomeadamente na voz de alguns pensadores e colaboradores do *Notícias da Covilhã*, as influências do Concílio não se revelariam tão céleres como à partida alguns desejariam. Na voz do Bispo da Guarda, aliás, a visão tradicionalista da Igreja mantém-se intacta, como se pode observar pela linguagem rebuscada e caracterizada por uma rica adjetivação, assim como pela visão

pessimista do mundo e suas influências. Destaque-se, aqui, a entrevista publicada no número 2296, em que se podem comprovar estas afirmações.

Prova de que a igreja procurava evoluir é a expressão que as encíclicas papais - cada vez mais direcionadas para os temas sociais- merecem na reflexão e aprofundamento do pensar da sociedade em geral.

Há ainda que registrar que apesar de chegarem à redação várias cartas provindas de Roma, não se fala diretamente dos temas em discussão, nem se conhecem os pontos de vista em relação matérias discutidas pelos padres conciliares.

## 5.6 Nova pausa em até setembro de 1964

O ano de 1964 inicia-se com um grande acontecimento para os católicos: a visita de Paulo VI a Israel nos dias 4 a 6 de janeiro. Motivo para que o *Notícias da Covilhã* viesse a escrever sobre o acontecimento nas edições de 1, 8, 11 e 25 de janeiro, realçando o fato de ser totalmente novo: “é a primeira vez na história que um Papa visita a região que presenciou os mistérios da existência divina-humana de Cristo”. Para além disso, muitas outras novidades<sup>95</sup> viriam a surgir com esta viagem, e que o jornal faz saber ao leitor:

- a) Paulo VI é o primeiro Papa a sair de Roma desde 1805;
- b) Leva consigo a missão de “reforçar os laços de boas relações com os irmãos separados”;
- c) Vai encontrar-se com o Patriarca da Igreja Oriental, depois de nove séculos no corte das relações.

Todos estes aspetos deixam perceber como o Concílio começava já a dar provas da sua importância e fundamento:

Os motivos que levam o Papa a visitar os lugares santificados pela presença de Jesus são exclusivamente de ordem religiosa, especialmente relacionados com o Concílio Vaticano que durante estes nove meses de «interconcílio» prosseguirá intensamente os seus trabalhos.<sup>96</sup>

A edição de 8 de janeiro continua a usar um subtítulo que aponta para a grande novidade da viagem: “Histórica e sem precedentes a peregrinação de Paulo VI em espírito ecuménico”. Nessa mesma edição é transcrita uma afirmação do Papa que manifesta exatamente este espírito de ecumenismo que o Concílio viria a afirmar de forma inequívoca: “A unidade só é católica se respeitar plenamente a diversidade legítima de cada um”.<sup>97</sup>

Este tipo de linguagem e a abertura do discurso da Igreja pela voz do seu chefe máximo manifesta já a convicção de que o Concílio viria trazer mudanças, sobretudo na visão que os católicos tinham de si mesmos e na forma como se relacionavam com a sociedade.

---

<sup>95</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 23 09, 1 de janeiro de 1964, p. 1.

<sup>96</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2309, 1 de janeiro de 1964, p. 1.

<sup>97</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2310, 8 de janeiro de 1964, p. 2.

Porém, o mesmo entusiasmo com que se iam recebendo as novidades do Concílio em quase todos os lugares onde existiam católicos era refreado pelo Bispo da Guarda. O *Notícias da Covilhã* publica, a 19 de fevereiro, uma exortação de D. Policarpo em que pede “cautela” na forma como se recebem as novidades do Concílio, particularmente com a promulgação do novo documento sobre a liturgia:

Muitas das disposições da nova Constituição só podem entrar em vigor depois de longo espaço de tempo, por exigirem estudo de pormenor e organização de livro litúrgicos acomodados às inovações aprovadas. (...) podemos já esclarecer ser muito reduzido o número de alterações que neste momento interessam.<sup>98</sup>

Um artigo datado de 21 de março, assinado por M. G., no entanto, avança com as novidades que o Papa ia introduzindo na Igreja em consonância com o espírito do Concílio. O texto, intitulado “Reforma da Corte do Papa”<sup>99</sup>, previa algumas das mudanças dentro dos muros vaticanos e que “no seio do próprio Concílio já por mais de uma vez se insinuou”.

A 4 de abril, o *Notícias da Covilhã* traz consigo três novidades da parte da redação: uma nova imagem gráfica no seu título; a primeira publicação de um “Editorial”, assinado pelo seu diretor António Mendes Fernandes; a passagem da publicação bissemanal a semanal, agora com 10 ou 12 páginas.

O editorial, porém, revela uma visão conservadora da Igreja e alguma distância entre o compromisso cristão e a vida em sociedade, talvez influenciado pelo pensamento cauteloso com que alguns sacerdotes da Diocese da Guarda recebiam as notícias vindas do Concílio:

O homem do nosso tempo observando a falência dos mitos que o entonteceram parece que começa a compreender que só a Verdade de que a Igreja é mensageira o pode libertar de todas as tiranias, de todos os servilismos e restituir à pessoa (...) a sua «eminente dignidade».<sup>100</sup>

Na mesma edição publica-se a mensagem de páscoa do Papa, dirigida aos católicos do mundo inteiro e também, algo que é totalmente novo, “aos que não têm religião”.

Durante os meses que vão de abril até agosto de 1964 pouco se publica sobre o acontecimento: apenas uma nota do Bispo da Guarda sobre o primeiro aniversário da eleição de Paulo VI<sup>101</sup>, um artigo de opinião sobre “a Igreja o mais belo tema de estudo”, e um outro sobre a primeira encíclica de Paulo VI, “*Ecclesiam suam*” entretanto publicada mas ainda pouco comentada.

## 5. 7. A terceira fase do Concílio

A edição de 19 de setembro de 1964<sup>102</sup> vem renovar o interesse pelo Concílio com a notícia da retomada dos trabalhos, e de que o Bispo da Guarda fora um dos padres conciliares escolhido

<sup>98</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2323, 19 de fevereiro de 1964, p. 2.

<sup>99</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2332, 21 de março de 1964, p. 1 e 2.

<sup>100</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2335, 4 de abril de 1964, p. 1.

<sup>101</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2346, 20 de junho de 1964, pp. 1 e 10.

<sup>102</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2358, 19 de setembro de 1964, pp. 1 e 12.

para concelebrar com o Papa na eucaristia que inaugurou a terceira fase do Vaticano II. Além disso, enumera as principais “linhas da terceira sessão do Concílio Ecuménico”<sup>103</sup>, ou seja, os documentos e as propostas a tratar. Quanto aos documentos, estes seriam sobre:

- a) A igreja;
- b) A missão pastoral dos bispos na Igreja;
- c) O Ecumenismo;
- d) A revelação divina;
- e) O apostolado dos leigos;
- f) A igreja no mundo moderno.

Quanto às propostas, estas seriam seis, sobre: as igrejas orientais; as missões; os membros das ordens religiosas; os sacerdotes; o sacramento do casamento; as escolas católicas.

Esta mesma edição traz consigo a novidade de “que o «Notícias da Covilhã» irá ter oportunidade de fornecer periodicamente aos nossos estimados leitores Crónicas do Concílio, oriundas directamente de Roma de segura fonte de informação”<sup>104</sup>.

É na edição de 3 de outubro que surge, aquele que podemos considerar como o artigo que maior informação sobre o Concílio trouxe ao leitor do *Notícias da Covilhã*. A partir da informação contida no artigo ficava-se a saber que:

- 1) o debate sobre o governo da Igreja apontou a necessidade de o Papa ser auxiliado por alguns bispos que o coadjuvassem nessa missão;
- 2) frisou-se que a Igreja é constituída pelos crentes sinceros de todos os credos;
- 3) refletiu-se sobre o culto da Virgem Maria, sobre a linguagem devocional que envolve a figura de Maria, sobretudo nos conteúdos teológicos e sobre os atributos de “Mãe da Igreja” e “medianeira”, sendo que o bispo do Algarve, D. Francisco Rendeiro, em nome dos 82 bispos portugueses, teve uma importante intervenção nesta matéria;
- 4) “insistiu-se na independência da Igreja perante o poder civil sobretudo quanto à nomeação dos bispos”;
- 5) “focou-se a necessidade da melhor atribuição do clero entre as dioceses e no mundo”;
- 6) “pediu-se a definição das funções dos Bispos - Auxiliares”;
- 7) “pediu-se a intensificação do ensino do catecismo e da assistência aos emigrantes”;
- 8) houve um pedido expresso, por parte do Cardeal Suenens, “para que os processos de canonização dos santos fosse mais simples”;
- 9) um bispo italiano observou que se tem reduzido excessivamente a pregação sobre as verdades eternas e salientou: «O Homem moderno necessita de que lhe recordem o inferno»<sup>105</sup>.

---

<sup>103</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2358, 19 de setembro de 1964, pp. 1 e 12.

<sup>104</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2358, 19 de setembro de 1964, pp. 1 e 12.

Neste mesmo artigo, ladeado pela fotografia do cartaz que propagandeava o Concílio, surge ainda a notícia das dez votações do documento que tratava da questão da colegialidade dos bispos, que estava a causar muita agitação dentro do Concílio, que haveria de valorizar ainda mais esta figura da hierarquia.

Novas notícias sobre a terceira fase do Concílio surgem na edição de 17 de outubro<sup>106</sup>, acompanhadas de uma fotografia, a mesma da edição do dia 3, de dimensões consideráveis, legendada com uma frase de Paulo VI ainda enquanto Cardeal Montini. Da coluna direita que preenchia a página três desta edição ficava-se a saber que: tinha terminado o debate sobre o apostolado dos leigos; era intensa a reflexão sobre o “esquema 13” ( no qual se debatia a questão da igualdade de género); o documento sobre o mundo moderno estava a ser alvo de muitas intervenções e que, por isso, o tema iria ser tratado por duas comissões; que se iniciara o debate sobre o sacerdócio.

O debate do esquema que refletia a presença da Igreja no mundo é noticiado na edição 2364, datada de 7 de novembro, pela qual sabemos que este “tem despertado vivo interesse”<sup>107</sup>, e que mereceu um comentário do Arcebispo de Madrid que o jornal resume em linhas gerais. Nesta mesma reportagem surge a notícia de que Portugal e Brasil se uniram para elaborar um acordo litúrgico que viesse a dar expressão prática às disposições da constituição dogmática, aprovada em 1963.

Todas as notícias deste período que chegavam aos leitores do jornal sobre o qual incide a nossa investigação poderiam vir a ser resumidas na edição do dia 21 de novembro, que faz um “primeiro balanço da terceira sessão” do Concílio. No texto que se lê no canto inferior direito da página 3, dá-se conta de que o Concílio “já assentou nas suas atitudes relativamente aos problemas internacionais ou exteriores à igreja acerca dos quais devia pronunciar-se.”<sup>108</sup>

Os problemas exteriores foram os que claramente despertaram maior interesse da parte da opinião mundial, católica ou não. Contam-se, entre os mais prementes as armas nucleares e a regulação dos nascimentos, causa de angústia para toda a Humanidade.<sup>109</sup>

Porém, este mesmo texto traz também algumas das disposições já definidas em relação ao interior da própria Igreja, a saber: a definição dos poderes dos bispos; a reafirmação do celibato eclesial; a reforma do sacramento da ordem no grau dos diáconos, permitindo que fossem eleitos para esse ministério homens casados; a reforma litúrgica que permitia um maior acesso de todos aos textos litúrgicos.

Se o Concílio estava a constituir um dos marcos mais importantes da história quer da Igreja quer da sua relação com o mundo, aceite e louvado pela maioria dos católicos e não católicos, outros houve, porém, que mostravam posições adversas ao espírito inovador que queria contagiar a Igreja e o Mundo. Isso podemos perceber pela edição do dia 31 de outubro, que publica um artigo do Bispo da Beira, D. Sebastião de Resende, que se insurge contra um

---

<sup>105</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2360, 3 de outubro de 1964, p. 3.

<sup>106</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2362, 17 de outubro de 1964, p. 3.

<sup>107</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2364, 7 de novembro de 1964, pp. 1 e 7.

<sup>108</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2367, 21 de novembro de 1964, p. 3.

<sup>109</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2367, 21 de novembro de 1964, p. 3.

folheto que surgiu pelos lugares do Vaticano, contendo “grosseiros dislates, falsas interpretações e tendenciosas deturpações dando a perceber e sem rebuços que o Concílio esta a fazer o jogo da maçonaria, do judaísmo e de outras forças da política internacional”<sup>110</sup>. Ainda dentro do espírito conciliar encontramos dois artigos de opinião<sup>111</sup> sobre a encíclica “*Pacem in terris*”, de João XXIII, que continuava a provocar ecos na sociedade, assim como outro artigo<sup>112</sup> sobre a outra encíclica do “Papa Bom”, a “*Mater et magistra*”.

O mês de dezembro faz terminar esta sessão do Concílio com o anúncio de nova fase para setembro de 1965. Das publicações que nos chegaram pelo jornal diocesano, com sede na Covilhã, conseguimos perceber desde logo uma nova expressão da Igreja diante do acontecimento conciliar, seja pela linguagem usada nas publicações jornalísticas, seja pelos temas e conteúdos que o Concílio faz despertar e refletir.

Apresentamos, em seguida, uma tabela que resume as publicações sobre o Concílio Vaticano II que tiveram lugar no Notícias da Covilhã no decurso do ano de 1964:

**Tabela 3. Publicações em 1964**

Tema	Género	Data	Número	Página	Foto	Assinatura
Visita do Papa Paulo VI a Israel	Notícia	01 / 01	2309	8	-----	-----
	Reportagem	08 / 01	2311	1 e 2	-----	-----
	Reportagem	11 / 01	2312	1 e 8	-----	-----
	Reportagem	25 / 01	2316	1 e 2	-----	-----
	Artigo opinião	25 / 01	2316	1	-----	-----
Novidades da II fase do Concílio	Mensagem	19 / 02	2323	1 e 2	-----	D. P. da Costa Vaz
	Artigo opinião	21 / 03	2332	1 e 2	-----	M. G
	Editorial	04 / 04	2325	1 e 4	-----	A. M. Fernandes
	Mensagem	04 / 04	2325	1 e 12	1	Paulo VI
I aniversário da eleição de Paulo VI	Mensagem	27 / 06	2346	1 e 10	-----	D. P da Costa Vaz
Encíclicas Papais	Artigo opinião	22 / 02	2324	1 e 2	-----	Eduardo Vicente
	Artigo opinião	26 / 02	2325	1 e 2	-----	-----
	Artigo opinião	22 / 08	2355	1, 3 e 8	-----	-----
	Artigo opinião	01 / 05	2339	2, 8 e 10	-----	-----
Terceira fase do Concílio Vaticano II	Notícia	19 / 09	2358	1 e 12	-----	-----
	Notícia	03 / 10	2360	3	1	-----
	Notícia	17 / 10	2362	1	1	-----

<sup>110</sup> Notícias da Covilhã, nº 2364, 30 de outubro de 1964, p. 5.

<sup>111</sup> Notícias da Covilhã, nº 2325, 26 de fevereiro de 1964, pp. 1 e 2; nº 2324, 22 de fevereiro de 1964, pp. 1 e 2.

<sup>112</sup> Notícias da Covilhã, nº 2339, 1 de maio de 1964, pp. 2 e 8.

	Notícia	07 / 11	2364	1 e 7	-----	-----
	Notícia	21 / 11	2367	3	-----	-----
	Mensagem	30 / 12	2372	1 e 3	-----	Paulo VI
	Mensagem	30 / 12	2372	1 e 3	-----	D. P. da Costa Vaz
<b>Repercussões do Concílio</b>	Mensagem	31 / 10	2364	5	-----	D. Sebastião de Resende

Fonte: *Notícias da Covilhã*, elaboração própria

Quanto à linguagem, apesar de em quase todas as notícias, reportagens ou artigos de opinião se fazer uma apologia do Vaticano II, apercebemo-nos de que a rica adjetivação, que marcava o tom coloquial dos textos, deu lugar a um vocabulário mais acessível ao leitor, falando-se das realidades da Igreja não com um carácter inatingível e divinizante, mas como elas realmente o são: realidades humanas. O mesmo não se notará nas mensagens e exortações do Bispo da Guarda, que, apesar de participante “*in loco*” do Concílio, mantém o mesmo registo discursivo, caracterizado pela linguagem majestática e profundamente rica em estilística.

Quanto aos conteúdos do *Notícias da Covilhã*, eles deixam-nos conhecer, sobretudo a partir do ano de 1964, aquilo que se passa no Concílio: a pertinência dos temas e também as questões mais polémicas e controversas, sobretudo o espírito de abertura da Igreja ao mundo. Apesar de a mancha gráfica do jornal se alterar no início de 1964, podemos também assinalar que o jornal, que desde então passa a semanário, não publica registos fotográficos do acontecimento.

## Capítulo 6. O último período do Concílio

A última fase do Concílio Vaticano II iniciou-se com o período de reflexão entre dezembro de 1964 e setembro de 1965, mês em que se inicia a quarta e última sessão do Concílio. Por isso, nesta parte do nosso trabalho apresentaremos a leitura e análise do conteúdo da informação que chegou ao leitor do *Notícias da Covilhã* durante o ano de encerramento dos trabalhos conciliares.

Os primeiros meses de 1965 ficam marcados por várias notícias de acontecimentos ou factos que manifestam, desde logo, a influência do espírito conciliar na vida da Igreja, particularmente a questão litúrgica, forma de expressão da Igreja que, talvez por isso, e por ser motivo da publicação da primeira constituição dogmática, mereceu vários artigos que o tratassem no jornal.

Refira-se, desde já, que a maioria das publicações que surgiram, durante este ano, são da autoria do Bispo da Guarda, participante no Concílio, e que sobre ele se pronunciava frequentemente, particularmente num conjunto de 8 cartas que escreveu, desde Roma, para reportar os acontecimentos.

### 6.1 O Concílio a marcar o ritmo da Igreja

O *Notícias da Covilhã* vai manifestando com alguma expressividade a sua abertura e o acompanhamento que faz às orientações e novidades que iam chegando do Concílio. Vinda já do início do ano de 1964, o jornal católico continua a publicar todas as semanas, na página 2, a “Agenda litúrgica”, para dar a conhecer ao leitor os acontecimentos mais importantes do calendário católico, assim como algumas explicações sumárias das novidades trazidas pela constituição dogmática “*Sacrosanctum concilium*”. Porém, esta publicação é interrompida em 8 de abril de 1965, sem se conhecer qualquer razão ou se prestar qualquer esclarecimento ao leitor.

Na verdade, o Concílio ia marcando o ritmo da Igreja e as notícias a que leitor tem acesso revelam a sua influência seja na linguagem seja nos temas ou acontecimentos tratados.

O último período interconciliar fica marcado por algumas efemérides de relevância, como a publicação de duas cartas encíclicas por parte de Paulo VI, as recorrentes novidades e alterações ao nível litúrgico e a publicação do decreto “*Inter mirifica*” de que tratámos no capítulo I deste nosso trabalho.

As primeiras publicações de 1965 chegam-nos com três mensagens da hierarquia da Igreja;

- 1) A mensagem de D. Policarpo da Costa Vaz a propósito do 53º aniversário do jornal covilhanense, onde o Bispo da Guarda faz um apelo a que este semanário exerça o seu papel informativo à luz de ideias já defendidas pelo Concílio<sup>113</sup>;

---

<sup>113</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2373, 08 de janeiro de 1965, pp. 1 e 4.

- 2) Uma mensagem de Paulo VI dirigida aos bispos das províncias portuguesas na audiência que lhes concedera no final da terceira fase do Concílio<sup>114</sup>;
- 3) Uma mensagem da Conferência Episcopal Portuguesa sobre a criação da Universidade Católica, na qual nos apercebermos da necessidade sentida pela Igreja de se afirmar no mundo da cultura e da investigação<sup>115</sup>;

Motivo de notícia é também o ecumenismo que ia dando novos passos em favor da unidade dos crentes. No editorial do dia 3 de abril, assinado por Messias G. Marques, o *Notícias da Covilhã* apresentava o encontro entre católicos e protestantes, realizado em Genebra, como “um dia verdadeiramente histórico”, ocorrido num “ambiente de calma, confiança e respeito.”

Era a primeira vez que um cardeal da Igreja Católica visitava o quartel general do protestantismo e, para mais, a própria cidade onde nasceu e viveu Calvino um dos maiores corifeus da Reforma. (...) Ninguém há uns anos atrás poderia supor que uma evolução tão rápida permitiria que uma Comissão mixta de teólogos estudasse e procurasse resolver as dificuldades que se opõem à união de todos os cristãos. Nunca como hoje a divisão cheirou a escândalo.<sup>116</sup>

O mesmo autor assina uma reportagem sobre este assunto na edição de 14 de agosto<sup>117</sup> a propósito da visita do Cardeal Agostinho Bea, secretário para a união dos cristãos, ao Patriarca Ortodoxo de Constantinopla.

Por outro lado, a presença e o pronunciamento da Igreja sobre temas sociais tornavam-se cada vez mais recorrentes e a edição de 17 de abril certifica-o<sup>118</sup>, com a publicação de um resumo do discurso de Paulo VI ao receber os membros das Associações dos Trabalhadores Italianos. Nas linhas gerais deste discurso podemos observar uma linguagem interventiva, da parte do Papa, na defesa dos direitos dos trabalhadores, à luz da mensagem cristã. Na edição de 1 de maio, a propósito da comemoração do dia do trabalhador, o tema volta a ser tratado numa reportagem<sup>119</sup> em que se define a doutrina da Igreja sobre o sentido cristão do trabalho.

A edição de 24 de abril publica uma reportagem<sup>120</sup> sobre a reforma litúrgica e as dificuldades de se colocarem em prática as novidades trazidas pela constituição já aprovada pelo Concílio. A controvérsia assentava sobre a celebração da missa “*versus populum*”, ou seja, assunto versava sobre o fato do sacerdote presidir à eucaristia de frente para a assembleia e não de costas, como era prática pré-conciliar.

As edições de 14<sup>121</sup>, 21<sup>122</sup> e 28<sup>123</sup> de agosto ficam ainda assinaladas pela publicação de uma “Nota Pastoral da Metrópole”. Na extensa mensagem dos bispos portugueses da metrópole,

---

<sup>114</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2374, 16 de janeiro de 1965, pp. 1, 3 e 10.

<sup>115</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2375, 23 de janeiro de 1965, pp. 1 e 5.

<sup>116</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2385, 3 de abril de 1965, pp. 1e 3.

<sup>117</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2404, 14 de agosto de 1965, p. 1 e 4.

<sup>118</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2387, 17 de abril de 1965, p. 3.

<sup>119</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2389, 01 de abril de 1965, pp. 1 e 4.

<sup>120</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2388, 24 de abril de 1965, p. 2.

<sup>121</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2404, 14 de agosto de 1965, p. 16.

<sup>122</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2405, 21 de agosto de 1965, pp. 10 e 12.

<sup>123</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2406, 28 de agosto de 1965, p. 10.

pode ler-se que todos eles reconheciam que “jamais um Concílio teve tal repercussão em meios católicos”<sup>124</sup>. A partir deste documento conhece-se, pela primeira vez, que tinham sido já promulgados os documentos “*Lumen gentium*”, sobre as questões internas da Igreja, e “*Unitatis redintegratio*”, sobre o diálogo ecuménico.

## 6.2 O decreto “*Inter mirifica*” nas páginas do *Notícias*

São raras, no *Notícias da Covilhã* as referências ao decreto conciliar sobre os meios de comunicação social aprovado em 4 de dezembro de 1963, na mesma data da constituição sobre a liturgia. Na edição de 23 de janeiro de 1965, mais de um ano depois, Messias G. Marques publica um artigo de opinião intitulado “Na era das imagens e dos sons - o valor e necessidade de um decreto conciliar”<sup>125</sup>.

Na opinião deste frequente colaborador do jornal católico “tinha razão Moussinac quando, há cinquenta anos, falava do mundo das imagens, que viria exercer sobre os homens influência decisiva”<sup>126</sup>. Com uma visão definida da atualidade de então, e com uma clara perspectiva de futuro, o autor deste artigo expõe os argumentos que justificavam o surgimento de um decreto conciliar sobre os meios de comunicação social.

Os meios de comunicação social, a que se refere o vaticano II no seu decreto «*Inter mirifica*» já não são exactamente os mesmos doutros tempos, não porque os clássicos tenham perdido todo o seu valor, mas porque estão a ser suplantados por meios de influência mais poderosos a que ninguém escapa: a imprensa, o cinema, a rádio e a televisão. São veículos das notícias, da ciência popular, da distração e, conseqüentemente, da educação do nosso tempo; são os mais vulgares e poderosos veículos das ideias boas e ruins, que correm o mundo e atingem os homens em todas as suas idades. (...) Não é portanto de admirar que estas novas condições de vida tenham merecido a atenção daqueles 2 000 padres conciliares.<sup>127</sup>

O autor sugere mesmo que a sua execução tem de constituir uma das “maiores preocupações dos bispos”, pois se a Igreja não tiver em conta o poder de influência dos *media* perderá a sua influência no mundo, defende.

Os católicos são chamados a uma presença activa no estudo e na solução deste magno problema, que ocupa o primeiro lugar nas relações humanas do nosso tempo, a sua influência poderá ser decisiva e ai de nós e do mundo se o não for.<sup>128</sup>

No artigo, o leitor do *Notícias da Covilhã* pode também perceber em linhas gerais o conteúdo do decreto, particularmente que o texto se refere às iniciativas católicas, à formação de quadros e à educação para a utilização dos meios de comunicação. Insistindo sobre este último ponto, o artigo termina com um forte apelo, em tom de exortação, a que todos os

---

<sup>124</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2404, 14 de agosto de 1965, p. 16.

<sup>125</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2375, 23 de janeiro de 1965, pp. 1 e 5.

<sup>126</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2375, 23 de janeiro de 1965, p. 1.

<sup>127</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2375, 23 de janeiro de 1965, p. 1.

<sup>128</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2375, 23 de janeiro de 1965, p. 5.

cristãos se envolvam num processo de educação para o bom uso dos meios de comunicação social.

O mesmo apelo surge num pequeno parágrafo publicado na edição de 17 de abril, em que se lê:

Recordem os pais que é seu dever vigiar cuidadosamente por que os espectáculos, as leituras e coisas parecidas que possam ofender a fé ou bons costumes não entrem no lar e por que os seus filhos não os vejam noutra parte.<sup>129</sup>

Ou seja, a visão sobre o poder da comunicação social não se tinha alterado em muito. As reservas sobre os temas e sobre o poder de influência dos *media* mantinham-se apesar de se reconhecer o seu grande valor. A desconfiança, porém, era a base da relação entre Igreja e comunicação social.

### 6. 3. Os assuntos papais

Não deixaram de ser notícia no jornal diocesano os assuntos relacionados com o papado: João XXIII continua a ser motivo de notícia e as encíclicas pontifícias também. No entanto, registre-se desde logo que sobre a encíclica “*Mense maio*”, de Paulo VI, surge apenas uma referência numa mensagem do Bispo da Guarda, publicada em 06 de maio<sup>130</sup> e um artigo de opinião, assinado por C. M., na edição de 15 de maio<sup>131</sup>. Este dado parece-nos relevante se o colocarmos em contraste com o facto de no ano de 1963 o *Notícias da Covilhã* ter publicado seis artigos sobre as encíclicas de João XXIII e em 1964 as mesmas encíclicas terem sido motivo para quatro novas publicações.

O “Papa Bom” continua a ser ainda motivo para a publicação de um artigo de opinião na edição de 20 de fevereiro. A rubrica designada “Momento cultural”<sup>132</sup>, do *Notícias da Covilhã*, é inaugurada com um artigo de opinião, sobre João XXIII, retirado do boletim *Livros de Portugal* de julho 1963. O texto é um claro elogio à figura do Papa do Concílio, destacando as suas virtudes e capacidades numa linguagem caracterizada por uma rica adjetivação.

Algo de inédito para a Igreja e para a sociedade civil é a deslocação do Papa Paulo VI à sede da O.N.U., no dia 4 de outubro, manifestando o seu desejo de diálogo e contributo da Igreja para a edificação da justiça e harmonia entre as nações. A edição do dia 9 desse mesmo mês reproduzia, na íntegra, o discurso do Papa<sup>133</sup>, no qual fez um forte apelo à paz como o valor mais importante que conduz o destino da humanidade. Para além disso, um artigo de opinião<sup>134</sup> tece rasgados elogios a este contributo do chefe da Igreja Católica para o mundo.

### 6.4. A Covilhã e o Concílio

---

<sup>129</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2387, 17 de abril de 1965, p. 3.

<sup>130</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2375, 23 de janeiro de 1965, p. 1.

<sup>131</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2391, 15 de maio de 1965, pp. 11 e 12.

<sup>132</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2379, 20 de fevereiro de 1965, p. 5.

<sup>133</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2411, 9 de outubro de 1965,

<sup>134</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2411, 9 de outubro de 1965, pp. 1 e 3.

A edição número 2389, de 1 de maio, traz consigo uma novidade que haveria de ser motivo de duas publicações: a missão conciliar que o Bispo da Guarda quer implementar na cidade da Covilhã. A iniciativa pensada e anunciada pelo prelado diocesano, para maio de 1966, desejava que toda a cidade fizesse uma experiência de renovação eclesial à luz das orientações do Concílio, uma vez que, segundo as palavras de D. Policarpo, este “é o núcleo mais importante e populoso da minha Diocese.”<sup>135</sup>

O jornal avançava, assim, com a novidade trazida pelo bispo diocesano e dada na “Escola Industrial”, e que a “todos infundiu a certeza de que a Missão da Covilhã vai ser uma resposta em grande dimensão ao Concílio Vaticano II, exemplo para a Diocese, exemplo para Portugal”<sup>136</sup>. A reportagem fez a cobertura da dita sessão na qual intervieram o Bispo da Guarda e o responsável pela Missão que se anunciava, Frei Mata Mourisca, e cujos discursos assentavam numa linguagem bastante pessimista sobre a sociedade de então, com alguns laivos de esperança numa mudança do panorama.

O assunto volta a ser motivo da publicação de uma mensagem de D. Policarpo da Costa Vaz, na edição de 15 de maio<sup>137</sup>, para explicar os fundamentos e o que se pretende com esta missão que, segundo as suas próprias palavras, deve ter “características verdadeiramente conciliares”.

No texto voltamos a encontrar expressões como “época de pavorosa confusão, torturante incerteza, de verdadeira angústia sobre o futuro da Humanidade”; e frases como “a matéria (...) leva ao esquecimento, à ignorância e mesmo ao desprezo pelos valores”<sup>138</sup>, para descrever as circunstâncias em que é convocada a missão e para incentivar os católicos da Covilhã a nela participarem de modo ativo.

## 6.5 A quarta fase do Concílio

Tudo o que chega ao leitor do *Notícias da Covilhã*, sobre a quarta sessão do Concílio, chega, na grande maioria, pela pena do próprio Bispo da Guarda que participava *in loco* nos trabalhos conciliares.

A primeira publicação sobre o assunto surge na edição do dia 11 de setembro, na forma de uma mensagem de D. Policarpo na hora da sua partida para Roma. No texto, que ocupa ¼ da primeira página e duas colunas da segunda, o Bispo da Guarda, faz um balanço daquilo que o Concílio já tinha realizado, reconhecendo o seu valor para o “rejuvenescimento da Igreja, proveniente da reforma séria e individual de cada um dos seus membros, numa adesão firme, espontânea e incondicional às diretrizes da Hierarquia”<sup>139</sup>.

---

<sup>135</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2389, 01 de maio de 1965, p. 1.

<sup>136</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2389, 01 de maio de 1965, p. 1.

<sup>137</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2391, 15 de maio de 1965, pp. 1 e 3.

<sup>138</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2391, 15 de maio de 1965, p. 1.

<sup>139</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2407, 11 de setembro de 1965, p. 1.

O número 2408<sup>140</sup> noticia, em primeira página, a abertura da última sessão conciliar avançando com a novidade que Paulo VI anunciara no discurso de abertura: a Igreja iria ter uma nova forma de expressão com a criação do “Sínodo dos Bispos”<sup>141</sup>.

Uma notícia do dia 2 de outubro<sup>142</sup> informa os leitores de diversas votações ocorridas logo nos primeiros dias das sessões da última fase de que resultaram:

- a) A aprovação da declaração sobre a liberdade religiosa, “*Dignitates humanae*”;
- b) A aprovação da declaração sobre a consciência cristã “*Perfectae caritatis*”;
- c) A conclusão da discussão do “esquema XIII”;
- d) A votação, sem debate prévio, do esquema sobre o apostolado dos leigos.

Como já referimos, a maioria da informação que chega ao leitor do *Notícias da Covilhã* da quarta sessão do Concílio advém do Bispo da Guarda, que participava nas sessões conciliares e enviou à diocese, para serem publicadas nos jornais diocesanos, oito cartas para descrever os acontecimentos. Apresentamos um resumo que elaborámos em forma de tabela:

**Tabela 4. Cartas do Bispo da Guarda sobre os trabalhos do Concílio**

Número	Data	Conteúdo	Foto
1	02 / 10	<ul style="list-style-type: none"> <li>- faz uma breve reportagem sobre a chegada a Roma e o ambiente que aí se vive no início da última fase dos trabalhos;</li> <li>- elogia a encíclica “<i>Mysterium fidei</i>”, entretanto publicada, apresentando-a como um texto de grande valor no combate à “doutrina deletéria, satanicamente apresentada como fonte de vida”;</li> <li>- transcreve as palavras de um bispo holandês sobre a forma como a imprensa falava da Igreja holandesa;</li> <li>- faz uma descrição, “embora fugitivamente”, do início dos trabalhos conciliares;</li> <li>- condena a comunicação social que acompanha de forma errónea os acontecimentos;</li> </ul>	Sim
2	16 / 10	<ul style="list-style-type: none"> <li>- considera que é difícil fazer chegar as novidades de Roma, devido à proliferação e rapidez dos meios de comunicação social;</li> <li>- condena a comunicação social que noticia dados errados sobre a declaração sobre a liberdade religiosa;</li> <li>- informa sobre as discussões suscitadas pelo “esquema 13”;</li> </ul>	Não

<sup>140</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2408, 18 de setembro de 1965, p. 1 e 4.

<sup>141</sup> Trata-se de uma novidade conciliar, que consiste na reunião universal, periódica e consultiva de bispos da Igreja Católica (incluindo os das igrejas orientais católicas), convocada pelo Papa, com o objetivo de refletir, discutir e aconselhar o mesmo sobre diversos assuntos, nomeadamente as políticas e orientações diretivas gerais da Igreja. Esta novidade veio concretizar o desejo do Papa de que as decisões e resoluções da Igreja não fossem unicamente pensadas por si mas com o auxílio de bispos, sacerdotes e leigos que participam de forma consultiva nesta tarefa. Este é um modo de governação que se mantém ainda hoje, sendo que o Papa Francisco convocou já esta reunião por três vezes nos quatro anos do seu pontificado.

<sup>142</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2410, 2 de outubro de 1965, p. 12.

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- dá a conhecer que a celebração da liturgia segue já algumas das alterações provocadas pelo próprio Concílio;</li> <li>- noticia a celebração da missa a que presidiu o Papa no acampamento internacional dos ciganos como um “impressionante acontecimento, sem precedentes na História da Igreja”<sup>143</sup>;</li> </ul>	
3	30 / 10	<ul style="list-style-type: none"> <li>- condena a comunicação social que usa o “sensacionalismo” e o “episódico” para falar do Concílio;</li> <li>- informa sobre a polémica em torno do celibato dos clérigos;</li> <li>- dá a conhecer os esquemas prestes a serem votados: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) dos deveres pastorais dos bispos;</li> <li>b) da renovação da vida religiosa;</li> <li>c) da formação do clero;</li> <li>d) da educação cristã;</li> <li>e) das relações da Igreja com as religiões não cristãs;</li> </ul> </li> <li>- dá a conhecer os esquemas que esperavam aprovação: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) da revelação divina;</li> <li>b) do apostolado dos leigos;</li> </ul> </li> <li>- dá a conhecer os esquemas que necessitavam de nova revisão depois das alterações que lhes tinham sido introduzidas: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) da liberdade religiosa;</li> <li>b) da Igreja através do mundo nos nossos dias;</li> <li>c) das missões;</li> <li>d) do ministério e da vida dos sacerdotes;</li> </ul> </li> </ul>	Não
4	06 / 11	<ul style="list-style-type: none"> <li>- faz uma reportagem da sessão de 28 de outubro, em que foram promulgados três decretos e duas declarações, noticiando que pela primeira vez o Papa entrara na basílica vaticana pelo seu próprio pé, dispensando a sede gestatória, e de mitra, em vez da tiara;</li> <li>- faz um apelo a que os seminários sejam escolas do concílio, para que a Igreja rejuvenesça naqueles que a viriam a orientar;</li> </ul>	Não
5	20 / 11	<ul style="list-style-type: none"> <li>- faz um resumo do trabalho realizado no concílio;</li> <li>- anuncia a data do encerramento definitivo dos trabalhos marcada para o dia 8 de dezembro;</li> <li>- renova o apelo à oração;</li> </ul>	Não
6	27 / 11	<ul style="list-style-type: none"> <li>- informa sobre a sessão pública do Concílio, na qual participaram vários clérigos e leigos que não estavam envolvidos diretamente nos trabalhos;</li> <li>- faz uma leitura sobre o papel dos leigos, religiosos e sacerdotes na vida da Igreja;</li> </ul>	Não
7	04 / 12	<ul style="list-style-type: none"> <li>- faz uma leitura do acontecimento conciliar;</li> <li>- tece um largo elogio à capacidade de trabalho do Papa;</li> <li>- faz um apelo a que a Diocese da Guarda saiba acolher e viver o ritmo do Concílio;</li> </ul>	Não

<sup>143</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2412, 16 de outubro de 1965, p. 11.

		- informa sobre a audiência que o Papa concedeu aos bispos portugueses;	
8	11 / 12	- informa sobre os preparativos da sessão de encerramento do Concílio, marcados por condições meteorológicas adversas; - informa sobre a presença de um grupo de crianças portuguesas em Roma e das palavras que lhes dirigiu o Papa;	Não

Fonte: *Notícias da Covilhã*, elaboração própria.

A leitura das oito cartas assinadas pelo Bispo da Guarda permite afirmar que os grandes temas de fundo do Concílio não chegaram ao leitor do *Notícias da Covilhã*. O estilo e a linguagem usados apontam para um género jornalístico sob a forma de crónicas, intercaladas com alguns apontamentos de reportagem, umas e outras caracterizadas por uma rica adjetivação e uma grande subjetividade. O conteúdo teológico que brotava do Concílio ficava à margem das reflexões e da informação que D. Policarpo fazia chegar aos diocesanos da Guarda.

## 6.6. Meridiano de Roma - a rúbrica sobre o Concílio

Na edição de 25 de setembro, poucos dias após a abertura da última fase do Concílio, o *Notícias da Covilhã* inaugura uma rúbrica intitulada “Meridiano de Roma”<sup>144</sup>. Poderia o leitor ter pensado que esta seria uma crónica semanal que trouxesse a novidade do Concílio, porém, a nova rúbrica foi publicada em apenas três edições de 1965.

Na primeira publicação, intitulada “*Misterium fidei*”<sup>145</sup> transcreve-se um excerto da encíclica de Paulo VI assim designada, e faz-se um apelo à oração e vida espiritual dos cristãos.

A segunda publicação desta rúbrica sai na edição de 9 de outubro e intitula-se precisamente “Concílio Ecuménico”<sup>146</sup>. Nela se dá a conhecer que o Concílio ia dedicando grande parte da sua reflexão aos problemas relativos ao matrimónio e transcrevem-se algumas das intervenções proferidas por cardeais participantes nos trabalhos.

A edição de 23 de outubro<sup>147</sup> é aquela que mais informação oferece ao leitor, que pode ficar a saber que:

- a) durante a semana anterior os trabalhos conciliares tinham sido interrompidos e que tinham tido lugar as conferências episcopais de cada país;
- b) o dia 28 de outubro seria marcado por uma sessão na qual se iriam votar vários esquemas;
- c) a declaração que trata das relações da Igreja com os não cristãos “condena o antissemitismo e iliba os judeus da responsabilidade coletiva pela crucifixão de Cristo” seria também votada nesse dia;
- d) uma revista norte-americana tecia um grande elogio ao trabalho de Paulo VI.

<sup>144</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2409, 25 de setembro de 1965, pp. 10 e 12.

<sup>145</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2409, 25 de setembro de 1965, pp. 10 e 12.

<sup>146</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2411, 9 de outubro de 1965, p. 12.

<sup>147</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2413, 24 de outubro de 1965, pp. 3 e 12.

## 6.7 O pós - Concílio

O encerramento do Concílio, marcado para o dia 8 de dezembro, ia sendo anunciado, como o observamos, em primeira mão, pela quinta carta de D. Policarpo e na notícia de primeira página do dia 4 de dezembro<sup>148</sup>. A notícia que informa sobre o acontecimento a ocorrer num dia de especial significado para os cristãos, dia da Imaculada Conceição da Virgem Maria, é marcada pela novidade como o dia haveria de ser celebrado - uma vez que a Constituição Dogmática “*Lumen gentium*”, resultante do Concílio, tinha trazido alterações à forma como os cristãos deveriam conceber o papel da Virgem Maria na vida eclesial.

O fim do Concílio e as suas consequências voltam a ser motivo de notícia na edição de 11 de dezembro<sup>149</sup>, num texto em que se faz o apelo a que Igreja acolha e viva os ensinamentos e orientações doutriniais por ele promovidas, conhecendo o conteúdo dessas orientações e levando-o à prática.

Já na edição de 18 de dezembro<sup>150</sup>, dez dias após o encerramento do “Vaticano II”, o *Notícias da Covilhã* publica, pela primeira vez, uma fotografia da Praça de S. Pedro em que se veem os padres conciliares à saída da basílica vaticana. Na mesma edição, uma entrevista a D. Policarpo da Costa Vaz informa os leitores sobre as impressões do Bispo da Guarda, que tinha participado nas quatro sessões conciliares.

Porém, a entrevista não era marcada pelo ritmo de pergunta e resposta, mas sim por alguns subtítulos que iam introduzindo a visão e os temas com que o prelado ia falando do Concílio. Na entrevista, D. Policarpo explica que o Concílio “não se deteve na definição propriamente dita de doutrinas nem na condenação de erros ou heresias”, sem que com isso tenha sido alheio aos problemas doutriniais. Considerou-o como um Concílio pastoral, ou seja, que se debruçou sobre forma como a Igreja se move, em si mesma e na relação com o mundo.

O Bispo da Guarda explicou ainda como chegariam até aos cristãos os resultados da reflexão conciliar, ou seja, em quatro constituições, decretos e declarações, afirmando “ser a constituição dogmática da Igreja, «*Lumen gentium*», o mais solene e a bem dizer a pedra fundamental de todos eles”<sup>151</sup>. A entrevista fala, assim, do “esquema 13”, que originaria esta constituição, como um “sinal de contradição”. Respondendo à única questão que surge no texto, sobre a forma como a Diocese da Guarda iria acolher as disposições do Concílio, o bispo manifestou esperança de que a sua diocese se empenhasse nessa tarefa tal como o tinha feito com o Concílio de Trento, recordou.

São dezassete pequenos artigos das páginas 10, 11 e 12, na edição de 25 de dezembro<sup>152</sup>, que trazem ao leitor uma grande informação sobre o Concílio. Com uma fotografia central e de grandes dimensões da ala conciliar instalada na basílica de S. Pedro, de cor azul, o *Notícias*

---

<sup>148</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2419, 4 de dezembro de 1965, pp. 1 e 3.

<sup>149</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2420, 11 de dezembro de 1965, pp. 1 e 7.

<sup>150</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2421, 18 de dezembro de 1965, pp. 1 e 3.

<sup>151</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2421, 18 de dezembro de 1965, pp. 1 e 3.

<sup>152</sup> *Notícias da Covilhã*, nº 2422, 25 de dezembro de 1965, pp. 10, 11 e 12.

da Covilhã dá título à grande reportagem “Vaticano II: uma Igreja renovada para um mundo em crescimento”, e desenvolve-a com os seguintes subtítulos:

- a) “Panorama breve do Concílio”;
- b) “Pequeno dicionário conciliar”;
- c) “Biografia do concílio”;
- d) “Um tempo novo para a História”;
- e) “Participantes no Concílio”;
- f) “Os papas do concílio”;
- g) “Cronologia”;
- h) “Do concílio uma mensagem para cada homem”;
- i) “O beijo da reconciliação”;
- j) “O Concílio visto pelos bispos portugueses”;
- k) “Síntese doutrinal”;
- l) “Os dezasseis documentos promulgados pelo concílio”;
- m) “A aplicação do Concílio, uma obra para cem anos”;
- n) “O problema da natalidade”;
- o) “A presença portuguesa nas comissões preparatórias e nos trabalhos conciliares”;
- p) “O Concílio Vaticano II pôs a Igreja na hora do mundo moderno”;
- q) “Ecumenismo: caminho de convergência”.

Esta é, sem dúvida, a maior publicação que o jornal diocesano instalado na Covilhã faz sobre o acontecimento conciliar, desde a sua convocação até ao ano do seu encerramento. Os pequenos artigos, caracterizados pela linguagem jornalística, com grande poder de síntese, permitem ao leitor conhecer em traços gerais aspetos mais particulares e curiosidades sobre a grande reunião da Igreja, e desvendam algumas das novidades teológicas e doutrinárias que ela desbravou.

Apresentamos, em seguida, uma tabela que resume as publicações sobre o Concílio Vaticano II, particularmente a sua influência no ritmo da vida da Igreja, em especial na Covilhã, e a fase final dos seus trabalhos, que tiveram lugar no *Notícias da Covilhã* no decurso do ano de 1965:

**Tabela 5. Publicações em 1965**

Tema	Género	Data	Número	Página	Foto	Assinatura
O período inter conciliar (janeiro a setembro)	Mensagem	08 / 01	2373	1 e 4	1	D. P. da Costa Vaz
	Mensagem	16 / 01	2374	1,3 e 10	-----	Paulo VI
	Mensagem	23 / 01	2375	1 e 5	-----	C. E. P.
	Notícia	03 / 04	2385	1	-----	-----
	Editorial	03 / 04	2385	1, 3 e 10	-----	Messias Marques
	Reportagem	17 / 04	2387	1	-----	-----

	Reportagem	24 / 04	2388	2	-----	-----
	Artigo opinião	01 / 05	2389	1 e 4	-----	-----
	Reportagem	14 / 08	2404	1 e 7	-----	Messias Marques
	Mensagem	14 / 08	2404	16	-----	C. E. P
	Mensagem (continuação)	21 / 08	2405	10 e 12	-----	C. E. P
	Mensagem (continuação)	28 / 08	2406	10	-----	C. E. P
<b>O Concílio e os meios de comunicação social</b>	Artigo opinião	23 / 01	2375	1 e 5	-----	Messias Marques
	Notícia	17 / 04	2387	3	-----	-----
<b>Assuntos Papais</b>	Artigo opinião	20 / 02	2379	5	-----	-----
	Mensagem	06 / 05	2390	1 e 3	-----	D. P. da Costa Vaz
	Artigo opinião	15 / 05	2391	11 e 12	-----	C. M.
	Mensagem	09 / 10	2411	1,3 e 10	2	Paulo VI
	Artigo opinião	09 / 10	2411	1 e 3	1	-----
	Artigo opinião	11 / 12	2420	5 e 10	-----	Manuel Canaveira
<b>O Covilhã e o Concílio</b>	Notícia	01 / 05	2389	1 e 3	-----	-----
	Mensagem	15 / 05	2391	1 e 3	-----	D. P. da Costa Vaz
<b>A quarta fase do Concílio Vaticano II</b>	Mensagem	11 / 09	2407	1 e 4		D. P. da Costa Vaz
	Notícia	18 / 09	2409	1 e 4	-----	-----
	Carta	02 / 10	2410	1 e 4	1	D. P. da Costa Vaz
	Notícia	02 / 10	2410	12	-----	-----
	Carta	16 / 10	2412	1 e 11	-----	D. P. da Costa Vaz
	Carta	30 / 10	2414	1 e 10	-----	D. P. da Costa Vaz
	Carta	06 / 11	2416	1, 4 e 12	-----	D. P. da Costa Vaz
	Carta	20 / 11	2417	1 e 5	-----	D. P. da Costa Vaz
	Carta	27 / 11	2418	1 e 5	-----	D. P. da Costa Vaz
	Carta	04 / 12	2419	1 e 3	-----	D. P. da Costa Vaz
	Notícia	04 / 12	2419	1 e 3	-----	-----
	Carta	11 / 12	2420	1 e 3	-----	D. P. da Costa Vaz
<b>“Meridiano de Roma”</b>	Crónica	25 / 09	2409	10 e 12	1	-----
	Crónica	09 / 10	2411	12	1	-----
	Crónica	23 / 12	2413	3 e 12	1	-----
<b>Pós Concílio</b>	Notícia	04 / 12	2419	1 e 3	-----	-----
	Notícia	11 / 12	2420	1 e 7	-----	-----
	Entrevista	18 / 12	2421	1 e 3	1	-----
	Reportagem	25 / 12	2422	10, 11 e 12	-----	-----

Fonte: *Notícias da Covilhã*, elaboração própria

As notícias que chegavam de Roma durante o ano de 1965, pelas cartas do Bispo da Guarda constituem um grande legado para o leitor do *Notícias da Covilhã*. Porém, sobre os assuntos, os temas e conteúdos discutidos e aprovados pela magna assembleia pouco nos chega.

As notícias sobre a aprovação dos documentos conciliares não são suficientemente claras e diretas. A informação surge dentro do contexto de outros assuntos que permitem perceber que as constituições como a "*Lumen gentium*", a título de exemplo, tinham sido já aprovadas. Todavia, do seu conteúdo pouco se revela.

Esta fase do Concílio fica precisamente marcada pela grande discussão do "esquema 13", que viria a dar base à constituição dogmática sobre a Igreja. Porém, apesar de muito falado pelo *media* e entre os padres conciliares, o *Notícias da Covilhã* muito pouco revela sobre o teor do documento.

Considera-se de grande importância o período entre dezembro de 1964 e setembro de 1965, pois é um período em que se consegue perceber como o Concílio ia tendo expressão nas muitas formas de pensar e agir da Igreja.

## Conclusão

Quando o Papa João XXIII convocou o II Concílio do Vaticano sentiu-se “grande estupefação”, mas tal como ele disse várias vezes, a ideia foi fruto de inesperada inspiração; e desde cedo se compreendeu que a intenção do “Papa Bom” seria a de lançar uma ponte para todo o mundo contemporâneo. Não a haveria de transpor totalmente o Papa que convocara o Concílio, pois a sua morte deixou de herança este grande empreendimento eclesial a Paulo VI.

Na sua visita à Terra Santa, em janeiro de 1964, poucos meses após a sua eleição e após a segunda fase dos trabalhos conciliares, Paulo VI, no discurso proferido em Belém, ergue um dos pilares centrais do seu pontificado, marcando com este discurso o ritmo que queria imprimir à Igreja Católica. Esta visita, anunciada na alocução de encerramento da segunda sessão do Concílio do Vaticano II, iluminou e tornou mais firme a fé dos homens, sobretudo pelo seu carácter inovador e pela seguinte afirmação:

Devemos concluir o nosso Concílio Ecuménico, devemos assegurar uma nova forma de sentir, de querer e comportar-se para a vida da Igreja; fazê-la retomar uma beleza espiritual sob todos os aspetos: no pensamento e na palavra, na oração e na esperança, na arte sacar e na lei canónica. Para isso é necessário um esforço unânime, com o qual devem colaborar os diferentes grupos. Que cada um compreenda este chamamento que lhe dirige Cristo por meio da nossa voz (Paulo VI, 1964)<sup>153</sup>

Nessa memorável peregrinação, o Chefe da Igreja imprimiu ao Concílio a mesma vontade e desejo de reforma da Igreja e da sua relação com o Mundo, e os sinais foram surgindo, como se pode perceber pela abolição da lista dos livros censurados, até mesmo livros relativos à história da Igreja e à exegese bíblica.

O Concílio do Vaticano II inaugurava uma nova forma de estar em Igreja, na qual a intervenção do laicado se tornava muito mais ativa e decisiva. Assim se revelava a sua importância extrema no catolicismo contemporâneo nas áreas social, política e cultural. Da reflexão e discussão destes conteúdos surgiria o “esquema 13”, que se considera ser a base da Constituição “*Lumen gentium*”, uma das mais importantes no entendimento da Igreja sobre si mesma.

No entanto, recuar 50 anos deve ser uma experiência hercúlea e laboriosa: à data do início do Concílio a sociedade tinha os olhos centrados em parâmetros diferentes daqueles que hoje o mundo vive. Porém, como o podemos perceber pela entrevista realizada ao Pe. Joaquim Teles Sampaio, a Igreja vive ainda em busca da realização do Concílio, a sua novidade em pouco se efetivou, chegando mesmos a afirmar que “as mudanças na vivência cristã não são tantas como era de esperar e desejar”.

Este fato dever-se-á, em primeiro lugar, à dificuldade de receção do Concílio. Os meios pelos quais chegavam as notícias sobre o acontecimento eram somente os dois jornais diocesanos: *A Guarda* e o *Notícias da Covilhã*. O desejo de novidade entre os cristãos da Diocese da Guarda

---

<sup>153</sup>[https://w2.vatican.va/content/paulvi/es/speeches/1964/documents/hf\\_pvi\\_spe\\_19640106\\_epiphani.html](https://w2.vatican.va/content/paulvi/es/speeches/1964/documents/hf_pvi_spe_19640106_epiphani.html), consultado em 1 de junho de 2017.

e do resto do mundo era manifesto, mas as formas de recepção do concílio eram bastante reservadas. A partir da entrevista que já citámos podemos perceber que o secretismo em volta dos assuntos tratados era uma realidade, e prova disso é que o *Notícias da Covilhã*, apesar de publicar vários artigos sobre o assunto e a sua influência na vida da Igreja, em poucos se debruça sobre os temas doutrinários em análise.

O que mais se conheceu, seja na prática da Igreja, seja nas notícias que eram divulgadas, refere-se à Constituição sobre a Sagrada Liturgia “*Sacrosanctum Concilium*”, que viria a trazer algumas simplificações no culto, torná-lo mais compreensível aos fiéis e mais próximo da sua linguagem atual. Ficaria, contudo, por responder a grande questão que Paulo VI enunciara na abertura da segunda fase dos trabalhos, a 29 de setembro de 1963: «Igreja, o que dizes de ti mesma?»

O *Notícias da Covilhã* revela-se, assim, um dos órgãos de comunicação social ao nível regional que oferece ao leitor do interior de Portugal informação sobre o grande acontecimento.

A análise das edições entre 1962 e 1965 deixa-nos perceber que o interesse pelo assunto era notório, e que há um crescente número de publicações e de motivos de escrita sobre esta matéria. Em muitos casos consegue-se perceber o espírito de abertura da Igreja ao mundo e o seu desejo de renovação, sobretudo ao nível do diálogo ecuménico. Porém, é também de registar que D. Policarpo da Costa Vaz, Bispo da Guarda à época, mantém uma visão bastante tradicional e conservadora diante do acontecimento, no qual participava de forma ativa.

Ao nível gráfico destaque-se que o tema do Concílio foi motivo de chamada de atenção ao leitor do *Notícias da Covilhã* quase sempre em primeira página, à exceção das edições 2155, 2166, 2167, 2168 e 2181 em 1962, 2215, 2223 e 2261 em 1963, 2309, 2339, 2360, 2364 e 2367 em 1964 e 2379, 2387, 2388, 2391, 2404, 2405, 2406, 2410, 2411, 2420 e 2422 em 1965. Este dado revela a importância que o semanário lhe atribuía.

Há também que considerar que, ao nível fotográfico, o ano de 1962 não faz qualquer registo, no ano de 1963 surgem 7 fotografias, nas edições 2249, 2265, 2266, 2267 e 2296. No ano de 1964 são três os apontamentos fotográficos, nos números 2325, 2360, 2362, e em 1965 são 9 as imagens que acompanham os artigos, presentes nas edições número 2373, 2411, 2409, 2410, 2413 e 2421.

Um último dado já revelado, mas que merece a nossa especial atenção, é o de o ano de 1965 ser particularmente preenchido por artigos que reportam acontecimentos ou revelam influências do Concílio, dos quais se destacam as “Cartas de Roma”, endereçadas pelo Bispo da Guarda, que reportavam, com grande subjetividade, os acontecimentos ocorridos.

# Referências

## 1. Referências gerais

Barbeira, F. P. (2010). *Magistério da Igreja e meios de comunicação social - No Vaticano II e em João Paulo II*. Lisboa. Paulus Editora.

Campos, J. A. (1992.). Igreja e Comunicação social local. *Communio - Revista Internacional Católica*, IX (1), 79- 86.

Correia, J. C. (s/d). Jornalismo Regional e cidadania. *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação*. Consultado em 6 de maio de 2017, em <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional-html>.

Castro, N. (2012). *Comunicação social e evangelização: leitura das mensagens do Papa João Paulo II e do Papa Bento XVI para o Dia Mundial das Comunicações Sociais*. Braga: Universidade Católica.

Conferência Episcopal Portuguesa (2002). *Na era da Comunicação Social - Carta Pastoral*. Lisboa: Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa.

Concílio Vaticano II (2002). *Documentos Conciliares*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.

Diocese da Guarda (1915). *Boletim da Diocese da Guarda*. Guarda: Autor.

Gomes, J. P. (2004). A Guarda - cem anos: liberdade, justiça, amor e paz. In Câmara Municipal da Guarda (org.), *100 anos de A Guarda (pp.7- 12)*. Guarda. Autor.

Gouveia, M. R. G. (2009). *A interação entre o universo político e o campo da comunicação: a a imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Martelet, G. (1969). *As linhas mestras do Vaticano II: iniciação ao espírito do Concílio*. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração.

Martino, L. M. S. (2005). *Mídia e poder simbólico*. S. Paulo: Paulus Editora.

Pinho, J. E. B. (1992). Opinião pública na Igreja. *Communio - Revista Internacional Católica*, IX (1), 69 - 78.

Santos, H. (2010). *A recepção do Concílio Vaticano II na Diocese da Guarda*. Lisboa: Paulus Editora.

Schokel, A. (1997). *Bíblia do peregrino: edição de estudo*. S. Paulo: Paulus Editora.

Spadaro, A. (2012). *Ciberteologia: pensar o cristianismo na era da internet*. Prior Velho: Paulinas.

Wemans, J. (1992). Igreja e Comunicação social: uma relação difícil?. *Communio - Revista Internacional Católica*, IX (1), 64- 68).

Zanon, D. (2012). *Para ler o Concílio Vaticano II*. Lisboa: Paulus Editora.

Zanon, D. (2012). *O impacto da sociedade em rede sobre a Igreja Católica: elementos para uma cibereclesiologia*. Lisboa. Paulus Editora.

## 2. Sítios Web consultados

[http://w2.vatican.va/content/paulvi/pt/apost\\_exhortations/documents/hf\\_pvi\\_exh\\_19751208\\_evangelii-nuntiandi.html](http://w2.vatican.va/content/paulvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_pvi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html), consultada a 04 de Novembro de 2016.

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/viewFile/9755/6685>. Consultado a 07 de Novembro de 2017.

[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rc\\_pc\\_pccs\\_doc\\_2021992\\_aetatis\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_2021992_aetatis_po.html), consultado em 8 de Novembro de 2016.

[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rc\\_pc\\_pccs\\_doc\\_23051971\\_communio\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_23051971_communio_po.html). Consultado em 8 de Novembro de 2016.

[http://w2.vatican.va/content/paulvi/pt/apost\\_exhortations/documents/hf\\_pvi\\_exh\\_19751208\\_evangelii-nuntiandi.html](http://w2.vatican.va/content/paulvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_pvi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html). Consultado em 7 de Novembro de 2016.

[http://w2.vatican.va/content/paulvi/pt/encyclicals/documents/hf\\_pvi\\_enc\\_06081964\\_ecclesiam.html](http://w2.vatican.va/content/paulvi/pt/encyclicals/documents/hf_pvi_enc_06081964_ecclesiam.html). Consultado em 8 de Novembro de 2016.

[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/justpeace/documents/rc\\_pc\\_justpeace\\_doc\\_20060526\\_compendio-dott-soc\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html). Consultado em 4 de março de 2017.

[https://w2.vatican.va/content/johnpaulii/pt/speeches/2000/aprjun/documents/hf\\_jpii\\_spe\\_20000604\\_journalists.html](https://w2.vatican.va/content/johnpaulii/pt/speeches/2000/aprjun/documents/hf_jpii_spe_20000604_journalists.html). Consultado em 10 de abril de 2017.

## 3. Números do *Notícias da Covilhã* consultados

*Notícias da Covilhã*, nº 2159, 11 de julho de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2125, 27 de janeiro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2133, 24 de março de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2140, 5 de maio de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2146, 26 de maio de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2149, 7 de junho de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2152, 16 de junho de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2155, 27 de junho de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2166, 4 de agosto de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2167, 8 de agosto de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2168, 11 de agosto de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2171, 22 de agosto de 1962.

*Notícias da Covilhã*, nº 2172, 25 de agosto de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2178, 15 de setembro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2179, 29 de setembro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2181, 6 de outubro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2182, 10 de outubro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2183, 13 de outubro de 1962.  
*Notícias da Covilhã* nº 2184, 17 de outubro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2185, 20 de outubro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2186, 24 de outubro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2187, 27 de outubro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2191, 10 de novembro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2197, 1 de dezembro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2200, 12 de Dezembro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2203, 23 de Dezembro de 1962.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2215, 2 de fevereiro de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2223, 6 de março de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2228, 23 de março de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2233, 10 de abril de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2234, 13 de abril de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2235, 17 de abril de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2237, 24 de abril de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2249, 4 de junho de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2249, 8 de junho de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2254, 22 de junho de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2255, 26 de junho de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2255, 26 de junho de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2257, 3 de julho de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2281, 25 de setembro de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2265, 31 de julho de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2267, 7 de agosto de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2283, 2 de outubro de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2284, 5 de outubro de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2286, 12 de outubro de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2296, 16 de novembro de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2304, 14 de dezembro de 1963.  
*Notícias da Covilhã*, nº 23 09, 1 de janeiro de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2310, 8 de janeiro de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2375, 23 de janeiro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2323, 19 de fevereiro de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2324, 22 de fevereiro de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2325, 26 de fevereiro de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2332, 21 de março de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2335, 4 de abril de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2339, 1 de maio de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2346, 20 de junho de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2358, 19 de setembro de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2360, 3 de outubro de 1964.

*Notícias da Covilhã*, nº 2362, 17 de outubro de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2364, 7 de novembro de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2367, 21 de novembro de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2364, 31 de outubro de 1964.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2373, 08 de janeiro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2374, 16 de janeiro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2375, 23 de janeiro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2379, 20 de fevereiro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2389, 01 de abril de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2385, 3 de abril de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2387, 17 de abril de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2388, 24 de abril de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2389, 01 de maio de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2391, 15 de maio de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2404, 14 de agosto de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2405, 21 de agosto de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2406, 28 de agosto de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2407, 11 de setembro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2408, 18 de setembro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2409, 25 de setembro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2410, 2 de outubro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2411, 9 de outubro de 1965,  
*Notícias da Covilhã*, nº 2412, 16 de outubro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2413, 24 de outubro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2414, 30 de outubro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2416, 6 de novembro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2417, 20 de novembro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2418, 27 de novembro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2419, 4 de dezembro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2420, 11 de dezembro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2421, 18 de dezembro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2421, 18 de dezembro de 1965.  
*Notícias da Covilhã*, nº 2422, 25 de dezembro de 1965.

# Anexos

## Anexo 1

### Entrevista a Joaquim Teles Sampaio, sacerdote da Diocese da Guarda

Nascido a 29 de outubro de 1932, Joaquim Teles Sampaio é sacerdote da Diocese da Guarda há 60 anos. A sua ordenação sacerdotal aconteceu cinco anos antes do início do Concílio Vaticano II, que viveu de forma entusiástica. Inconformado com o estado da Diocese em 1962 saiu da Diocese para Moçambique, onde se dedicou ao trabalho missionário. Trabalhou no Patriarcado de Lisboa em várias paróquias e atualmente é capelão da Santa Casa da Misericórdia de Manteigas.

#### **Quando foi ordenado sacerdote?**

Fui ordenado sacerdote no dia 6 de abril de 1957. Reinavam na Igreja as normas do Concílio de Trento, mas para lá das normas litúrgicas, a evangelização que se faz hoje não é muito diferente. Temos o mesmo folclore e o mesmo arraial.

As mudanças na vivência cristã não são tantas como era de esperar e desejar. Refiro-me a lugares, que são muitos, onde o Concílio não foi estudado, anunciado e vivido. As tradições populares têm muita força e a coragem de muitos sacerdotes é fraca. As mudanças deram-se essencialmente na liturgia, porque se passou de um latim morto, naturalmente ignorado, para as línguas vernáculas a nível de todas as nações. Esta foi a grande mudança e, de fato, não podia deixar de se fazer.

As celebrações de missas e sacramentos são hoje participadas pelos fiéis. Mas a prática religiosa é, sem qualquer dúvida, muito menor. O mundo com toda a sua evolução rápida levou a isso. A evangelização não fez o seu percurso. Manda mais o tradicionalismo que o evangelho.

Continuamos mais agarrados ao rito e às tradições populares. Ainda estamos muito dentro do templo a celebrar aquilo que os jovens chamam “uma seca”. Ainda continuamos a pensar e a agir como os leigos e os leigos é que têm que vir ao nosso encontro e não nós ao encontro deles. O templo é pesado e sombrio e já não atrai; tornou-se poiso de idosos que apostam na salvação nos últimos anos da sua vida.

#### **A sua formação académica e de seminário foi feita sob as orientações do Concílio de Trento. Conhecendo um pouco da maneira como hoje se formam os novos sacerdotes o que de mais significativamente mudou?**

Não quero pronunciar-me sobre a formação dos novos sacerdotes; nem concordo com o nome de seminário para uso do clero, porque seminário hoje tem outro significado. No entanto, penso que o mal da Igreja não estará na formação dos sacerdotes. Está mais na sua vivência e seu testemunho e na incapacidade de descobrir novos métodos pastorais.

#### **Como soube da notícia de que a Igreja iria realizar um Concílio Ecuménico?**

A notícia de que a Igreja iria receber um Concílio Ecuménico foi dada, quase de surpresa, pelo Papa João XXIII e causou, de momento, tal espanto e euforia que abanou toda a Igreja e também, de certo modo, a comunidade internacional. O Concílio foi o maior acontecimento

positivo do século XX, martirizado por duas guerras mundiais. Hoje sabe-se que Pio XII, na década de 40, pensava já num Concílio Ecuménico, mas, devido à segunda guerra mundial, foi impossível a sua realização.

**As notícias sobre o Concílio chegavam-lhe a partir de onde?**

Eu estava já na Diocese da Beira - Moçambique e as notícias chegavam-nos por correspondência da parte de D. Sebastião de Resende, bispo dessa Diocese, que fazia questão que todas as missões soubessem o que se passava em Roma. As notícias eram recebidas com grande entusiasmo e em muitas eucaristias celebravam-se as novidades com danças tradicionais. Pelo que sei, em Portugal não era assim. Havia da parte do Cardeal Cerejeira muitas reservas quanto ao Concílio e tudo era muito mais reservado e silenciado.

**Como olhavam os padres da Diocese da Guarda para as questões levantadas pelo famoso “esquema 13” como era o celibato dos clérigos ou o papel dos bispos e o valor dado aos leigos?**

Eu tive a graça de participar em Lurdes, durante os 15 dias anteriores ao Concílio, num célebre encontro de cardeais, bispos e padres vindos das mais diversas regiões do mundo para ali debaterem os grandes problemas quês e punham, naquela altura, à Igreja e que viriam a ser discutidos e estudados durante o Concílio.

Vivia-se uma hora de muito entusiasmo e desejo de mudança. João XXIII deu um abanão muito forte na Igreja, abanão esse que muitos não aceitaram, por terem receio do que poderia acontecer. E aconteceu que muitos não aguentaram o embate e saíram das fileiras eclesialísticas. O Papa Paulo VI veio a sofrer muito com isso.

A Diocese da Guarda não entendeu o Concílio, a começar pelo bispo de então. O Pe. Gomes Neves, um antigo pároco do concelho de Manteigas, referindo-se ao Concílio dizia que “80% dos padres não lhe tinham metido o dente”. O Concílio ainda nem hoje chegou à Diocese da Guarda.

Os padres não falam destes temas, especialmente do celibato do clero, é tabu; fala-se sim, em surdina, daqueles que o não cumprem.

**Trabalhou com D. Sebastião de Resende, um dos bispos de expressão portuguesa com maior intervenção no Concílio. Que impressões lhe deixou o seu testemunho?**

D. Sebastião de Resende foi a única voz portuguesa que se fez ouvir no Concílio; interveio 12 vezes e ao menos numa intervenção fopi aplaudido de pé por toda a grande assembleia conciliar.

**Daquilo que recebeu do Concílio o que crê já estar a seguir as suas orientações e em que é que a Igreja falha ainda?**

As orientações seguidas após o Concílio foram essencialmente as que dimanam da Constituição sobre a liturgia. A muitos custou deixar o latim, que sabiam de cor; tiveram que virar-se para o povo, mas a retórica, em muitos, é a mesma.